

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Mestrado Profissional em Educação e Docência

Vilma Aparecida Alves Silva

**EJAIE A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA:
histórias de lutas e de resistências pelo direito à educação**

Belo Horizonte

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Educação

Mestrado Profissional em Educação e Docência

Vilma Aparecida Alves Silva

EJAIE A ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA:

histórias de lutas e de resistências pelo direito à educação

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos

Orientador: Prof. Dr. Natalino Neves da Silva

Belo Horizonte

2025

S586e
T

Silva, Vilma Aparecida Alves, 1974-
EJAI e a Associação Quilombola da Pontinha [manuscrito] : histórias de
lutas e de resistências pelo direito à educação / Vilma Aparecida Alves Silva. --
Belo Horizonte, 2025.
138 p. : enc., il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.

Orientador: Natalino Neves da Silva.

Bibliografia: f. 120-127.

Apêndices: f. 128-138.

1. Educação -- Teses. 2. Educação de adultos -- Relações raciais -- Teses.
3. Educação de adultos -- Relações étnicas -- Teses. 4. Quilombolas -- Aspectos
educacionais -- Teses. 5. Quilombos -- Aspectos educacionais -- Teses. 6. Direito
à educação -- Teses. 7. Sociologia educacional -- Teses.

I. Título. II. Silva, Natalino Neves da. III. Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 374

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA VILMA APARECIDA ALVES SILVA

Realizou-se, no dia 28 de maio de 2025, às 14 horas, na sala 2117, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 600ª defesa de dissertação, intitulada "*EJAI e a Associação Quilombola da Pontinha: histórias de lutas e de resistências pelo direito à educação*", apresentada por VILMA APARECIDA ALVES SILVA, número de registro 2023658998, graduada no curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Natalino Neves da Silva - Orientador(a) (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Carmem Lúcia Eiterer (Universidade Federal de Minas Gerais)

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada.

() Reprovada.

Título do Recurso Educacional:

Re (territorialização) dos troncos Quilombo da Pontinha

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2025.

Prof. Natalino Neves da Silva (Doutor)

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda (Doutora)

Prof(a). Carmem Lúcia Eiterer (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Carmem Lucia Eiterer, Supervisor(a)**, em 26/06/2025, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Natalino Neves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 26/06/2025, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Shirley Aparecida de Miranda, Pró-reitor(a) adjunto(a)**, em 27/06/2025, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4206518** e o código CRC **5D9E72B1**.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é muito mais do que uma exigência acadêmica: ela é um ato político, afetivo e ancestral. É a materialização de uma caminhada longa e coletiva, tecida com resistência, amor, coragem e pertencimento. Cada palavra aqui escrita carrega as marcas de um território, de uma história de luta e de muitas vozes que ecoam em mim.

Agradeço profundamente o povo quilombola da Pontinha, que, com sua história de resistência, luta constante e compromisso com a preservação da cultura e da identidade quilombola, tornou-se fonte inesgotável de inspiração e força para minha trajetória. Pontinha é um espaço de luta diária pela educação, onde cada morador/a, liderança, jovem, adulto/a e idoso/a reafirma a importância da educação enquanto direito e ferramenta de transformação. A cada gesto de resistência, a cada ação comunitária, a cada voz que se ergue na defesa do território, minha eterna gratidão. Este trabalho reflete a união, o empenho e a força de todos/as, que, como eu, acreditam que a educação é um dos maiores instrumentos para o fortalecimento e a emancipação do povo quilombola.

Agradeço o povo do Quilombo Sítio e Mucambo, onde nasci e encontrei minha base, identidade e força, agradeço por me formar, sustentar e ensinar a importância da coletividade, da memória e da ancestralidade em cada passo que dei até aqui. Seu legado de resistência e sabedoria é o alicerce que me guia.

Agradeço as lideranças Zizi, Joselha, Ênio, Dona Euriza e Karine, minha gratidão por confiarem em mim e por acreditarem, todos os dias, na potência da educação como direito e transformação social. A cada passo da nossa caminhada, suas vozes cheias de sabedoria foram essenciais para me fortalecer nos momentos desafiadores.

Zizi, com sua memória viva e a firmeza ancestral, que inspira coragem e resistência, mesmo diante dos contextos mais duros e adversos; Joselha, com sua incansável luta pela voz do povo quilombola; Ênio, com sua articulação e liderança coletiva; Dona Euriza, com sua força e ações concretas pela educação de qualidade; e Karine, com seu olhar atento e soluções práticas para os desafios enfrentados. Cada um de vocês é pilar na construção do que somos e do que seremos. A luta de vocês reflete a força da coletividade e a esperança em um futuro em que a educação seja acessível como direito.

À educanda Erlane, da EJAI da Pontinha, deixo minha homenagem e respeito. Sua trajetória representa a de muitos e muitas que persistem no sonho de estudar, mesmo diante de tantas dificuldades impostas pela ausência do Estado. A você e a todos/as os/as educandos/as da EJAI, dedico este trabalho com profunda admiração.

Agradeço a minha família, minha base, meu refúgio e alicerce; a minha mãe, Maria Aparecida, mulher de força serena e amor incondicional, que sempre me acolheu com ternura e coragem nos braços e nas palavras; o meu pai, Antônio José, presença firme e silenciosa, que me ensinou o valor da luta diária e da honestidade; e os meus irmãos, companheiros de vida, com quem compartilho laços de sangue, histórias, aprendizados e afetos. Em vocês encontrei o apoio necessário para não desistir, mesmo quando o caminho se tornava árduo.

Agradeço os meus filhos, Marcus, Lucas e Pedro, que são a extensão mais bonita da minha história e ancestralidade, os maiores motivos da minha luta. Em cada um de vocês reconheço a razão do meu empenho, a força que me levantou nos momentos de exaustão e a esperança que me guiou nos dias mais difíceis. Vocês são meu porto seguro e a inspiração diária para acreditar em um mundo mais justo.

Agradeço o meu marido, Edney, que caminha ao meu lado com paciência, presença e apoio incondicional minha gratidão profunda. Obrigada por compreender os silêncios que nem sempre consegui nomear, por respeitar meus ritmos, mesmo quando eram lentos ou intensos demais, e por acreditar comigo, especialmente nos momentos de incerteza e cansaço. Seu companheirismo foi essencial para que esta jornada fosse possível, sustentando não apenas o cotidiano da vida em comum, mas também os sonhos que, por vezes, pareciam distantes demais. Sua presença firme, acolhedora e sensível fez com que cada etapa fosse menos solitária e mais possível.

Os meus netos, Issac e Anthony, que são o começo, o meio e o fim, como bem nos ensina Nêgo Bispo. Em vocês vejo a continuidade da luta e da esperança. Vocês são minha ancestralidade em movimento e o futuro que se anuncia com dignidade e força.

As amigas queridas Clenir, Elaine Freire e Elaine Maciel, companheiras de lutas e de afeto, meu carinho eterno. Suas palavras de incentivo, sua escuta e sua força me sustentaram nos momentos mais desafiadores. Nosso vínculo vai além da amizade; é construção coletiva de resistência e cuidado.

O meu irmão de coração, Pedro, a Gabriela e a Júlia, que abriu a porta de sua casa para me abrigar nessa jornada. Obrigada, Pedro, pelas tardes decoloniais, pelas conversas profundas, pelas trocas afetivas e políticas. O aquilombamento que construímos foi abrigo e horizonte para escrita dessa jornada. Com vocês, aprendi que pensar é sentir juntos o caminhar.

O meu orientador, Professor Natalino, pela escuta sensível, pelas orientações respeitadas e pela confiança no meu processo. Sua condução acolhedora foi essencial para que eu compreendesse que minha pesquisa estava além dos muros da escola, em busca dos futuros estudantes da EJAI, que, apesar do desejo de estudar, estavam silenciados pela ausência de

políticas públicas. Sua orientação foi um convite à escuta dos territórios e à valorização dos saberes que ali resistem.

Os professores da linha de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos, meu profundo agradecimento ao Professor Heli Sabino, cuja trajetória inspiradora e compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva foram fundamentais para minha caminhada, demonstrando que a universidade pública também podia ser lugar para uma ex-educanda da EJAI, mulher quilombola e oriunda da classe popular trabalhadora. Sua crença na educação como prática de liberdade e sua luta por uma universidade popular me deram forças para acreditar que este espaço também me pertencia.

A professora Analise, companheira de luta sindical, minha eterna gratidão. Sua coragem, solidariedade e dedicação à justiça social foram pilares nesta jornada. Como ela sempre diz: “Sigamos!” expressão que representa a persistência da luta coletiva.

A banca examinadora, composta pelas professoras Carmem Eiterer e Shirley Miranda, minha gratidão por aceitarem caminhar comigo neste processo. Suas leituras atentas e contribuições valiosas me ajudaram a compreender os processos históricos de negação aos quais as comunidades quilombolas são submetidas, assim como os silenciamentos que marcam minha própria trajetória.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, por permitirem que eu ocupasse este espaço com minha identidade quilombola e por ampliarem o diálogo com outras epistemologias.

O Sind-UTE/MG, especialmente a subsede de Sete Lagoas, onde atuo como diretora sindical, agradeço por ser espaço de militância, formação e resistência. Cada luta travada pelo direito à educação pública e de qualidade também está registrada nestas páginas.

Os colegas com quem hoje compartilho o chão da escola, especialmente Alexandre e Cíntia, que foram também meus professores na EJAI. Com vocês, aprendi o verbo esperar. Suas práticas pedagógicas, comprometidas e afetivas, me mostraram a potência de uma educação humanizadora. Meus sinceros agradecimentos!

Por fim, este trabalho é fruto de um sonho coletivo, forjado na luta e na resistência de tantos que, antes de nós, batalharam incansavelmente para que hoje pudéssemos ocupar os espaços que ocupamos, afirmando nossas vozes e existências. É também uma homenagem à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), que segue sendo trincheira de esperança para o povo negro, quilombola e trabalhador, na construção de uma educação verdadeiramente libertadora, crítica e emancipadora.

Axé!

“Peço licença aos meus ancestrais e àqueles que ainda estão comigo.”

RESUMO

A educação é umas dimensões fundamentais no fortalecimento das comunidades quilombolas. Porém, não está isolada, ela se articula com outras práticas sociais, culturais, políticas e econômicas que sustentam a vida comunitária nesses espaços. No entanto, o acesso à educação enfrenta desafios, como o preconceito institucional, a falta de infraestrutura e as distâncias geográficas, especialmente no que se refere à modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), voltada a um público historicamente excluído. Diante disso, esta pesquisa buscou compreender as conquistas das políticas públicas educacionais da comunidade da Pontinha, por meio da atuação de sua Associação Comunitária, destacando a efetivação do direito à educação para jovens, adultos e idosos nesse território. Embasada em autores como Munanga (1996, 2001), Gomes (2005, 2012), Arroyo (2000, 2013, 2017) e Freire (1987), este trabalho inclui relatos de lideranças locais Zizi, Ênio, Joselha, Erlane e Dona Euriza que apontam desafios como a ausência de transporte escolar e a escassez de incentivos para a permanência dos estudantes nas salas de aula. A metodologia é qualitativa, com uso de entrevistas semiestruturadas com lideranças, docentes e discentes, e é fundamentada em teóricos como Minayo (2002), Bardin (2011) e Gil (2007), além da análise de estudos de Miranda (2012, 2016, 2020), Silva (2013, 2017, 2020), entre outros. Os resultados indicam que a atuação sociopolítica da Associação garantiu conquistas históricas na área da educação, como a implementação da EJAI e do Ensino Médio noturno. Além disso, observou-se um processo de construção da identidade quilombola, evidenciado pela renomeação da Associação Quilombola. Propõe-se, ainda, o modelo dos troncos como uma alternativa pedagógica inspirada em uma prática comunitária bem-sucedida na Comunidade Quilombola da Pontinha, passível de adaptação em outros contextos quilombolas, promovendo a inclusão educacional e social, a valorização dos saberes tradicionais e o fortalecimento do protagonismo local.

Palavras-chave: associação; EJAI; quilombo; resistências.

ABSTRACT

Education is a fundamental dimension in strengthening quilombola communities, yet it does not stand alone; it interweaves with other social, cultural, political, and economic practices that sustain community life in these territories. However, access to education faces challenges such as institutional prejudice, lack of infrastructure, and geographic distance especially regarding the education of young people, adults, and the elderly (EJAI), a modality aimed at a historically excluded population. In this context, this research seeks to understand the achievements of public education policies in the Pontinha community through the work of its Community Association, emphasizing the realization of the right to education for youth, adults, and elders in the territory. Grounded in authors such as Munanga (1996, 2001), Gomes (2005, 2012), Arroyo (2000, 2013, 2017), and Freire (1987), the study includes accounts from local leaders Zizi, Ênio, Joselha, Erlane, and Dona Euriza who highlight challenges such as the absence of school transportation and the lack of incentives for student retention. The methodology is qualitative, employing semi-structured interviews with community leaders, teachers, and students, based on theorists such as Minayo (2002), Bardin (2011), and Gil (2007), alongside analyses from studies by Miranda (2012, 2016, 2020), Silva (2013, 2017, 2020), among others. The results indicate that the sociopolitical actions of the Association led to historic achievements in education, such as the implementation of EJAI and evening high school classes. Furthermore, a process of quilombola identity construction was observed, evidenced by the renaming of the Quilombola Association. The research also proposes the "model of the trunks" as a pedagogical alternative inspired by a successful community practice in the Quilombola Community of Pontinha, which could be adapted to other quilombola contexts to promote educational and social inclusion, the appreciation of traditional knowledge, and the strengthening of local agency.

Keywords: association; EJAI; quilombo; resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Registro fotográfico da pesquisadora	22
Figura 2 – Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha	32
Figura 3 – Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha	33
Figura 4 – Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha	34
Figura 5 – Erlane, ex-educanda da EJAI	35
Figura 6 – Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha	36
Figura 7 – Marcos, professor que atuou na EJAI.....	37
Figura 8 – Portal da entrada da Comunidade Quilombola da Pontinha.....	38
Figura 9 – Localização de Paraopeba e do Quilombo da Pontinha no mapa de Minas Gerais	45
Figura 10 – Certidão de autorreconhecimento da FCP.....	46
Figura 11 – Foto prédio da Associação Quilombola da Pontinha antes da reforma	47
Figura 12 – Foto do prédio antigo da Associação Quilombola da Pontinha antes da reforma.....	47
Figura 13 – Foto do prédio da Associação Quilombola da Pontinha em reforma	47
Figura 14 – Mapa dos troncos no terrotório da comunidade da Pontinha	63
Figura 15 – Pintura da escola da Associação Quilombola da Pontinha.....	75
Figura 16 – Foto da escola da Associação Quilombola da Pontinha	76
Figura 17 – Foto da entrada da escola da Associação Quilombola da Pontinha em 2025.....	76
Figura 18 – Documento de criação da escola da comunidade da Pontinha.....	77
Figura 19 – Reunião para implementação da EJAI e Ensino Médio	78
Figura 20 – Apresentação artística para receber a secretária da Educação Estadual Macaé Evaristo.....	79
Figura 21 – Apresentação artística para receber a secretária da Educação Estadual Macaé Evaristo.....	80
Figura 22 – Professores dentro do ônibus	83
Figura 23 – Manifestação dos moradores do Quilombo da Pontinha contra o fechamento da escola	83
Figura 24 – Convite para mobilização para o não fechamento da escola do noturno.....	87

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Distribuição dos estudantes por tronco e etapa/ano da EJAI.....	64
----------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Percentual da população quilombola no território nacional.....	44
----------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CECIMIG	Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais
CEP	Comitê de Ética da Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
ENCI	Ensino de Ciências por Investigação
EPN	Educação Popular Negra
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PROUNI	Programa Universidade para todos
SEE	Secretaria Estadual de Educação
Sind-UTE/MG	Sindicato Único dos Trabalhadores(as) da Educação de Minas Gerais
SER	Superintendência Regional de Ensino
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 SALVE A LUZ QUE CHEGA: ENTRE COM AXÉ QUE A CASA É DE SABER E MEMÓRIA.....	24
1.1 Saberes que florescem da memória: a pedagogia do cuidado e da resistência na Pontinha.....	24
1.2 Objetivo geral.....	25
1.3 Objetivos específicos.....	25
1.4 Tateando conhecimentos e saberes: ancorando entre registros e palavras.....	25
1.5 Tecendo caminhos com os fios da memória e da escuta: os percursos metodológicos da pesquisa.....	28
1.6 Os caminhos da entrevista: construindo laços e afetos sociopolíticos.....	31
2 UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS SOCIOPOLÍTICAS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA.....	38
2.1 Caracterização da Comunidade Quilombola da Pontinha.....	38
2.2 Uma Pontinha de Terra: para começar a contar a nossa história.....	40
2.3 A Constituição de 1988 e os direitos quilombolas no Brasil.....	50
2.4 CONAQ: voz e força dos quilombos na defesa de direitos e territórios.....	57
2.5 A cultura oral e seus troncos de memória: entre narrativas, lendas e estórias quilombolas.....	61
3 ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA E A LUTA PELO DIREITO À EJAI.....	73
3.1 Educar para reparar e re(existir): a EJAI como caminho de justiça no Território Quilombola da Pontinha.....	73
3.2 Educação em disputa: a luta diária pela escola aberta.....	80
3.3 Saberes negros em movimento: educação popular na EJAI quilombola.....	88
4 CONTRIBUIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA PARA A GARANTIA DO DIREITO SOCIAL E HUMANO DA EJAI NO TERRITÓRIO.....	95
4.1 Memórias e resistências: a força da coletividade de um povo de luta.....	95
4.2 Ação coletiva como caminho de resistência e transformação.....	97
4.3 Relação dialógica entre a Associação com o poder público a favor do direito à educação.....	102

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS...SUMÁRIO.....	117
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	128
	APÊNDICE B – Carta de anuência da Associação Quilombola da Pontinha	131
	APÊNDICE C – Entrevista com a ex-presidenta da Associação.....	132
	APÊNDICE D – Entrevista com o atual presidente da Associação.....	134
	APÊNDICE E – Entrevista com professor que atuou na EJAI.....	136
	APÊNDICE F – Entrevista com a aluna egressa da EJAI.....	137

INTRODUÇÃO

A construção do Eu quilombola

[...] eu saí muito cedo do meu quilombo, e fui viver do lado de fora, eu me sentia como se eu não pertencesse àquele mundo, sabe? A gente fica querendo caber no mundo dos outros. A gente sente que está no mundo dos outros e não no nosso. Eu ia para a escola e falava do jeito lá de casa e a professora corrigia o meu modo de falar. Que não se pronunciava assim. E aí, sabe? Eu ficava querendo caber no mundo dos outros. Quando eu cheguei aqui como professora da comunidade da Pontinha, eu já estava buscando a minha história e minha identidade. Eu cheguei aqui e o que eu vi foi o meu jeito. Eu me reconheci aqui. É o jeito lá de casa (Vilma Aparecida Alves Silva, 2024).

Escrever sobre nós mesmos, às vezes, é muito conflituoso, uma vez que somos os atores e as atrizes da nossa própria história. Por isso, procurei buscar nas minhas lembranças fatos que estavam esquecidos, mas que vieram à tona de forma intensa a partir desta escrita, sobretudo aqueles relacionados à escola. Recordo-me muito bem dos meus professores e das minhas professoras pessoas que sempre acreditaram em mim e me incentivaram a prosseguir pelos caminhos da educação.

Venho de uma família pobre, humilde e batalhadora. Meus pais tinham pouca escolaridade: meu pai era analfabeto e minha mãe frequentou a escola até a antiga terceira série. Talvez por isso, em minha casa infelizmente não se falava em faculdade. A principal preocupação era concluir o Ensino Fundamental, e, com sorte, quem sabe, o Ensino Médio. Apesar disso, a longevidade escolar não era uma realidade apenas na minha casa, pois a maioria das pessoas com quem eu convivia também vivia essa mesma condição. O Ensino Superior, portanto, não era um assunto presente nas conversas familiares.

Hoje, refletindo e, principalmente, escrevendo, consigo compreender que essa situação era (e ainda é) comum à maioria das famílias brasileiras. A condição econômica do país, somada à exclusão histórica das populações negras e quilombolas, não favorecia nossos sonhos. A universidade era vista como um espaço destinado aos filhos e filhas da elite, não aos filhos e filhas da classe popular trabalhadora. Por isso, esse assunto sequer era abordado em casa. Mas, apesar das muitas barreiras no meu percurso, sempre acreditei que um dia conseguiria ingressar na universidade.

Nasci no Norte de Minas Gerais, na zona rural da cidade de Bocaiuva, em um quilombo chamado Sítio Mucambo, onde nasceu meu corpo e minha alma de educadora. Cresci, sobretudo, entre ausências: de escola, de direitos, de reconhecimento. Mas jamais de afeto ou de força.

Devido a esse contexto, não frequentei a Educação Infantil. Infelizmente, não havia escola que ofertasse esse nível de ensino na região. Em busca de melhores condições de vida, meus pais decidiram mudar-se para uma cidade mais próxima da capital. Fomos morar em Paraopeba, a cerca de 100 km de Belo Horizonte.

Foi apenas aos sete anos, já em outra cidade, que entrei pela primeira vez em uma sala de aula. Tinha em mim o brilho da novidade e o peso da diferença. Muitos dos meus colegas já haviam frequentado a Educação Infantil, menos eu. Alguns deles, inclusive, já sabiam realizar diversas atividades escolares. Foi um período difícil, pois a maioria da sala já sabia realizar atividades que para mim eram totalmente novas. Sentia-me atrasada, insegura e perdida. Essa sensação de inadequação me acompanhou por um bom tempo, como uma marca silenciosa da desigualdade educacional que muitas pessoas como eu sofrem quando saem de seus territórios.

Passados os anos – e hoje atuando como docente em uma comunidade quilombola –, consigo entender melhor a minha própria história. Para nós, quilombolas, as oportunidades sempre foram escassas ou inexistentes. Trabalhar, atualmente, em um quilombo me fez voltar às minhas origens e compreender com mais profundidade minha infância, minha escolaridade e meu próprio nascimento, que era diferente das pessoas que eu encontrei na cidade.

Meu pai era analfabeto, e minha mãe estudou apenas até o terceiro ano do Ensino Fundamental I. Em nossa comunidade, os saberes eram (e ainda são) transmitidos por meio da oralidade e da vivência. Aprendíamos com os mais velhos, com as práticas cotidianas, com a terra, com os encantados. A cura vinha pelas rezas, pelas benzeduras, pelas ervas do cerrado ou pelas mãos de algum curandeiro da comunidade. Esses saberes, por muito tempo marginalizados pela escola tradicional, hoje os reconheço como parte da diversidade dos conhecimentos tradicionais quilombolas que a nós são repassados.

Por não termos acesso ao hospital, eu, por exemplo, nasci com a ajuda de uma parteira, algo que silencieei durante boa parte da minha vida. Isso aconteceu porque não encontrava ninguém ou quase ninguém que tivesse nascido dessa forma. Por isso, passei a sentir vergonha de compartilhar essa parte da minha história, assim como muitos outros acontecimentos. Comecei a apagar esse fato da minha trajetória.

Sempre ouvi comentários preconceituosos por ter vindo do Norte de Minas, como se tivesse “vindo rolando na enxurrada”, e isso numa região em que mal chove! Essas falas me marcaram profundamente. No entanto, hoje, consciente da minha história e do meu pertencimento quilombola, me fortaleço e combato esse e outros tipos de discriminação regional, social e racial. Faço questão de contar sobre o meu nascimento, minhas raízes e minha trajetória. Tenho plena certeza de que retornarei ao quilombo onde nasci para recontar minha

história com a consciência que venho adquirindo. Nesse sentido, a realização deste estudo significa, entre outras coisas, o reencontro com a minha história.

Dando continuidade à questão escolar e me constituindo hoje como pesquisadora da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), consigo entender melhor o meu próprio percurso escolar, que foi tantas vezes incerto e interrompido e que ocorreu em várias escolas. Para concluir o Ensino Fundamental II, fiz o 5º ano na cidade de Sete Lagoas, Minas Gerais, pois, na época, já havíamos mudado de cidade. No entanto, parei no 6º ano e só retornei aos estudos aos 16 anos, em uma escola em Belo Horizonte, onde cursei o 6º e o 7º anos no período noturno. Naquela época, me mudei para a capital para poder trabalhar.

Novamente minha trajetória na educação foi interrompida, por motivos relacionados ao trabalho e à constituição da minha família, pois tive meu primeiro filho aos 20 anos e o segundo aos 21. Nesse período, permaneci fora da escola. O meu retorno à educação aconteceu em 2001, já com 27 anos, quando ingressei na EJAI em uma escola municipal em Paraopeba, Minas Gerais, onde finalmente consegui concluir o Ensino Fundamental II e prosseguir no Ensino Médio na mesma modalidade. Concluí essa etapa em 2003.

A atuação dos/das meus/minhas professores/as na EJAI foram fundamentais para que eu continuasse em busca de conhecimento. A EJAI me proporcionou estudar de forma compatível com minha realidade de vida. Com o Ensino Médio completo, pude prestar concurso público e fui aprovada como Agente Comunitária de Saúde. Com a estabilidade no emprego, floresceu o desejo de cursar o Ensino Superior pela dignidade, autonomia intelectual e possibilidade de transformação social. Em 2007, ingressei no curso de Gestão Ambiental.

Entre no Ensino Superior como quem pisa em território sagrado. Fui bolsista do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e me tornei a primeira da família a cursar uma graduação. Como eu disse, escolhi o curso de Gestão Ambiental, no qual conheci o professor que, mais tarde, se tornaria meu companheiro de vida e de lutas. Mas foi ele também quem acendeu em mim o desejo de ensinar. Por isso, em busca do meu mais novo sonho, que era o de ser professora, voltei à universidade, desta vez para cursar licenciatura em Ciências Biológicas, no Centro Universitário Claretiano (Ceucar), em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em 2012, um semestre antes de me formar na licenciatura, surgiu um concurso público municipal na área educacional. Foi a oportunidade de tentar mudar de profissão para docente, embora ainda não tivesse terminado a licenciatura. Fiz o concurso e fiquei em segundo lugar para uma vaga. A pessoa classificada em primeiro lugar foi chamada, o que me deu tempo hábil para concluir a licenciatura em 2014. Na ocasião, a professora de Ciências da Comunidade Quilombola da Pontinha se aposentou e fui chamada para assumir o cargo efetivo na

comunidade, onde estou até hoje. Vi nos olhos dos/as estudantes quilombolas o reflexo da minha própria história.

A prática docente sempre me motivou a buscar aperfeiçoamento, no intuito de oferecer um ensino mais significativo para os/as educandos/as, além de me qualificar profissionalmente como professora. Em 2013, ingressei no curso de Pós-Graduação Lato Sensu Ensino de Ciências por Investigação (ENCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ofertado pelo Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais (CECIMIG/FaE/UFMG). A pesquisa de conclusão de curso abordou tema relacionado à promoção da saúde e à alimentação saudável, focada nos hábitos alimentares dos estudantes da EJAI.

Acredito que as atividades investigativas, com temas relacionados ao cotidiano dos/das educandos/as, podem representar uma mudança de atitude e postura. Afinal, eles são sujeitos e sujeitas construtores/as de sua aprendizagem. A escola, a partir dessa interpretação, é um lugar privilegiado, pois pode contribuir para essa mudança, considerando projetos de vida diversos.

O meu interesse pela EJAI se dá também porque fui egressa dessa modalidade. Vivi na pele os desafios enfrentados para acessar e permanecer na escola. Muitas instituições ainda têm posturas tecnicistas e distantes da realidade dos/das estudantes. No entanto, a EJAI também é lugar de esperança, como foi para mim. Por isso, me dediquei a conhecer melhor esse público e suas necessidades, especialmente os/as estudantes oriundos/as da Comunidade Quilombola da Pontinha, que precisavam ir até a cidade para estudar, enfrentando obstáculos diversos.

Concluí a pós-graduação em 2015. Devido à relevância do meu trabalho e pelo fato de ser ex-estudante da EJAI, fui convidada para apresentá-lo no Simpósio Comemorativo de 50 anos do CECIMIG/FaE/UFMG. A partir desse momento, quis aprofundar ainda mais meu conhecimento sobre os sujeitos da EJAI. Em 2017, ingressei na pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), cujo projeto final foi um “Memorial de Prática Docente”, em que contei minha trajetória de estudante da EJAI, até me tornar professora. Essa experiência ampliou minha visão sobre meu papel como educadora e também como estudante. Concluí essa fase em 2018.

Hoje, 13 anos após ter iniciado minha jornada docente, procuro adotar metodologias ativas, nas quais o conhecimento é construído coletivamente. Essa abordagem tem tornado o processo de ensino e aprendizagem mais leve e significativo tanto para mim quanto para os/as educandos/as. Entendi também que ocupar espaços estratégicos é uma forma de resistência. Por isso, atualmente, sou dirigente sindical e coordenadora da Secretaria de Combate ao Racismo, Igualdade Racial, Povos Originários e Tradicionais do Sind-UTE/MG (subsede Sete Lagoas). No município de Paraopeba, exerço a presidência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE),

a vice-presidência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e sou conselheira do Conselho Municipal de Educação.

Tenho me dedicado às lutas pelo direito humano à escolarização, em especial à EJAI na comunidade da Pontinha. A EJAI me habita. Habita meus dias, minhas aulas, minhas inquietações. Porque ali estão os corpos e as vozes de quem, como eu, foi muitas vezes deixado à margem. Mas também ali mora a potência, a sabedoria e a força de quem insiste em sonhar, apesar de tudo.

Afinal, como pensar uma educação verdadeiramente reparadora, equalizadora e emancipadora, se não reconhecermos as trajetórias e os sonhos de quem sempre teve o ingresso à escola negado? Como construir um ensino que promova não apenas o acesso, mas também a permanência e o aprendizado?

Escrevo esta autobiografia como parte desta dissertação não apenas para contar minha história de vida, mas para afirmar a potência da educação como caminho de transformação e direito coletivo. Sou fruto da luta do meu povo quilombola!

Aprendi, com Paulo Freire, que educar é um ato político, profundamente carregado de esperança. Se cheguei até aqui, foi porque muitas mãos me sustentaram – mãos de parteiras que acolheram minha chegada ao mundo, de mulheres negras que me antecederam e resistiram.

Se hoje estou no mestrado profissional, é porque tive professores/as que me ensinaram muito além da leitura das palavras me ensinaram a ler o mundo com senso crítico, coragem e compromisso. É por isso que luto com firmeza e paixão para que mais educandos/as tenham acesso à educação, reconstruam suas trajetórias e possam, assim como eu, escrever novas histórias de vida com dignidade e protagonismo.

E, para encerrar este relato, deixo ecoar as palavras de Freire, que seguem alimentando minha caminhada como educadora, pesquisadora e mulher quilombola. Palavras que reafirmam minha fé na educação como força transformadora, que não se rende ao presente, mas ousa sonhar e construir o futuro. “Quando a educação deixa de ser utópica, é porque o futuro não significa mais nada para o homem, pois este teme arriscar seu futuro por se conformar com o presente” (Freire, 1987, p. 52).

Figura 1 – Registro fotográfico da pesquisadora



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

“Conhecer a nossa ancestralidade é se reconhecer e conhecer o nosso lugar no mundo!”

Vilma Aparecida Alves Silva, 2025.

É nesse ato de inconformidade com a realidade que esta pesquisa foi escrita e organizada em quatro capítulos, para que o/a leitor/a possa percorrer por estas laudas e compreender que as utopias são possíveis de serem realizadas e registradas.

Na introdução apresento meu memorial, no qual busco refletir e construir minha identidade quilombola e um pouco da minha trajetória escolar como discente da EJAI. Posteriormente, enquanto docente exponho como minha experiência discente contribuiu para encorajar meus/minhas educandos/as na EJAI avançarem em seus estudos.

O objetivo do Capítulo 1, intitulado como “Salve a luz que chega: entre com axé que a casa é de saber e memória”, é de apresentar os caminhos teórico-metodológicos do estudo, que busca compreender o papel da Associação Quilombola da Pontinha na efetivação da EJAI, em articulação com a escola e as políticas públicas. A pesquisa é qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, e as falas de seis participantes da comunidade destacam a mobilização local na luta pelo direito à educação. A revisão de literatura aborda território, educação, movimentos

quilombolas e o protagonismo das comunidades, ressaltando a falta de estudos sobre a EJAI na Pontinha, onde a casa é também espaço de saber, memória e transformação.

No Capítulo 2, “Uma história de lutas e conquistas sociopolíticas da Associação Quilombola da Pontinha”, apresento o processo histórico de organização da comunidade e de consolidação da associação quilombola como sujeito coletivo de luta. Abordo suas conquistas no campo da educação, da saúde, da regularização territorial e da identidade étnico-racial, destacando a força da mobilização popular como eixo estruturante dessas vitórias.

No Capítulo 3, “Associação Quilombola da Pontinha e a luta pelo direito à EJAI”, conduzo uma análise mais aprofundada das ações empreendidas pela comunidade na defesa do direito à educação de jovens, adultos e idosos. A partir da escuta de lideranças, de ex-educanda e de moradores/as, revelo os desafios vivenciados, os enfrentamentos realizados e os significados atribuídos à EJAI como instrumento de dignidade, reparação histórica e fortalecimento da cidadania quilombola.

No Capítulo 4, “Contribuições da Associação Quilombola da Pontinha para a garantia do direito social e humano da EJAI no território”, discuto as articulações políticas mais recentes e os avanços concretos no processo de retomada da EJAI no segundo semestre de 2025. Destaco o papel dos troncos como espaços de escuta, mapeamento de demandas e mobilização comunitária, reafirmando a centralidade da cultura quilombola na construção de políticas públicas efetivas e respeitadas.

No recurso educativo, apresento um miniatlas, com mapas regionalizados de cada tronco, que foi utilizado na Pontinha para mapear e quantificar os futuros estudantes da EJAI. Por meio do levantamento nos troncos, a comunidade identificou pessoas interessadas na EJAI. Em outras comunidades, o recurso dos troncos pode ser adaptado para mapear a demanda pelos seus anseios educacionais e sociais. Essa forma de organização permite que a própria comunidade se organize, participe ativamente do processo e tenha um papel central na identificação das suas necessidades.

Nas considerações finais, reafirmo que a luta pela EJAI na Pontinha não é isolada nem recente – ela se inscreve em uma longa trajetória de resistência e de afirmação de direitos construída por muitas mãos, vozes, memórias e lutas coletivas, forjada no chão da comunidade e na escuta dos sujeitos que nela atuam e resistem.

1 SALVE A LUZ QUE CHEGA: ENTRE COM AXÉ QUE A CASA É DE SABER E MEMÓRIA

A gente não pode ficar naquela, né, sempre na plateia. A gente tem que parar de estar na plateia. A gente tem que estar lá no palco. Nós da comunidade ficamos muito tempo na plateia. Então, agora está na hora de não ser plateia mais, está na hora de estar lá no palco. E as pessoas lá nos aplaudindo. E agora nós temos tomado essa consciência. A gente já aplaudiu muito, mas hoje não. A Associação hoje é muito presente, graças a Deus. Através da Associação, nós temos ganhado muita coisa, e sido reconhecidos, o Quilombo da Pontinha de uns anos pra cá tem sido muito falado (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

O título “Salve a luz que chega: entre com axé que a casa é de saber e memória” é uma saudação inspirada nas práticas de acolhimento das comunidades quilombolas, como forma de receber, proteger e reverenciar quem chega com respeito e boas intenções. Essa escolha não é apenas estética, mas profundamente simbólica; representa a abertura de um espaço sagrado de escuta e partilha, tal como acontecia nas primeiras formas de educação comunitária na Pontinha.

Ao usar essa saudação, afirmamos a centralidade da ancestralidade, da espiritualidade e da hospitalidade na construção dos saberes e na organização da vida coletiva. A casa referida no título é tanto a casa física quanto a de Dona Francisca Moreira Barbosa, que foi a primeira sala de aula da comunidade e o paiol de Senhor Manoel e posteriormente Senhor Carlos, rememorando a simbologia da memória e da luta, onde se preservam ensinamentos passados de geração em geração. Nesse sentido, a educação na Pontinha não se iniciou com as estruturas oficiais do Estado, mas com os gestos cotidianos de cuidado, ensinamento e resistência de mulheres e homens quilombolas.

1.1 Saberes que florescem da memória: a pedagogia do cuidado e da resistência na Pontinha

As conquistas de políticas públicas e educativas das comunidades quilombolas estão no cerne das suas lutas no território. Em reconhecimento ao seu papel de agente de desenvolvimento social e local é que propomos a seguinte indagação: De que maneira a Associação Quilombola da Pontinha tem contribuído para a conquista da EJAI, na comunidade? De modo complementar a essa questão, interessa-nos entender ainda: Quais são os

enfrentamentos necessários de serem realizados para garantir o direito social e humano das pessoas jovens, adultas e idosas nesse território? Quais negociações sociopolíticas são necessárias de serem realizadas?

1.2 Objetivo geral

Compreender o papel social desempenhado pela Associação Quilombola da Comunidade da Pontinha relacionado à efetivação do direito social e humano da EJAI no território.

1.3 Objetivos específicos

- Conhecer e registrar a história da Associação Quilombola da Comunidade da Pontinha e a sua participação sociopolítica no território.
- Averiguar a participação da Associação no processo de implementação da EJAI na escola buscando refletir acerca das conquistas, dos desafios e dos enfrentamentos necessários para a sua manutenção-fechamento.
- Entender possíveis relações dialógicas estabelecidas entre a Associação, às instituições escolares e os órgãos das políticas municipal e/ou estadual da cidade.

1.4 Tateando conhecimentos e saberes: ancorando entre registros e palavras

Desenvolver um estudo de pesquisa de trabalho acadêmico exige algumas habilidades no campo da formação científica. Dentre essas habilidades, podemos destacar o processo de revisão de literatura com a finalidade de levar o/a pesquisador/a registrar, a partir de um levantamento bibliográfico, quais as discussões estão ocorrendo em relação ao tema de sua pesquisa, quais são os avanços científicos e bases estão sendo fundamentadas acerca do tema, os termos e as discussões teóricas, sobre os autores que têm contribuído com a questão específica do trabalho “como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance” (Nobrega-Therrien; Terrien, 2004, p. 3).

Assim, visando investigar e compreender a EJAI e o papel das associações quilombolas diante das demandas educativas, foi realizado um levantamento de quais autores/as versam sobre o tema por meio de leituras de teses e dissertações. No primeiro momento, fizemos a

busca com as seguintes palavras-chaves EJA, EJAI, associação quilombola, Ensino Fundamental e Ensino Médio em Minas Gerais.

Em relação ao descritor “associação quilombola”, que constitui o cerne de nossa pesquisa, observamos que sua ocorrência textual se dá, na maioria das vezes, apenas nos corpos dos textos, geralmente associada às lutas dessas comunidades pela garantia de seus territórios. Por isso, nos textos em que se fizerem presentes as associações, enfatizamos atender os propósitos do estudo. O primeiro trabalho analisado trata-se de uma pesquisa apresentada com o título *Das fronteiras: mulheres, gestão quilombola e gestão escolar no quilombo-ribeirinho de Alegre, Januária MG*, de autoria de Gilmara Silva Souza, vinculada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nesse trabalho, observamos aspectos que vêm ao encontro do trabalho que pretendemos desenvolver como as lutas pelos direitos sociais especialmente no campo da Educação Básica que essas comunidades frequentemente precisam empreender para garantir a oferta da educação quilombola dentro dos limites de seus territórios.

Nesse sentido, verificamos algumas correspondências entre a nossa pesquisa. É interessante notar ainda que, em ambos os estudos, as lideranças referenciadas como autoridades são as mulheres quilombolas. Deparamo-nos com o poder das mulheres no interior dessa comunidade fazendo frente na gestão comunitária, nas lutas pelo direito a educação, na luta pela terra. A pesquisa supracitada articula o feminismo nas relações de poder e na performance das mulheres quilombolas e as estratégias de enfrentamento às diversas formas de poder de opressão que são postas diariamente a essas comunidades.

Ao realizarmos a pesquisa com os três descritores EJA, EJAI e associação quilombola, obtivemos 155 resultados e encontramos alguns trabalhos que se aproximavam do nosso tema – dentre elas, uma pesquisa intitulada *Identidade e território da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata-Aparecida de Goiânia (1988-2015)*, do autor Fernando Bueno Oliveira, da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O estudo levanta alguns questionamentos bem parecidos com os nossos, tais como: A partir de quando aquela comunidade sentiu a necessidade de se organizar enquanto associação? Por quê? Quais os alcances e limites políticos e sociais da Associação? Isso se aproxima da nossa pergunta de pesquisa, que versa sobre como entender quais são os enfrentamentos necessários para garantir o direito à escolarização de jovens, adultos e idosos e com um dos nossos objetivos, que é entender se há uma ação dialógica estabelecida entre a Associação, as instituições escolares e os órgãos das políticas municipal e/ou estadual da cidade de Paraopeba.

O autor dialoga com a intenção de compreender o processo da fundação da Associação Quilombola Urbana Cascata (AQUJC) e sua dinâmica coletiva por conquistas sociais, tentando

traçar um perfil social de seus integrantes, do discurso dos sujeitos de ação e da atuação associativa pelo direito à moradia. A comunidade tem uma ascendência oriunda de Minas Gerais – outra característica que se assemelha com a localização territorial da Pontinha. Segundo o autor, ao selecionar o título da pesquisa dele, o objetivo foi apresentar a força que as associações comunitárias quilombolas constituem enquanto movimento social, no contexto da luta e das ações específicas em prol ao direito à moradia, perpassando pelo jogo burocrático do poder público, alcançando o patamar de conquistas sociais importantes, tais como o terreno e a própria construção das casas quilombolas.

No final de seu estudo, o autor sugere que, ao desvendar a atuação das organizações sociais e, mais precisamente, das associações que lutam pelos direitos básicos da vida, é necessário reconhecer a importância da coletividade. No caso das associações quilombolas, é também relevante estabelecer relações com o passado histórico do povo, marcado por posições forçadamente subalternizadas, inicialmente escravizado mesmo após a abolição da escravatura, marginalizado perante uma sociedade segregacionista, característica que permanece até hoje.

Ainda com o objetivo de aprofundar a nossa investigação, referenciamos as palavras-chaves “conquistas” e “lutas” das “associações comunitárias quilombolas”, entre outras, resultando retorno de 26 trabalhos do período entre 2019 e 2023. Encontramos um artigo intitulado “A Associação Acquicambará como instrumento de lutas e conquistas da comunidade quilombola do Cambará Rio Grande do Sul”, escrito por quatro autores. No decorrer do texto, eles objetivam demonstrar a importância da luta coletiva através das associações enquanto forma de organização da comunidade para alavancar suas lutas e alcançar seus objetivos. Constituída com um pensamento do bem comum, ou seja, a associação se torna responsável pelo histórico de conquistas da comunidade, inclusive o direito à educação. Tal pensamento está em conformidade com a proposta deste estudo, no que concerne ao entendimento da Associação Quilombola da Pontinha como protetora da comunidade e como organização que alavanca as suas lutas pelo bem comum, além de buscar conquistar seus objetivos e direitos relativos ao seu território.

Com os descritores “associação quilombola”, “escolarização direito luta” e “EJAI”, obtivemos, aproximadamente, 39 trabalhos, com recorte temporal de 2019 a 2023. Como principal resultado, destacamos a dissertação de Marinalva da Costa Silva, intitulada *A educação de jovens e adultos quilombolas no município de Campos Novos, Santa Catarina: repercussões das interfaces de territórios e deslocamentos*, apresentada no ano de 2023. O objetivo foi apresentar um estudo sobre as práticas de exclusão e segregação correlacionadas

aos aspectos étnico-raciais no contexto quilombola com sujeitos da EJAI e, assim, identificar qual realmente é o sentido dessa modalidade de ensino no contexto quilombola para construção dos meios de superação do racismo estrutural no município de Campos Novos.

Outro aspecto relevante no levantamento bibliográfico foi o de identificar o protagonismo das mulheres quilombolas nas teses e nas dissertações, principalmente no que diz respeito às lutas pelo direito ao território, à educação e à saúde. Uma das hipóteses refere-se ao fato de os homens necessitarem, muitas vezes, sair dos seus territórios para trabalhar e das mulheres assumirem, nas comunidades, as tradições, as manifestações culturais e as lutas. Assim, as mulheres desses coletivos são de suma importância para garantir e preservar os direitos e de resistência quilombola.

No final do mapeamento com os descritores utilizados na plataforma do Google Acadêmico, não foi possível identificar qualquer artigo sobre EJAI e sobre a Associação Quilombola da Pontinha, revelando, assim, a originalidade deste estudo e das lutas relacionadas ao direito da EJAI por parte da comunidade quilombola neste território. Com isso, ponderamos que é de fundamental importância que haja mais atenção por parte dos entes federativos, através de políticas públicas, no que diz respeito à garantia do direito à educação de qualidade social e da valorização cultural e histórica dessas comunidades.

1.5 Tecendo caminhos com os fios da memória e da escuta: os percursos metodológicos da pesquisa

Pesquisar é um ato fundamental, pois a investigação nos permite desnudar o mundo ao nosso redor, abrindo caminhos para a resolução de problemas, para a criação de inovações e para a compreensão mais profunda da sociedade e do comportamento humano. Como afirma Fortin, “o conceito de investigação científica consiste em um processo que permite resolver problemas ligados ao conhecimento de fenômenos do mundo real no qual nós vivemos” (Fortin, 2003 *apud* Bento, 2012, p. 1).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa emerge como a abordagem mais adequada para alcançar os objetivos propostos nesta investigação. Sua importância, especialmente na área da educação, reside no fato que oferece ao pesquisador oportunidade para refletir criticamente sobre sua própria atuação nesse processo. A pesquisa qualitativa permite colocar no centro do estudo o olhar dos profissionais da educação, ampliando a compreensão sobre esse universo.

Para a realização desta investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados: entrevista semiestruturada, com gravação de áudio e posterior transcrição;

observação participante, acompanhada por anotações registradas em um diário de bordo construído ao longo de todo o percurso investigativo; revisão de literatura; análise documental; além de registros fotográficos e jornalísticos. Todos esses dispositivos foram previamente apresentados aos participantes da pesquisa, de modo que se sentissem à vontade, garantindo que o processo ocorresse com respeito, ética e sem constrangimentos.

Acreditamos que, por meio da entrevista e da escuta atenta, foi possível alcançar uma compreensão mais profunda das vivências dos sujeitos desta pesquisa, revelando detalhes que apenas uma abordagem sensível e comprometida com a valorização de suas ações poderia fornecer. Isso reforça a importância da escolha desse método como eixo estruturante de qualquer investigação. É esse método que possibilita verdadeira imersão no universo estudado e oferece as ferramentas necessárias para uma análise mais apurada dos dados coletados em campo, abrindo espaço, inclusive, para identificar eventuais equívocos, acertos ou mesmo o redirecionamento ao longo do processo, como destaca Bicudo:

Chega-se então à questão da necessidade de atentar-se para os aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa qualitativa, procurando ir além das grandes categorias presentes nas metodologias de cunho qualitativo, como descrição, intersubjetividade, discurso, linguagem, história dentre outros (Bicudo, 2009, p. 25).

Dessa forma, as pesquisas na área das Ciências Humanas constituem um processo complexo, que envolve as emoções de todos os participantes. Isso nos leva a acreditar que tanto o pesquisador quanto os participantes são afetados durante o percurso investigativo. Nesse tipo de pesquisa, não há espaço para a ideia de neutralidade ou de distanciamento do pesquisador. A investigação qualitativa está pautada na busca por compreender, de maneira profunda, o fenômeno investigado.

Para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas com lideranças da Associação Quilombola da Pontinha, docentes e discentes, com o intuito de compreender suas percepções a respeito da temática investigada. No contexto das comunidades quilombolas, a oralidade tem papel central. Assim, essa técnica de coleta de dados permitiu aos sujeitos expressarem seus sentimentos de alegria, de contentamento ou de frustração a partir de suas próprias perspectivas.

Além disso, o diálogo é fundamental em pesquisas com comunidades quilombolas. De acordo com Minayo (2002, p. 55), na entrevista semiestruturada, o pesquisador busca captar informações presentes na fala dos atores sociais por meio da interação. Trata-se de um processo

intencional, e não de uma conversa despreziosa ou neutra, já que o pesquisador está implicado no processo de coleta dos relatos.

Dialogamos com seis sujeitos diretamente envolvidos no trabalho da Associação Quilombola da Pontinha:

1. a ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, por ter participado do processo de implementação da EJAI na escola da comunidade;
2. o atual secretário da Associação, indicado pelo presidente, que estava afastado devido à disputa eleitoral municipal em 2024;
3. o mesmo secretário, que estava engajado nos esforços para reabrir a EJAI após o fechamento de turmas em 2022;
4. uma professora que atuou nos primeiros anos de funcionamento da escola, contribuindo para a compreensão do processo de implementação da EJAI na comunidade e suas transformações ao longo do tempo;
5. uma integrante da Associação, ex-secretária e professora da escola, com atuação relevante na articulação entre escola e associação;
6. uma estudante egressa da EJAI (2017-2021), com o objetivo de analisar a importância da modalidade em sua trajetória escolar e para os futuros estudantes, além de um docente que atuou na EJAI, visando compreender sua visão sobre a relevância da modalidade no território quilombola.

Além das entrevistas, foi essencial registrar a história da formação da comunidade, a criação da associação comunitária, a inserção temporal da escola no território, bem como realizar a análise de documentos formais e informais e promover a escuta ativa da comunidade. Esses procedimentos metodológicos permitiram uma compreensão mais aprofundada das lutas e conquistas pela efetivação da EJAI no território quilombola, valorizando os saberes e as práticas dos sujeitos envolvidos.

Por tudo isso, é preciso ter clareza de que é o método que possibilita uma imersão significativa no universo investigado. Gil (2007, p. 17) define pesquisa como um procedimento racional e sistemático cujo objetivo é oferecer respostas a problemas propostos. No que se refere à análise dos conteúdos, optamos por uma abordagem descritiva, buscando apresentar os desdobramentos, as características e as dimensões da implementação das políticas públicas educacionais, além de tentar compreender como se deu a inserção da escola na comunidade. Bardin (2010, p. 36) destaca que, na análise de conteúdo, os dados não são apresentados como prontos e acabados; o que existem são “algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”.

Todo o procedimento de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG). Inspirados por uma agenda participativa e educativa, estabelecemos parcerias com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), com a Secretaria Municipal de Saúde, em especial com a Estratégia de Saúde da Família (ESF), além da direção e coordenação da escola municipal, agentes políticos e outras lideranças locais.

A efetivação desses diálogos está vinculada à proposta do recurso educativo, cujo objetivo é mapear o território e relacioná-lo com a forma de organização comunitária. Essa organização se expressa por meio de encontros estratégicos, conhecidos como “troncos”, nos quais as demandas são debatidas e encaminhadas coletivamente. O recurso também procura identificar as principais necessidades educacionais da comunidade em relação à EJAI e quantificar o número de educandos/as em cada um desses espaços. Para isso, desenvolvemos um trabalho articulado com os órgãos públicos locais, visando à reabertura da EJAI. Uma das ações realizadas foi a busca ativa de estudantes, cujos resultados foram apresentados à Superintendência Regional de Ensino de Sete Lagoas.

1.6 Os caminhos da entrevista: construindo laços e afetos sociopolíticos

Ao idealizarmos um projeto e pensarmos nas metodologias a serem adotadas, dificilmente conseguimos prever tudo o que encontraremos ao longo do percurso acadêmico: os obstáculos, as alegrias, as frustrações, os perrengues, as amizades que surgirão, o carinho recebido das pessoas, que generosamente abriram as portas de suas casas, de suas vidas e de seu tempo hoje tão corrido e precioso, para que nossa pesquisa pudesse se concretizar. É justamente por esse motivo que nos dedicamos a apresentar e descrever cada uma dessas pessoas, que se tornaram mais do que entrevistadas ou participantes; tornaram-se pessoas de afeto.

A primeira entrevistada que apresentamos é Dona Euriza uma das primeiras professoras a lecionar na escola do Quilombo da Pontinha. É uma figura muito querida pelos moradores da comunidade, que reconhecem sua importância para a escolarização do povo quilombola, especialmente em tempos difíceis como ela mesma compartilha em seu relato.

Figura 2 – Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora,2024.

Dona Euriza foi uma professora no Quilombo da Pontinha, mantendo uma história de paixão pela educação. Ela nos contou na entrevista que começou a lecionar na escola assim que terminou o terceiro ano primário, quando ainda era criança e ajudante de sua tia, que era professora da escola em 1960. Segundo ela, ia para escola todos os dias como se fosse professora, e quando a sua tia chegava já tinha aberto a sala e colocado os alunos para dentro da sala de aula. Na época, não recebia nada, e fazia isso pelo simples gosto de estar dentro da sala e próxima dos alunos. Passado algum tempo, a diretora da escola, vendo seu esforço e sua dedicação, a convidou para assumir uma turma, pois já tinha observado que ela era muito boa para ensinar os alunos, principalmente os estudantes do primeiro ano. E assim começou sua jornada na educação no Quilombo da Pontinha.

Eu entrei pra escola com 6 anos de idade. Fiquei um ano sem matricular, porque era sete, não podia, né? Mas eu não aguentava ficar lá em casa. Eu já estudava, igual a uma menina de sete anos (Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

Outra entrevistada foi Zizi, ex-presidenta da associação quilombola quando foi implementada a EJAI.

Figura 3 – Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Zizi nos recebeu com muita simpatia no Quilombo da Pontinha no período das férias escolares, mostrando-se muito solícita e disposta a colaborar com o nosso projeto. Ela exerceu um papel muito importante para os moradores da Pontinha em sua gestão à frente da Associação, conseguindo proporcionar muitos benefícios para a comunidade – entre eles, o ensino noturno, mais especificamente a EJAI em 2017. Essa conquista levou Pontinha a ofertar essa modalidade de ensino, possibilitando que muitos estudantes pudessem iniciar e concluir seus estudos em seu território.

Além de atuar no enfrentamento do crime do vale, que atingiu diretamente a comunidade e trouxe consequências significativas para o Quilombo da Pontinha, também teve destaque no período pandêmico, colaborando na organização da campanha de vacinação. Foi uma das lideranças que reafirmaram o direito da comunidade de ser vacinada conforme a legislação vigente.

Aqui, infelizmente, somos muito esquecidos, para nós as coisas são muito mais difíceis, apesar de algumas coisas terem melhorado, ainda continua muito difícil a vida por aqui, mas não desistimos de lutar (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Joselha, que foi secretária da associação, é uma grande expoente da educação no território. Professora da escola da Pontinha, está sempre correndo “atrás” de uma educação com equidade e qualidade social para sua comunidade.

Figura 4 – Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Ao apresentarmos nosso projeto de pesquisa a respeito da EJAI, ela não só concordou em participar da pesquisa, como também ergueu a ponte entre nós e as outras pessoas entrevistadas. Sempre em formação continuada, mostrou otimismo e alegria perante a educação, trazendo um sentimento de esperança em relação à reabertura da EJAI na comunidade, empenhando-se junto à Associação na busca ativa dos/das educandos/as. É daquelas pessoas inspiradoras, que acredita no potencial transformador da educação, muito engajada e participava na comunidade, além de estar atenta às questões ligadas à educação quilombola.

Tem muita gente aqui que parou de estudar, e que está fora da escola, que teve que sair para se sustentar. Eu mesma fui aluna da EJA, eu fiquei um tempo fora da escola, depois eu voltei. E igual a mim tem muitos aqui, então é valioso demais para comunidade a EJA (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Erlane, ex-educanda da EJAI, em sua entrevista, nos relatou, com muito entusiasmo, a sua trajetória na escola da Pontinha. Demonstrou autoestima e confiança dos/das educandos/as em si mesmos.

Figura 5 – Erlane, ex-educanda da EJAI



Fonte: Acervo da pesquisadora,2024.

Erlane é uma pessoa que tem muito amor à sua terra e orgulho de morar no Quilombo da Pontinha. Segundo ela, Pontinha evoluiu muito e muita gente que foi embora está querendo voltar. Ela aponta que uma das melhorias foi a implementação da escola no noturno, sendo um ganho enorme para comunidade, principalmente a EJAI, que proporcionou oportunidade para muita gente estudar, inclusive ela. Em suas palavras, a EJAI foi muito importante na sua vida, pois aumentou seu conhecimento e autoestima. Em outros tempos, antes dela ter finalizado seus estudos, tinha dificuldade e se sentia acuada, até mesmo para participar de uma conversa como a que estava fazendo conosco, mas hoje ela se sente segura e capacitada. Ela nos disse que o convívio com os professores e colegas de turma aumentou mais a sua confiança sobre si mesma. É a EJAI, libertadora e emancipatória!

E até nisso a EJA me ajudou, só de ficar ali junto com os professores, os colegas, isso aumenta mais a confiança da gente que às vezes não tem, né? E que agora, hoje, eu consigo colocar mais coisa pra fora e ir mais longe através dos estudos, né? (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Ênio é o atual secretário da Associação e possui um conhecimento profundo sobre o quilombo e o significado de ser quilombola. Em nossos diálogos, tivemos o prazer de conhecê-lo melhor e de perceber seu forte envolvimento com a comunidade. Ele está presente em quase todos os movimentos voltados para a melhoria das condições locais, demonstrando ser uma pessoa profundamente engajada na luta quilombola. Revelou, inclusive, que escolheu viver na Pontinha por amor à comunidade.

Figura 6 – Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Esse amor nasceu quando ele foi trabalhar no quilombo e se apaixonou pelo lugar, e lá se vão 24 anos. Já no início da entrevista ele agradeceu por termos escolhido a comunidade da Pontinha para fazer o nosso trabalho, dizendo que é através das pesquisas que o quilombo vai ganhando visibilidade e ocupando seu lugar na história. Ênio é um membro muito ativo na Associação e comunidade, estando presente nos movimentos do seu povo em busca por direitos. No dia do nosso encontro, ele tinha acabado de chegar de viagem à Brasília, junto ao Movimento Aquilombar, e se lembrou de uma das lutas é ofertar novamente a EJAI.

Hoje eu sou quilombola e brigo pelas lutas do quilombo e defendo o quilombo no que for preciso. Quilombo se fez meu abrigo e eu fiz do quilombo minha vida. Isso aqui, pra mim, é minha casa. Não saio daqui por nada, não troco aqui por nada, eu sou quilombola (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Marcos é professor e já lecionou na Pontinha para turmas da EJAI. Sua área de atuação é Ciências da Natureza, ministrando aulas de Física no Ensino Médio da EJAI.

Figura 7 – Marcos, professor que atuou na EJAI



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Marcos demonstrou uma compreensão muito grande dos costumes e da cultura escolar quilombola. Em sua entrevista, disse que dar aula na Pontinha foi muito gratificante e diferente, porque os estudantes da EJAI colaboravam com a organização escolar, pelo fato de as mães, os pais, os avós, os tios e as tias e os irmãos e as irmãs estudarem no mesmo horário.

Se os professores ou outros funcionários da instituição solicitassem, eles conversavam com os estudantes e pediam para manterem a disciplina e o respeito, o que mostra a união e o valor da comunidade em prol de um bem comum: a educação. Além disso, pediam ajuda na organização institucional. Para ele, a EJAI é uma importante fonte de conhecimento cultural, que deve ser transmitido aos estudantes de outros segmentos, e a experiência de trabalhar na Pontinha o transformou como professor.

Era a turma que todo mundo queria dar aula era para a EJA. Era para uma sala de 11 adultos. É porque o professor se sente mais feliz quando está ensinando e o aluno está interessado em aprender. E nessa turma era assim, como na maioria da EJA, isso acontece. (Marcos, professor que atuou na EJAI, 2024).

Encerramos este capítulo expressando nossa gratidão aos entrevistados que, ao longo deste trabalho, compartilharam conosco fragmentos de suas trajetórias e experiências na Comunidade Quilombola da Pontinha. Agradecemos, ainda, por permitirem que suas memórias e narrativas orais sobre esse território de luta e resistência fossem aqui registradas e preservadas, fortalecendo o direito da comunidade de contar e reafirmar sua própria história, a partir de seus olhares e de suas vozes.

2 UMA HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS SOCIOPOLÍTICAS DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA

Ah, quem dera, minha filha! Que fosse a escola de hoje. Na escola de primeira, quando eu trabalhei, nem água na escola pros alunos beberem tinha. Não estou elogiando os governadores de hoje, porque você quer a verdade, não é isso? Então, eu não vou falar que tinha as coisas, que eu sei que não tinha. Não tinha nem água pra gente beber, não tinha nem aonde colocava a água, A gente buscava água nas cacimbas. Chegava aí, sabe? E sabe como é que bebia a água? Pedia aos alunos para cada um trazer seu copo. Aí chegava, colocava a lata de água lá no alpendre da escola. Aí, quando dava sede, o menino ia lá, tirava a água, tirava com seu copo e bebia. O outro tirava com seu copo e bebia. Não tinha um filtro, não tinha uma talha, não tinha nada. Era tirar a água da lata e beber (Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

Neste capítulo, iremos discorrer sobre o processo histórico de criação da Associação da Pontinha e sua renomeação para Associação Quilombola da Pontinha, assim como discutir os desafios e os caminhos encontrados para a implementação da EJAI na comunidade.

2.1 Caracterização da Comunidade Quilombola da Pontinha

Figura 8 – Portal da entrada da Comunidade Quilombola da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

A “Pontinha de Terra” original é cercada pelas águas do Rio Paraopeba e está localizada em um território de cerca de 3.000 hectares, situado a 18 km da sede do município de Paraopeba,

Minas Gerais. A posse dessa área remonta ao período escravagista e vem sendo passada de pai para filho. Em termos de administração pública, Pontinha pertence ao município de Paraopeba e está sobre jurisdição da comarca dessa cidade.

Ao examinarmos o mapa da região, notamos que Caetanópolis é cercado pelo município de Paraopeba por quase todos os lados, ficando incrustado nele. Segundo o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), Paraopeba e Caetanópolis localizam-se na Zona Metalúrgica e fazem parte da Microrregião Calcária de Sete Lagoas. Também são atravessados pela BR 040, que vai do Rio de Janeiro a Brasília. As áreas mais próximas do Quilombo da Pontinha são os municípios de Paraopeba e Caetanópolis. Ainda que Pontinha pertença a Paraopeba, a estrada que vai à sede da comunidade passa, necessariamente, pela sede da cidade de Caetanópolis, distante 15 km, pelo fato de ser menor e está envolvido por Paraopeba.

A vegetação está, predominantemente, em área do bioma Cerrado, sendo considerado o portal do sertão mineiro região descrita por João Guimarães Rosa (1956) em *Grande Sertão: Veredas*. Do ponto de vista climático, apresenta verão quente e chuvoso e inverno seco. Sua sede de drenagem, embora pouco densa, é bem distribuída. Apresenta longos cursos de água e de lagoas de carácter permanente, dentre as quais se destacam a Lagoa da Lontra e a Lagoa Dourada. O rio principal é o Paraopeba, importante afluente do Rio São Francisco, e define o limite oeste do município e para o qual convergem os ribeirões do Chico, do Cedro e de São João.

Segundo dados fornecidos pela prefeitura municipal, o povoamento de Paraopeba iniciou-se no século XVII, com fazendas de criação de gado com o nome de Tabuleiro Grande. A partir daí começaram a surgir casas em torno de uma capelinha. Relata-se que o antigo donatário Coronel Marques estava percorrendo suas terras para caçar quando se deparou com uma onça em uma mata. Por ser um homem de muita fé, ajoelhou-se e rogou a Nossa Senhora pela sua vida em troca da construção de uma capela consagrada à Nossa Senhora do Carmo. Em agradecimento por ter se livrado de um ataque, foi erguida ali uma capela. Em 9 de março de 1840, o local foi elevado à condição de freguesia, ficando subordinado ao Arraial de Curvelo. Ainda em 1840, passou a pertencer ao município de Sete Lagoas. Em 1911, foi criado o município de Paraopeba, desmembrado de Sete Lagoas e constituído pelos distritos da Sede, Cordisburgo e Araçaí. O nome Paraopeba tem origem indígena, derivado do tupi-guarani, e significa “rio do peixe chato”.

2.2 Uma Pontinha de Terra: para começar a contar a nossa história

Na tradição oral da comunidade da Pontinha, sua origem remonta ao século XVIII, quando escravizados libertos, vindos das já decadentes minas de Ouro Preto, pararam na região durante uma viagem rumo a Diamantina em busca de pedras preciosas. Segundo relatos, o grupo era liderado por Muzinga, filho de Chico Rei um rei africano capturado na região do Congo por volta de 1740, destronado e trazido como escravizado junto de sua esposa e filhos.

Durante a travessia do Atlântico, uma tempestade fez com que Chico Rei perdesse a esposa e quase todos os filhos, restando apenas um. Inteligente e resiliente, trabalhou nas minas de ouro em Vila Rica (atual Ouro Preto), conquistou sua alforria, libertou o filho e outros “súditos”, extraiu grande quantidade de ouro, se enriqueceu, construiu igrejas e foi responsável por introduzir e fortalecer o Reinado ou Congado em Minas Gerais.

Após sua morte, seu filho Muzinga, acompanhado por seus seguidores, dirigiu-se ao Arraial do Tejuco (atualmente Diamantina) para trabalhar na extração de diamantes. Por carregarem grande quantidade de ouro em potes, preferiram evitar as estradas oficiais e seguiram margeando o Rio Paraopeba até chegarem ao território onde hoje está localizada a cidade de Pompéu.

Profundamente católicos, buscaram aconselhamento com o Padre Antônio Salustiano Moreira, proprietário da sesmaria que abrangia aquela região. O padre, preocupado com a segurança do grupo, teria dito: “Fiquem nesta pontinha de terra” referindo-se a um terreno de pouca valia. Essa recomendação deu origem ao nome da comunidade Pontinha.

Segundo Sabará (2001), a comunidade também pode ter sido composta por pessoas oriundas de outros lugares. A região é considerada o berço da indústria têxtil brasileira devido à instalação da Fábrica do Cedro, fundada em 1872 ainda durante o regime escravocrata. A fábrica utilizava mão de obra escravizada e empregava pessoas escravizadas vindas, por exemplo, das terras de Joaquina de Pompéu, grande latifundiária da região. Após a abolição, em 1888, muitos desses libertos, sem recursos ou acesso à terra, passaram a residir na comunidade da Pontinha (Sabará, 2001, p. 58).

Atualmente, o território da Pontinha vem sendo drasticamente violado por grileiros e grandes empresas, especialmente pela expansão da monocultura. Uma das principais fontes de renda da comunidade, durante décadas, foi a extração do tradicional minhocoçu – palavra de origem tupi que significa “minhoca gigante” (*Rhinodrilus alatus*), uma espécie endêmica do Cerrado. O minhocoçu tornou-se famoso entre os pescadores do Rio Paraopeba por ser amplamente utilizado na pesca amadora.

A prática da extração do minhocoçu é tradicional na comunidade quilombola e remonta à década de 1930. Era realizada em uma área comum, conhecida como “a larga”, localizada nos limites da Pontinha, onde todos tinham o direito de exercer essa atividade de forma coletiva. Ainda hoje, logo ao amanhecer, é possível ver moradores saindo com enxadas e enxadões nas costas para cavar a terra em busca das minhocas, que costumam se alojar em buracos a cerca de 25 cm de profundidade.

Joselha nos relatou, com muito orgulho, sua vivência nessa prática, que exerceu por muitos anos. Destacou que a extração do minhocoçu foi uma importante fonte de renda para sustentar sua família e também para custear seus estudos:

Eu fui nascida e criada aqui com muita luta e vivi do minhocoçu, vim de uma família de minhoqueiros todos nós. A maioria do povo da comunidade é minhoqueiro. Aí, em um período da minha vida, eu fui crescendo, né, e pensando em estudar, fazer uma faculdade para melhorar de situação, mas a maioria da comunidade da Pontinha é minhoqueiro. E com muito orgulho, porque tem muita gente que tem vergonha de falar que é minhoqueiro, e eu, eu não tenho, porque tudo que eu sou e tenho hoje eu agradeço ao minhocoçu (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Percebe-se, a partir da fala de Joselha, que a extração do minhocoçu é uma atividade de grande importância para a comunidade, gerando renda mesmo diante de inúmeros conflitos socioambientais. A extração ocorre, principalmente, no período de seca – entre março e outubro. Cada trabalhador pode retirar de duas a cinco dúzias por dia, e a venda de cada animal para atravessadores rende, em média, um real.

Outro aspecto fundamental para a Comunidade Quilombola da Pontinha é a luta pela recuperação e pela preservação de seu território, que, historicamente, vem sendo invadido por fazendeiros e empresas ligadas à monocultura, especialmente de eucalipto, e à criação extensiva de gado. De acordo com Ênio,

A nossa demarcação é um processo que vem desde 2004, se arrastando, se arrastando. Ano passado, o STF determinou que ia resolver o problema de demarcação de território quilombola, acabar com os grileiros, acabar com as vendas do território. Senão, daqui a pouco, desconfigura o quilombo. Desconfigura, infelizmente. A gente não quer apequenar o quilombo, a gente não quer. Mas também, do jeito que tá, os grileiros vêm, compram terra barata, trocam carro, trocam muitos membros daqui. Às vezes, eles não sabem os motivos pelos quais vendem, às vezes não sabem. Mas vai desconfigurando (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Essa percepção é corroborada por Dona Euriza, uma das moradoras mais antigas da comunidade e que foi professora por muitos anos no quilombo. Ela destaca:

E aqui é assim: você vê um claro, é porque veio de fora. Porque aqui já misturou muito. Aqui era todo mundo escuro. Todo mundo. Você chegava aqui, você andava, podia rodar a Pontinha em peso. Não tinha uma pessoa clara. Não tinha. Hoje tem muitos, né? Hoje tem muitos e até invasores. Que vai casando, vai misturando, vem de fora pra cá, né? E isso deve ter uns 70 anos pra trás. Até uns 70 anos atrás era todo mundo, como se falava, originalmente daqui. Todo mundo daqui; não tinha ninguém que viesse de fora, né? Você não via ninguém de fora. Era só, como disse, era só os quilombolas mesmo. Só os quilombolas. É... agora hoje não. Hoje tem gente de fora, né? Tem muita gente de fora hoje, estrangeira (Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

O depoimento de Dona Euriza aponta para transformações sociais e territoriais profundas que vêm afetando o modo de vida tradicional quilombola. A presença crescente de pessoas externas ao quilombo altera os padrões culturais, de parentesco e de pertencimento, tornando ainda mais urgente a regularização fundiária e a implementação de políticas que garantam a permanência e a autonomia da comunidade sobre sua terra, traduzindo um sentimento coletivo de perda e alerta. A comunidade precisa ter seu território resguardado, seus moradores reconhecidos e suas relações fortalecidas a partir da ancestralidade e da identidade negra rural.

Sua fala não é apenas testemunho, mas também uma convocação à resistência e ao cuidado com o que ainda sustenta o modo de vida quilombola. Compreende-se, a partir dos relatos de Ênio e de Dona Euriza, que muitos dos que hoje ocupam parcelas do território o fazem de forma ilegítima. Alguns adquirem lotes quilombolas sob forte pressão, muitas vezes explorando vulnerabilidades econômicas dos moradores. Outros simplesmente grilam as terras, ignorando os direitos históricos da comunidade.

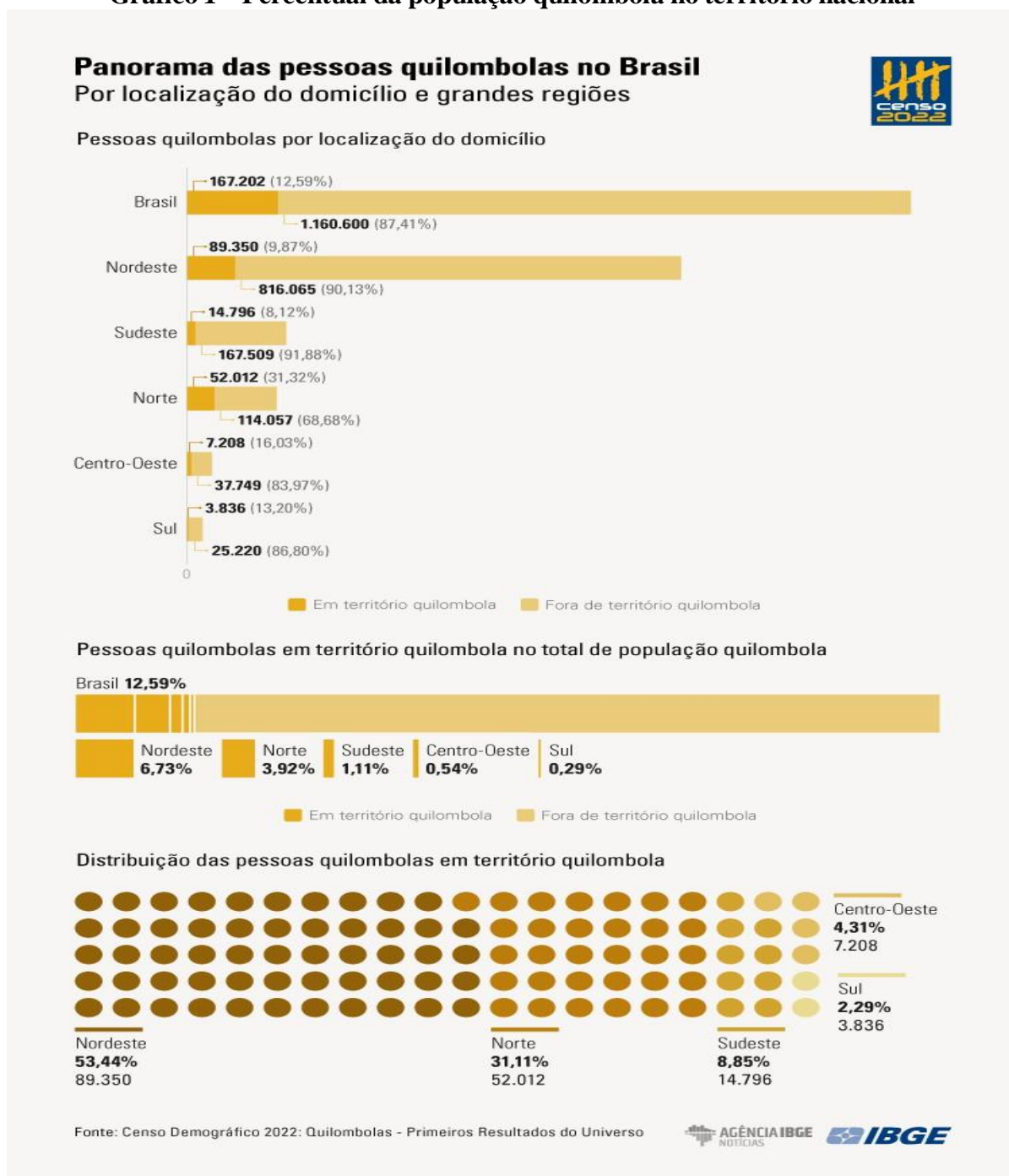
Antes mesmo da criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), em 1988, já havia o questionamento e a reivindicação por parte da comunidade para que o Estado brasileiro reconhecesse a Pontinha como território quilombola, com todos os direitos territoriais garantidos e respeitados.

A esse respeito, segundo dados de recorte inédito do Censo de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país. Dos 5.568 municípios do Brasil, 1.696 possuem população quilombola. De acordo com os dados da pesquisa, os resultados

apontados são muito importantes para orientar políticas públicas necessárias a essas comunidades.

O Censo apontou ainda que os territórios quilombolas oficialmente delimitados abrigam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas, ou 12,6% do total de quilombolas do país. Apenas 4,3% da população quilombola residem em territórios já titulados no processo de regularização fundiária. A Bahia é a unidade da federação com maior quantidade de quilombolas: 397.059 pessoas, ou 29,90% da população quilombola recenseada. Em seguida, vem o Maranhão, com 20,26% dessa população (ou 269.074 pessoas quilombolas). Juntos, os dois estados concentram metade (50,17%) da população quilombola do país. Minas Gerais tem a terceira maior população quilombola do Brasil, com 13.5310 pessoas. Já a proporção de quilombolas em relação à população total de Minas Gerais é de 0,66%, sendo ligeiramente superior à nacional, que é de 0,65%, seguida dos estados do Pará (135.033) e Pernambuco (78.827) que, somados, reúnem 26,3% da população quilombola. Amapá (1,71%), Pará (1,66%), Sergipe (1,27%) e Alagoas (1,21%) estão nessas estáticas, como demonstrado pelo Gráfico 1 a seguir.

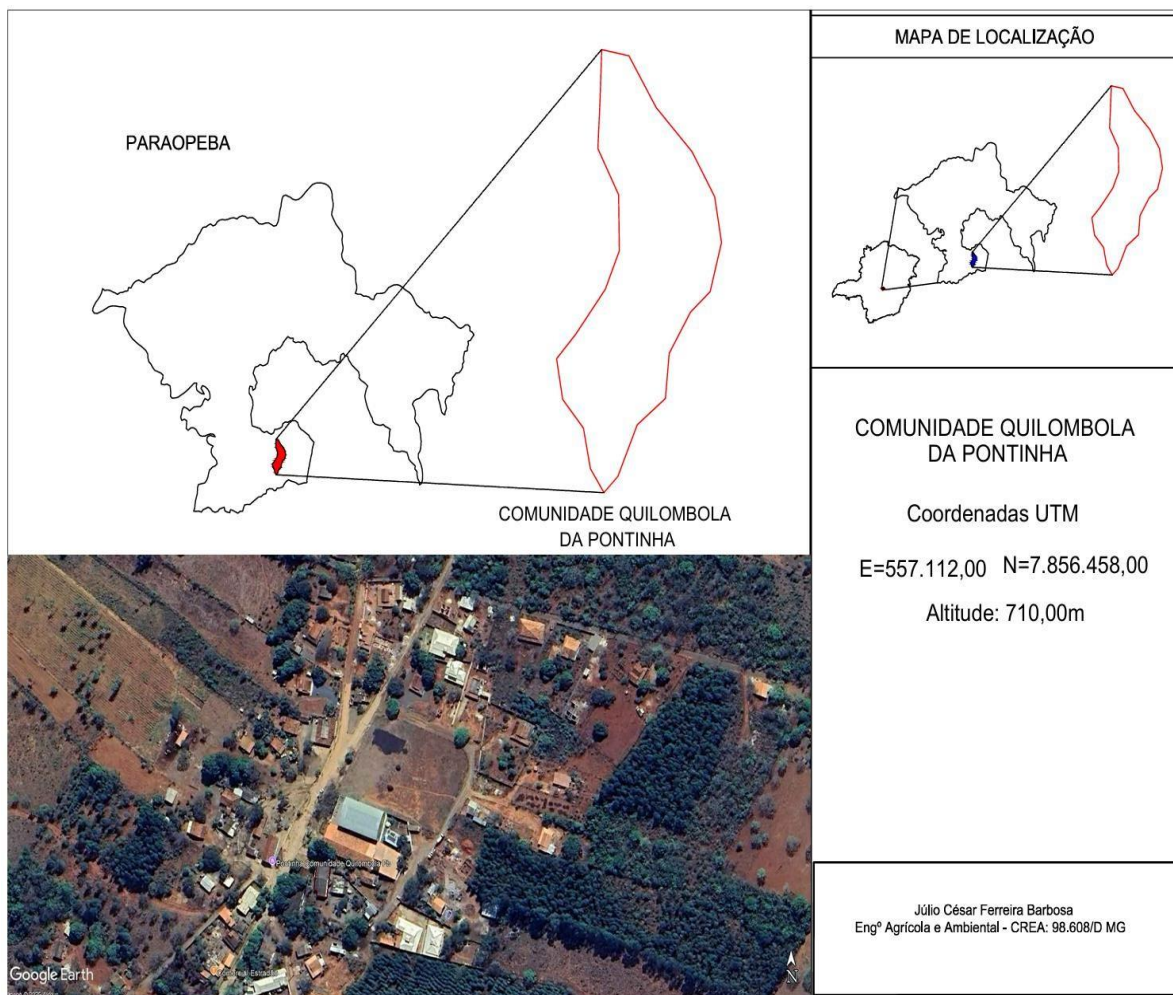
Gráfico 1 – Percentual da população quilombola no território nacional



Fonte: <https://projetc colabora.com.br/ods11/censo-populacao-quilombola-brasil-1327802-pessoas>.

Dentre as 853 cidades mineiras, há quilombolas em 323 (37,8%) dos municípios. Trazendo esses dados para a cidade de Paraopeba, onde está localizado o Quilombo da Pontinha, há 1.273 quilombolas convivendo na comunidade em uma proporção de (5,3%) da população de Paraopeba, que é de 24.103, de acordo com os dados da pesquisa do IBGE 2023.

Figura 9 – Localização de Paraopeba e do Quilombo da Pontinha no mapa de Minas Gerais



Fonte: Acervo da pesquisadora, baseada em dados do IBGE, 2025.

Em 2004, foi aberto o processo de autorreconhecimento na FCP, e a certidão foi emitida em 2005. Desde então, tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) um interminável processo de identificação e delimitação para a titulação do território quilombola tradicional. A figura a seguir é uma cópia desse documento.

Figura 10 – Certidão de autorreconhecimento da FCP



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade da Pontinha**, localizada no município de Paraopeba, Estado da Minas Gerais, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 127, fl. 32, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**


Declarante(s): Associação Comunitária da Pontinha
 CNPJ/MF nº 21.604.889/0001-96

Presidente: Geraldo Alentino – CPF/MF nº 777.591.925-68
 Vice-Presidente: José Geraldo Alves – CPF/MF nº 980.823.456-91
 1º Secretário: Roberta Moreira Alves – CPF/MF nº 053.705.736-62

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília, DF, 02 de março de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
 Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
 Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
 E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

Fonte: Escola Municipal Doutor Teófilo Nascimento.

A Associação iniciou suas atividades em 1988, mas sua legalização só foi efetivada em 2019. Embora possua uma sede, foi condenada pelo Corpo de Bombeiros Militares devido à falta de manutenção do prédio. Atualmente, encontra-se em processo de reforma. Diante disso, as reuniões da comunidade têm ocorrido em diferentes espaços, como a escola, a barraquinha da Igreja de Nossa Senhora do Rosário ou no “tronco”, que será detalhado ao longo deste texto.

Figura 11 – Foto prédio da Associação Quilombola da Pontinha antes da reforma



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Figura 12 – Foto do prédio antigo da Associação Quilombola da Pontinha antes da reforma



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Figura 13 – Foto do prédio da Associação Quilombola da Pontinha em reforma



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

A Associação Comunitária da Pontinha é uma instituição de fundamental importância para o desenvolvimento da comunidade, pois ela se constitui em um espaço de acolhimento, pois é por meio dela que a comunidade se fortalece e tem grandes chances de alcançar objetivos comuns. Além disso, ela é a guardiã dos saberes tradicionais que entendemos que se constituem nos espaços geográficos (territórios) ocupados pelas comunidades, nos espaços de simbologia, nos espaços dos sagrados envolvendo os sentidos e os valores, nas crenças e os modos de viver e todos esses conhecimentos estão a serviço de comunidades no seu cotidiano. De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais podem ser assim definidos:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

A esse respeito, cabe ressaltar que a comunidade foi atingida pelos rejeitos de mineração da barragem da Vale S.A.,¹ que é uma das maiores empresas mineradoras de minério do mundo e que, por meio do maior crime ambiental da história da humanidade, devido a suas atividades de mineração, ocasionou o rompimento da barragem no município de Brumadinho, Minas Gerais, em 25 de janeiro 2019, despejando mais de 13 milhões m³ de lama tóxica no Rio Paraopeba, que passa no território da comunidade. O adoecimento do rio foi se manifestando progressivamente ao longo do tempo, comprometendo as vidas e os costumes dos sujeitos que sempre estiveram ligados ao rio.

O Rio Paraopeba era o principal lugar onde se pescava, onde os animais bebiam água e se banhavam. Também era ponto de lazer da comunidade, pois os moradores tomavam banho e nadavam nele, aproveitando os finais de semana ou os dias de folga. Era nadando ou atravessando de canoa o rio que chegavam à outra margem dele para trabalhar nas roças de milho, feijão, mandioca, entre outras plantações. Era também nesse local que as ancestrais lavavam roupa, trazendo a memória de afetividade.

O rio era ainda fonte de renda, pois garantia água para as produções agrícolas. Era atrativo para turistas que consumiam na comunidade, gerando renda e emprego. Isso favorecia

¹ Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.

a atividade da pesca, que, por sua vez, contribuía para a cata do minhocoçu – uma atividade tradicional de sustento para muitas famílias quilombolas da Pontinha. Passados cinco anos do crime da Vale, até hoje os pontinhenses não receberam todas as compensações por todas as perdas e danos que sofreram, nem sequer receberam informações técnicas adequadas que pudessem assegurar quais as condições ambientais estão vivenciando. Além de terem perdido as fontes tradicionais de alimentação e renda, segundo relatos, passaram a ter medo das toxidades do rio, e isso é de uma tristeza sem medida para a comunidade.

Também enfrentam a falta de água para o consumo diário, já que não podem mais utilizar o rio para abastecimento, dado o risco de contaminação. Além disso, relacionam a falta de água ao seu uso indiscriminado realizado pelas fazendas nas plantações, nos sítios e clubes vizinhos à comunidade. Como não conseguem arcar com os custos da instalação de poços artesianos cujo valor médio é de quinhentos reais por metro perfurado dependem do fornecimento de água feito por caminhões-pipa da prefeitura e da em presa da Vale, duas vezes por semana. A água é armazenada em tambores e caçambas e transportada para dentro de casa em baldes. Segundo os moradores, o banho é tomado com caneca, e nem sempre a água disponível dura até a chegada do próximo caminhão.

A questão da água na comunidade é uma demanda antiga que sofre com a falta de tratamento adequado da água e de saneamento básico desde a sua formação territorial. Após o crime da Vale, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-geral da República e Secretaria de Perícia solicitou, em 2019, um parecer técnico que tratava de apurar as medidas adotadas para a reparação integral dos danos ocasionados às comunidades quilombolas situadas nos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho.

Objetivo da perícia era identificar as relações da Comunidade Quilombola da Pontinha, em Paraopeba, com o Rio Paraopeba e as consequências do rompimento da barragem para essa comunidade. A partir desse parecer, em 2023 cinco anos após o crime cometido pela mineradora Vale –, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) iniciou as perfurações no território para viabilizar o abastecimento de água na comunidade. No entanto, sabe-se que, infelizmente, nem todos os moradores serão beneficiados pelo serviço de tratamento de água.

2.3 A Constituição de 1988 e os direitos quilombolas no Brasil

A certificação e o reconhecimento das lutas quilombola no Brasil são relativamente recentes. Um dos marcos dessa conquista é a última Constituição Brasileira (1988). A ressemantização do termo “quilombo” foi aplicada pelo Poder Executivo Federal através do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamentou, após 15 anos, o artigo 68 do ADCT/88, passando a utilizar a denominação “remanescentes de quilombo”, iniciando a luta por um processo de legitimação e titulação dessas comunidades, como a redação da Carta Magna de 1988 propaga:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos Étnico-Raciais, segundo critérios de autodefinição, como trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 1988).

Culminou no reconhecimento do direito à terra para os povos quilombolas – um direito historicamente negado, mas que sempre lhes pertenceu. A consolidação desse direito no texto constitucional foi resultado da luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento do papel das pessoas negras na diversidade cultural brasileira e pela garantia dos seus territórios. Esse direito passou a ser amparado em leis, decretos, portarias e normativas, tendo como marco fundamental a Constituição Federal Brasileira de 1988. O reconhecimento oficial também possibilita a implementação de políticas educacionais para essas comunidades.

Nesse sentido, o artigo número 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias informa: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Com a promulgação da Constituição, instaurou-se o Estado Democrático de Direito no Brasil e ampliou-se significativamente o rol de direitos sociais alçados a partir de então ao status de garantias fundamentais. Apesar da educação, no artigo 205, a Carta Magna prevê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Esses dispositivos da Constituição refletem o compromisso do Estado brasileiro de garantir o acesso à educação a todos os cidadãos, reconhecendo-a como um instrumento essencial para o desenvolvimento individual e coletivo. Pensar em educação que contemple as

relações-étnico raciais em uma comunidade negra significa dar corpo a outros saberes, “saberes mais abertos” (Arroyo, 2005, p. 30), que proporcionam dinamicidade aos saberes fechados, constituindo assim a complementaridade ao conhecimento que venha ser produzido na escola.

É imperioso ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988 reconhece a importância da promoção da igualdade e da preservação da diversidade cultural, incluindo e reconhecendo as comunidades remanescentes de quilombos de grupo de pessoas formadoras da sociedade brasileira.

No entanto, apesar do avanço constitucional, para alcançar os interesses dos sujeitos quilombolas de modo mais amplo, somente em 2003 foi introduzido pela Lei nº 10.639 (posteriormente a Lei nº 11.645/2008, que introduz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena) o artigo 26-A na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) (Lei nº 9.394/1996), que tornou obrigatório o estudo da história da África e da cultura afro-brasileira e africana e o ensino das relações étnico-raciais.

Por conseguinte, essa legislação permitiu a elaboração do Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, alinhadas às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. De acordo com essas diretrizes, a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de educação básica que tem como finalidade reconhecer as comunidades quilombolas como sujeitos coletivos de direitos, com identidade, cultura e história próprias. Trata-se, portanto, de uma política voltada ao fortalecimento dessas comunidades.

Nesse sentido, o artigo 7º da Resolução CNE/CEB nº 08/2012 estabelece os princípios fundamentais da Educação Escolar Quilombola, nos seguintes termos:

- Art. 7º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político-pedagógicas pelos seguintes princípios:
- III - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
 - IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;
 - V - valorização da diversidade étnico-racial;
 - VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
 - VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;
 - VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
 - XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;
 - X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades

quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial; [...]

XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade.

Ambas as leis visam combater o racismo e promover a valorização da diversidade étnico-cultural presente ainda na sociedade brasileira. Elas destacam a importância de incorporar temas relacionados à contribuição dos povos negros e indígenas para a formação da identidade brasileira, superando estereótipos e preconceitos. Miranda (2012) pondera, a esse respeito, que

A dispersão observada no tratamento das modalidades da educação demonstra o campo complexo e polissêmico que circunscreve as políticas públicas, no qual se debatem a garantia da igualdade como princípio e o reconhecimento da diferença como valor. Políticas de inclusão, políticas de ações afirmativas, políticas de diversidade e políticas de diferença passam a compor o vocabulário das políticas públicas (Miranda, 2012, p. 370).

Propor diretrizes para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003 no contexto educacional exige mais do que uma abordagem teórica dos conceitos que a sustentam. Trata-se de transformar esses fundamentos em práticas político-pedagógicas concretas, capazes de promover uma educação comprometida com as relações étnico-raciais. Para tanto, é imprescindível reconhecer os princípios e os conceitos da referida legislação como elementos estruturantes de uma proposta pedagógica que considere, de forma crítica e sensível, a realidade dos/as educandos/as. Nesse sentido, problematizar o envolvimento do sujeito aprendiz com seu processo formativo implica compreender, em um primeiro momento, que toda reflexão sobre essa relação entre o ser, o estar e o aprender no mundo deve partir de uma leitura contextualizada da experiência e da condição social em que esse sujeito está inserido. Segundo Gomes,

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciámos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola,

currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos (Gomes, 2012, p. 102).

Nesse sentido, atendendo aos mesmos preceitos constitucionais, afirma-se que é direito da população quilombola ter a garantia de uma escola que lhe assegure a formação básica comum, bem como o respeito aos seus valores culturais. Para isso, são necessários normatização e orientações específicas no âmbito das políticas educacional e curricular.

Vale destacar a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) órgão vinculado ao Ministério da Cultura e que foi instituída através da Lei nº 7.668, 22 de agosto de 1988. Isso foi uma resposta às pressões do movimento negro organizado no Brasil, da união do movimento das mulheres e do movimento ambientalista que existia naquela época e que lutava pela oportunidade de contribuir para uma mudança mais rápida da realidade discriminatória e excludente da sociedade brasileira, redefinindo também o papel do Estado brasileiro na luta contra o racismo.

É a primeira instituição voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência da população negra no Brasil. Ao longo dos anos, a fundação trabalha com o intuito da promoção de uma política cultural, igualitária e inclusiva que contribua para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras que são patrimônio nacional.

Em 2007, um antigo sonho da comunidade afro-brasileira tornou-se realidade: a inauguração do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, no município de União dos Palmares, Alagoas. Símbolo da história brasileira na luta pela liberdade, o Quilombo dos Palmares ocupa uma área de aproximadamente 10.000 m². Primeiro parque cultural temático afro-brasileiro, foi criado com o objetivo de desempenhar papel notável nesse universo cultural é um dos mais importantes sítios arqueológicos do país. A história do Quilombo e os seus personagens estão no memorial, ao lado das manifestações de fé e da cultura afro-brasileira, no simbolismo de que a história ali vivida transcendeu os mais de 300 anos da morte de seu grande líder, Zumbi.

No contexto da luta pelos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas, a atuação da FCP transcende a emissão de certidões de autodefinição e o acompanhamento da regularização fundiária. Sua principal contribuição reside na proteção do patrimônio cultural material e imaterial e no incentivo a práticas que favoreçam a autossustentabilidade dessas comunidades sendo esse um dos pilares centrais de sua criação. Essa atuação tem repercussões significativas também no campo da educação, uma vez que colabora para a formulação de

políticas educacionais que dialoguem com tradições, línguas, memórias e práticas culturais quilombolas. Tais ações são fundamentais para a construção de uma educação que reconheça, respeite e valorize a identidade coletiva desses povos historicamente invisibilizados.

Contudo, como analisa Moreira (2024), apesar dos avanços legais instituídos a partir da Constituição de 1988, as legislações que tratam dos direitos quilombolas ainda não foram capazes de reparar, de modo efetivo, os danos estruturais vivenciados por essas comunidades ao longo do tempo. O autor afirma que tais instrumentos jurídicos, embora representem um horizonte de possibilidades, esbarram em práticas institucionais e políticas públicas que não conseguem, na prática, garantir a posse da terra e a preservação da cultura de modo amplo e efetivo. Segundo Moreira,

As legislações referentes aos quilombos no Brasil não conseguiram resolver nem minimizar as mazelas vividas pelo povo quilombola. Porém, ao apontar para o horizonte da legislação encontramos, a partir da Constituição de 1988, uma direção para enxergar algumas possibilidades de transformação do presente, no que se refere à posse de terras, à manutenção e à preservação da cultura (Moreira, 2024, p. 34).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215, influencia ainda a implementação de políticas educacionais que considerem suas tradições, línguas e práticas culturais. Esse enfoque busca garantir uma educação que respeite e valorize a identidade quilombola. É importante ressaltar que, apesar dessas iniciativas, desafios persistem no acesso à educação de qualidade, a despeito de todo o arcabouço jurídico. A promoção de políticas educacionais inclusivas e culturalmente sensíveis é essencial para superar esses desafios e garantir o pleno desenvolvimento das comunidades quilombolas. Conforme Freire,

[...] exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isso, mesmo é que reconhece como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada [...] daí que seja a educação um que fazer permanente. Permanente na razão da inclusão dos homens e do devenir da educação (Freire, 1987, p. 72).

Um direito negado ao longo de sua história, timidamente reconhecido. As lutas pelo direito à educação se articulam a outras lutas, pelo reconhecimento das suas identidades, pelo direito à memória e pela vivência da sua cultura. A oferta da educação escolar para as comunidades quilombolas faz parte do direito à educação, porém o histórico de desigualdades, de violência e de discriminações que recaem sobre esses coletivos afeta a garantia do seu direito

à educação, à saúde, ao trabalho e à terra. Trata-se da concepção eurocêntrica educacional que “considera e elege o conhecimento científico como a única forma legítima de saber e menospreza os outros saberes construídos na dinâmica social, sobretudo aqueles produzidos e sistematizados pelos movimentos sociais” (Gomes, 2008, p. 98).

No caso da modalidade de educação quilombola, consideramos a existência de um arcabouço jurídico favorável composto do conjunto das políticas educacionais no campo da diversidade, instauradas desde a LDBEN (Lei nº 9.394/1996). Além dos dispositivos jurídicos, o panorama no qual se insere a Educação Escolar Quilombola conta, desde 2009, com elementos do Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2009). Esse cenário em movimento inclui a modalidade de educação quilombola instituída pela Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. O artigo 27 dessa resolução indica que, a cada etapa da Educação Básica, pode corresponder mais de uma modalidade. Na seção VII, a Educação Escolar Quilombola é definida conforme descrição do artigo 41:

Art. 41. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Parágrafo único. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, bem como nas demais, deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural (Brasil, 2010).

Ao se analisar a realidade educacional dos quilombolas, observa-se que só o fato de uma instituição escolar estar localizada em uma dessas comunidades ou atender a crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes nesses territórios não assegura que o ensino por ela ministrado, seu currículo e o projeto político-pedagógico dialoguem com a realidade quilombola local. Isso também não garante que os profissionais que atuam nesses estabelecimentos de ensino tenham conhecimento da história dos quilombos, dos avanços e dos desafios da luta antirracista e dos povos quilombolas no Brasil. É importante ressaltar o pensamento de Arruti (2005), o qual reverbera na realidade dos dias de hoje;

[...] O dilema de ontem ainda é o de hoje: como fazer com que leis tão progressistas se realizem na prática? Atualmente, contamos com muito mais controles sociais que os africanos e abolicionistas brasileiros do início do século X. As organizações populares, os meios de comunicação e um governo formalmente comprometido com a democracia fazem com que as pressões

para a realização dos direitos quilombolas sejam muito maiores hoje. Mas ainda assim, vivemos uma situação de insegurança de direitos, isto é, uma situação, na qual, não temos certeza de que tais direitos serão efetivados (Arruti, 2005, p. 21).

Ao se constatar essa situação recorrente, é fundamental admitir a importância dos gestores públicos em todas as esferas, no sentido de conhecerem, valorizarem e escolherem as políticas relativas à Educação Escolar Quilombola, para assumirem com responsabilidade sua implantação ou implementação, criando estratégias que garantam o acesso e a permanência das comunidades quilombolas às políticas propostas.

Gomes (2012), em seu artigo intitulado “Relações étnico-raciais educação e descolonização dos currículos”, relata que quanto mais abrangente o acesso à educação, mais o público dentro da escola é diversificado; logo, traz com ele demandas e exigências com relação ao modo de vida, características corpóreas, tradições e histórias boas e ruins. Por isso, questionam-se os currículos e as práticas docentes que replicam um modelo único de educação, muito mais próximos dos princípios colonizadores de escola. Gomes (2012) também destaca o papel da Lei nº 10.639/2003 na educação. Segundo a autora,

[...] a mudança estrutural proposta por essa legislação abre caminhos para a construção de uma educação antirracista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, enquanto sujeito ativo e concreto, com quem se fala e de quem se fala (Gomes, 2012, p. 105).

Vale destacar também o Estatuto de Igualdade Racial sancionado em 20 de julho de 2010, na forma da Lei nº 12.288, visando combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Podemos concluir que o Estatuto da Igualdade Racial representa um importante marco no contexto histórico brasileiro, reforçando os pilares do Estado Democrático de Direito.

A ideia central do estatuto é a defesa dos direitos básicos da população negra. Além disso, o texto-base deve ser aplicado em prol de políticas públicas e ações afirmativas que são os programas e as medidas especiais adotados pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades para grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Já em seu 1º artigo, o estatuto nos informa do que se trata.

Podemos entender que essa lei foi criada de forma a tentar efetivar a igualdade de condições e acesso a uma parcela cumulativa da população, pretos e pardos. Conforme a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Além do cenário jurídico, social e político, o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil traz legitimidade e maior viabilidade da sua aplicação, visando o combate ao racismo e às desigualdades de oportunidades e de acesso à população negra que historicamente lhe foi negado.

2.4 CONAQ: voz e força dos quilombos na defesa de direitos e territórios

“O quilombo é a terra onde nossos ancestrais plantaram o que é mais sagrado, a resistência e a sabedoria ancestral” (Nêgo Bispo, 2022, p. 23). A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), fundada em 1996, surgiu no contexto da redemocratização do Brasil, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, quando diversas comunidades negras rurais sentiram a urgência de se organizar coletivamente para reivindicar direitos historicamente negados.

Sua criação foi uma resposta à necessidade de uma articulação nacional capaz de representar os interesses das comunidades quilombolas em sua pluralidade, fortalecendo a luta por terra, identidade, cidadania, combate ao racismo e outros enfrentamentos relacionados à exclusão e à negação de direitos básicos. Desde então, a CONAQ tem atuado como um importante sujeito político coletivo, promovendo mobilizações nacionais, marchas, encontros e incidências nos espaços de decisão. Sua missão central é garantir que as vozes quilombolas sejam ouvidas em todos os processos que impactam sua vida, seus territórios e modos de existência. Como destaca Silva (2012, p. 36),

Estando situadas em diversas localidades do território nacional, as comunidades quilombolas não podem ser vistas como algo “que sobrou”, “resto”. É preciso que compreendamos como uma população com significativa contribuição à formação da sociedade brasileira consegue alterar, de forma real, a estrutura do Estado brasileiro, fugindo dos regimes postos, das ordens impostas e construindo suas próprias alternativas de superação (Silva, 2012, p. 36).

A CONAQ expressa a necessidade de um organismo representativo nacional, com capacidade de enfrentar as violações sistemáticas sofridas pelas comunidades quilombolas em todo o país. Seus princípios fundantes são a defesa da terra, da identidade étnico-racial, da ancestralidade, da educação e da cidadania plena dos povos quilombolas. Segundo Silva (2022), a CONAQ é “expressão da resistência coletiva negra rural”, construída a partir dos próprios territórios. Nasce do chão da luta, da memória dos mais velhos e da urgência de construir autonomia diante do racismo ambiental, institucional e estrutural. Atualmente, esse coletivo atua em 24 estados brasileiros, reunindo centenas de associações quilombolas, conselhos regionais e lideranças locais.

A educação quilombola é um dos pilares centrais da atuação da CONAQ, que compreende a educação não apenas como ensino formal, mas como instrumento de fortalecimento da identidade, proteção territorial e garantia de direitos. A escola quilombola deve se constituir como um espaço que valorize os saberes construídos no território, reconhecendo a oralidade ancestral, as lutas coletivas e a memória viva da comunidade. A CONAQ realiza cursos de formação, jornadas pedagógicas, encontros regionais, oficinas e publicações para fortalecer a escola quilombola, respeitando os saberes próprios de cada comunidade. Silva (2021) destaca que “a educação quilombola é uma forma de afirmação territorial e cultural, que parte do princípio de que a comunidade ensina e aprende o tempo todo, por meio de suas práticas, rituais, festas, histórias e lutas”.

Defende também um currículo que incorpore conhecimentos tradicionais, a oralidade, o cuidado com a natureza, o respeito aos ancestrais, o vínculo comunitário e a autonomia territorial. Advoga por princípios que confrontam a lógica da escola tradicional e demanda políticas públicas específicas, que incluam a formação de professores contextualizada, a produção de materiais didáticos próprios, a garantia de infraestrutura adequada e a escuta ativa das lideranças locais. A luta pela titulação dos territórios quilombolas também é conduzida com forte atuação desse coletivo, que defende a efetivação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e do Decreto nº 4.887/2003, regulamento do processo de reconhecimento e titulação de terras quilombolas.

A entidade quilombola acompanha também processos de regularização fundiária, denuncia paralisações, entra com ações judiciais, realiza campanhas públicas e constrói dossiês sobre violações de direitos. Essa atuação é especialmente importante diante dos constantes ataques de setores contrários à titulação, que associam os territórios quilombolas a “obstáculos ao progresso”. A CONAQ contesta esse discurso e reafirma o direito à terra como condição de

existência, afirmando que “Titular territórios quilombolas no Brasil é combater o racismo, viabilizando a povos e comunidades negras condições materiais de desenvolver, com autonomia, suas próprias formas de vida” (CONAQ, 2017, p. 68). Além disso, denuncia crimes ambientais que afetam diretamente os quilombos, como o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que impactou o Quilombo da Pontinha, entre outros.

Durante a pandemia de covid-19, a CONAQ protagonizou ações emergenciais, realizando campanhas de arrecadação de alimentos e insumos, além de intensa incidência política para incluir quilombolas nos planos de vacinação e nas políticas de proteção social. Por meio de suas redes territoriais, a entidade mapeou os impactos da pandemia nas comunidades e exigiu respostas do Estado. Essa atuação evidencia que a luta quilombola é multifacetada, envolvendo educação, saúde, segurança, cultura, espiritualidade, moradia, juventude e economia comunitária. Trata-se de uma luta pela vida plena, conforme afirmam autores como Nascimento (1977), para quem o quilombo “foi e continua sendo uma forma de organização autônoma, de construção da liberdade e da coletividade”.

Ao longo de quase três décadas, a CONAQ tem afirmado que a luta quilombola não é do passado, mas do presente e do futuro. Como resume Nêgo Bispo (2022), o tempo quilombola é circular: “é começo, meio e começo”. Essa concepção guia a luta, que parte da ancestralidade para afirmar outras possibilidades de existência mais justas, solidárias e comunitárias. “No quilombo, o tempo é outro, é o tempo da memória, do saber ancestral que nunca morre. Somos resistência e criação, todos os dias” (Bispo, 2022, p. 26). Portanto, não é apenas uma articulação de lideranças, mas um projeto de vida, (re)existência, protagonismo coletivo e reinvenção do mundo a partir dos territórios negros rurais.

A luta quilombola encontra respaldo jurídico no artigo 68 do ADCT, assim como nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988. Além disso, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, e o Decreto Federal nº 4.887/2003 são fundamentais para a proteção da cultura, da identidade e dos modos de vida quilombolas. No entanto, apesar desse arcabouço jurídico, muitas comunidades enfrentam entraves estruturais ao reconhecimento de seus territórios. Silva (2012, p. 39) ressalta que “mesmo com a afirmação desse direito em vários instrumentos, a exemplo da CF/88, da Declaração de Durban e da Convenção nº 169 da OIT, a garantia plena desse direito ainda faz parte do pleito permanente das comunidades quilombolas”. A CONAQ denuncia que a lentidão e o boicote nos processos de titulação expressam a manutenção de privilégios e a persistência do racismo estrutural, reforçando que a luta pela terra é também uma luta por dignidade, autonomia e pertencimento.

Na Comunidade Quilombola da Pontinha, em Minas Gerais, essas questões têm contornos específicos. Após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que causou violação ambiental grave, a comunidade enfrentou ameaças ao seu modo de vida, pois o desastre afetou diretamente o Rio Paraopeba, fonte de subsistência e cultura. Em resposta, as comunidades elaboram Protocolos de Consulta, como o implementado pela Pontinha em 2020, instrumento de proteção diante de ameaças externas. A Associação local construiu e implementou o Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada, em consonância com a Convenção 169 da OIT, para proteger seus direitos e garantir sua autonomia diante de intervenções externas. Esse protocolo, mais que um documento, representa um marco político, simbolizando a autodeterminação e a (re)existência do povo quilombola diante da violação histórica e contínua de seus direitos.

As contribuições de pensadoras e pensadores quilombolas são essenciais para compreender a profundidade dessa luta. Beatriz Nascimento, historiadora e ativista, afirma: “Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou” (Nascimento, 1985, p. 45). Para ela, o quilombo é um projeto de liberdade, resistência e organização coletiva. Nascimento (1977) alertava que:

Realmente nós fomos vencidos por uma estrutura de dominação que se perdura até hoje, mas, trazendo à luz atualmente que o Quilombo foi uma organização autônoma, onde se mantinha independente da guerra, independente da luta. [...] Só registro da história branca e que diz o que é Quilombo trazendo a perspectiva de Quilombo vencido, sendo os vencidos, fugidos ou escravos vencidos (Nascimento, 1977, p. 130).

Essa visão é ampliada por Nêgo Bispo, que destaca “A sociedade eurocristã coloca avô e avó no asilo e criança na creche. A cosmologia desse povo tem começo, meio e fim” (Bispo, 2022, p. 23). Ele propõe outro tempo e modo de vida fundamentado na ancestralidade: “Nosso povo sabe, porque sempre soube, como viver em harmonia com a natureza. O que a sociedade chama de ‘saberes tradicionais’ para nós é o alicerce da nossa vida. Não há separação entre a terra, as tradições e os nossos corpos. Tudo isso está interligado” (Bispo, 2022, p. 24). Conclui: “O que nos define não é o que a sociedade pensa de nós, mas o que nós fazemos para manter a nossa cultura viva. No quilombo, o tempo é outro, é o tempo da memória, do saber ancestral que nunca morre. Somos resistência e criação, todos os dias” (Bispo, 2022, p. 26).

Essas falas revelam que o quilombo é um espaço de memória e futuro, resistência e criação cotidiana. A CONAQ é uma expressão viva da força política, espiritual e cultural dos quilombos, reafirmando que a luta quilombola não é do passado, mas um movimento presente

e profundamente enraizado na sabedoria ancestral e no direito de existir plenamente. Como destaca Silva (2021): “Não lutamos apenas por terra. Lutamos por dignidade, por educação, por respeito. Lutamos para que as próximas gerações cresçam sem medo de serem negras, de serem quilombolas, de viverem em seus territórios.” Essa luta é coletiva, contínua e plural, articulando saberes tradicionais e estratégias políticas em defesa da vida quilombola.

Dessa maneira, ao reivindicar políticas públicas específicas e efetivas, a CONAQ reafirma que quilombo é lugar de (re)resistência, de memória e de futuro. Em tempos de retrocessos e ameaças, segue como guardião da ancestralidade como voz coletiva de esperança para os que em suas práticas cotidianas e lutas reafirmem o direito a existir com dignidade, pertencimento e autonomia em seus próprios termos.

2.5 A cultura oral e seus troncos de memória: entre narrativas, lendas e estórias quilombolas

A Comunidade Quilombola da Pontinha iniciou, em 2020, a construção do Protocolo de Consulta Prévia, em resposta aos impactos do crime ambiental da Vale ocorridos em 2019. Esse processo ocorreu em meio ao pior momento da pandemia de covid-19, o que conduziu adaptações na forma da organização comunitária. Para viabilizar as discussões, a comunidade se estruturou nos chamados “troncos” locais, em que são feitas reuniões com familiares e parentes mais próximos e grupos de vizinhança. As reuniões aconteciam ao ar livre, nos terreiros das casas, respeitando o distanciamento físico necessário naquele período.

Erlane, ex-estudante da EJAI, destacou a importância desse modelo de organização para garantir a participação de todos, evitando a centralização das decisões em um único espaço e democratizando as opiniões. Como ela afirma, “às vezes, eu não vou porque está longe, então é feito no tronco perto de mim, pra dar oportunidade de todo mundo saber o que está acontecendo. E, além disso, ainda tem um grupo formado no tronco que avisa qual dia ele vai estar naquele lugar”.

Esse modelo de organização comunitária se alinha ao que estabelece o artigo 6º da Convenção 169 da OIT, que determina que os governos devem consultar os povos interessados por meio de procedimentos apropriados e instituições representativas sempre que forem consideradas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los diretamente (OIT, 2011, p. 19). Para as comunidades quilombolas, esse artigo é fundamental, pois assegura que suas vozes sejam ouvidas e que tenham participação ativa nas decisões que envolvem seus territórios, modos de vida e acesso a direitos fundamentais.

Joselha, uma de nossas participantes, também destaca a importância dos troncos como uma forma de garantir a participação de toda a comunidade. Em suas palavras,

Tronco é onde é nomeado para acontecer as reuniões da comunidade, porque as reuniões da comunidade só aconteciam na praça e às vezes, e o povo era muito pouco, depois que começou a definir por tronco toda a comunidade participa. Aí tem o tronco da Vargem, tem o Tronco da Geralda, tronco do Euler, o tronco da Lagoa da Lontra, e o tronco da Marilene e aí em todos esses troncos acontecem as reuniões e aí todo mundo participa porque quando era na praça, tinha gente que tinha de vir de muito longe e acabando não dava ninguém. Por isso foi decidido os troncos e funcionam. Tronco é uma casa onde o dono dela permite que se faça a reunião. Porque antigamente também falava tronco. Os locais de encontro eram chamados troncos, e diante disso depois que a Associação começou a adotar as reuniões por tronco todo mundo participa. A rua dois vai no tronco da Marilei, a rua dez vai no Tronco da Geralda, o pessoal lá do fundo da rua dez vai no tronco da Lurdinha, o pessoal da Lagoa Dourada vai lá no tronco da casa do Paulinho, desse jeito todo mundo vai, tudo mundo participa.

As sujeitas dizem que nos primeiros encontros foram debatidos temas como direitos humanos, direitos socioambientais e direitos específicos quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, conforme previsto na Convenção 169 da OIT, promulgada em 1989 e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004 (posteriormente revogado e substituído pelo Decreto nº 10.088/2019), é um dos principais instrumentos internacionais de proteção aos direitos dos povos indígenas e tribais.

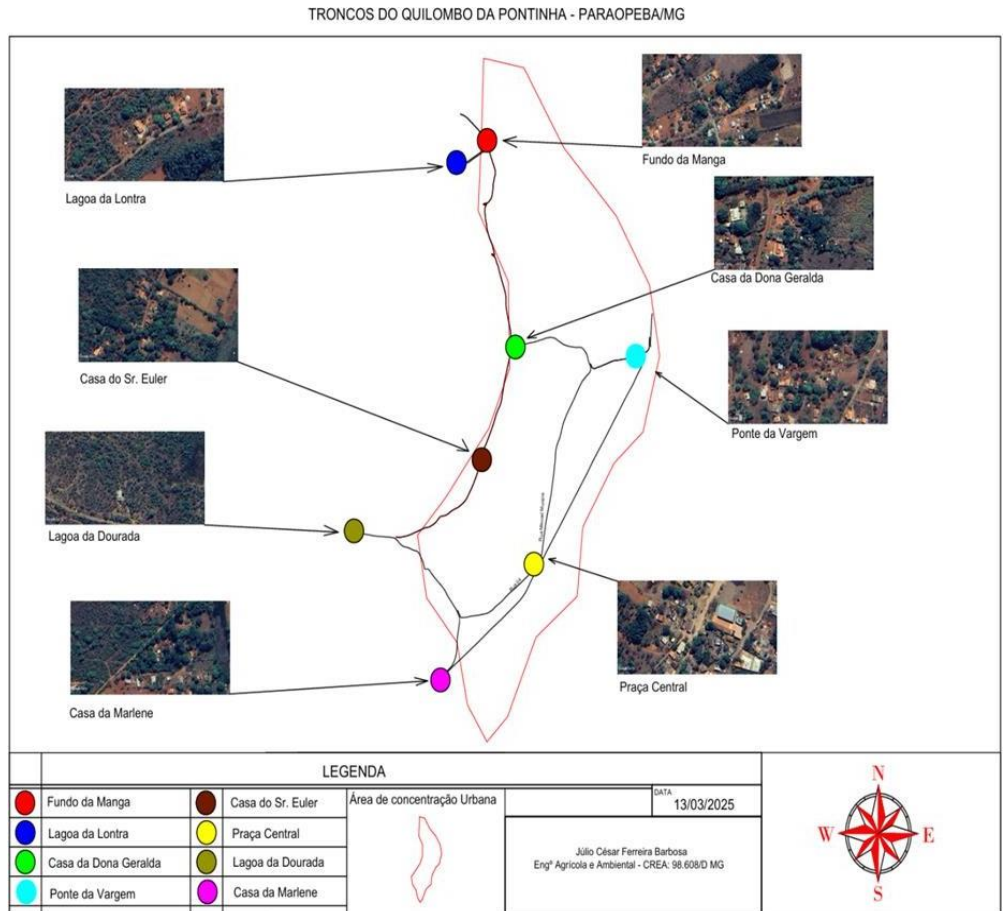
Com o tempo, os encontros nos troncos passaram a abordar também estratégias para o fortalecimento institucional da comunidade quilombola e formas de estabelecer relações com pessoas e instituições externas. Os troncos não apenas representam a comunidade, mas também carregam histórias e memórias que fazem parte de sua identidade. Por isso, apresentaremos um breve histórico de cada um, além do número de educandos/as interessados/as em se matricular na EJAI.

Nosso objetivo não é apenas falar sobre a comunidade ou descrever os troncos sem considerar os significados que eles carregam. Contar sobre essa localidade, com seus mistérios e encantos, é uma honra. Além da tradição oral presente nesses espaços, há muitas outras que permeiam a cultura da comunidade. O que é verdade? O que é apenas crença? Narrativas curiosas, assustadoras e, por vezes, até divertidas, dão vida e identidade a esse território quilombola.

Ademais, a construção desse mapeamento por meio da oralidade e histórias de vidas está intrinsecamente relacionado ao recurso educativo desta pesquisa. A construção cartográfica

dos mapas contou com a colaboração de pessoas da Associação, assim como de geógrafos na construção dos mapas. De igual modo, conforme dito anteriormente, o processo de reabertura de turmas da EJAI no território integra também a proposta educativa e ativista decorrente do engajamento político e sindical pelo direito social e humano à EJAI. Assim, ao realizarmos a cartografia íamos identificando possíveis demandas de sujeitos de direitos da EJAI no território.

Figura 14 – Mapa dos troncos no território da comunidade da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, baseado em dados dos moradores do quilombo,2025.

Essa demanda mostrou-se necessária, uma vez que nem a Secretaria Municipal de Educação (SEME) de Paraopeba, tampouco a Superintendência Regional de Ensino (SEE) de Sete Lagoas, que é responsável pela coordenação, supervisão e acompanhamento das políticas educacionais no âmbito regional, atuando diretamente junto às escolas estaduais e em articulação com os municípios para garantir a oferta e a qualidade da Educação Básica, incluindo a modalidade da EJAI não dispõem desses dados. Essa ausência de informações tem sido utilizada para justificar, entre outros fatores, a suposta baixa demanda local pela oferta da EJAI e, conseqüentemente, o fechamento de turmas na região. Nesse contexto, o levantamento

realizado diretamente nos troncos da comunidade da Pontinha revelou a seguinte distribuição de estudantes interessados na modalidade EJAI.

Quadro 1 – Distribuição dos estudantes por tronco e etapa/ano da EJAI

Tronco/Comunidade Quilombola	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio EJAI
Tronco da Vargem	–	1º período (1) 2º período (1) 3º período (4)	1º ano (8) 2º ano (3)
Tronco da Praça	2º ano (1) 5º ano (1)	1º período (1)	3º ano (1)
Tronco da Marilene	2º ano (1)	–	1º ano (2) 2º ano (1) 3º ano (2)
Tronco da Casa do Sr. Euler	2º ano (2)	2º período (1)	1º ano (1) 2º ano (2) 3º ano (1)
Tronco da Geralda	2º ano (1) 4º ano (2)	–	1º ano (3)
Tronco Fundo da Manga	3º ano (1) 4º ano (1)	1º período (1)	1º ano (1) 2º ano (2) 3º ano (2)
Tronco da Lagoa da Lontra	2º ano (1)	–	1º ano (1) 2º ano (1) 3º ano (1)
Tronco da Lagoa Dourada	4º ano (1)	–	3º ano (2)

Fonte: Elaborado pela autora da pesquisa (2025).

Na Comunidade Quilombola da Pontinha, os troncos ganham novo significado como espaços de encontro, memória e aprendizagem. Ao registrar e narrar lendas nesses lugares simbólicos, reafirma-se a centralidade dos saberes ancestrais na formação humana e na resistência quilombola. Os troncos da Comunidade Quilombola da Pontinha são marcadores simbólicos carregados de histórias, memórias e significados são mais do que elementos físicos, são espaços de encontro, escuta e partilha de saberes. Inserir lendas nesses troncos representa uma ação pedagógica, política e ancestral, que valoriza a oralidade, fortalece o pertencimento e reafirma o território como lugar de aprendizagem e resistência. Essa prática rompe com a lógica escolar que marginaliza os saberes populares, ressignificando esses espaços como “troncos do saber”, em que passado, presente e futuro se entrelaçam. Assim, contar e registrar lendas nos troncos se articula a um movimento político de reocupação da escola pelos sujeitos quilombolas, evidenciando que a educação começa no chão da comunidade e que só será efetiva se dialogar com as memórias, vivências e horizontes do povo quilombola.

Cada tronco da comunidade da Pontinha é carregado de história e significados que refletem a relação profunda da comunidade com suas raízes culturais. O Tronco da Vargem, por exemplo, além de sua função simbólica, ocupa um papel importante na educação local. Esse tronco, localizado na principal entrada da comunidade, é um ponto de encontro onde futuros estudantes se reúnem com o intuito de expressar seu interesse em continuar os estudos.

Além de sua função educacional, o Tronco da Vargem é um ponto de interseção entre a educação e a tradição oral da comunidade. De acordo com as narrativas compartilhadas pelos mais velhos, uma das histórias mais marcantes associadas a esse tronco envolve os congadeiros. Conta-se que, antigamente, havia uma lapa (um abrigo natural ou caverna) nas proximidades onde os congadeiros, grupos de pessoas responsáveis por manifestações culturais como o Congado, se reuniam para celebrar suas tradições, cantar, dançar e rezar. Essa prática, que conecta a religião e a resistência cultural afro-brasileira, é lembrada até hoje pelos moradores da Pontinha e tem um significado profundo no fortalecimento da identidade quilombola da comunidade. Assim, o Tronco da Vargem é mais do que um simples ponto de encontro para o ensino e aprendizado, ele também carrega a memória das práticas culturais e espirituais que formam a base do que significa ser parte da comunidade da Pontinha. Apresentamos a lenda:

A comunidade da Pontinha tinha como *hobby* nos fins de semana juntar os seus instrumentos para dançar congo na “Lapa”, um lugar muito visitado. Segundo os congadeiros que participavam, lá tinha aparições de Nossa Senhora, ficando conhecida como Nossa Senhora da Lapa. Era frequentada por muitos devotos, por todo povoado da região e congadeiros de outras comunidades cada qual com sua fé, que faziam promessas. Alcançando a graça, voltavam para pagar. Atualmente, os congadeiros da própria comunidade ainda vão até o local, mas essa gruta conhecida como “Lapa” hoje se encontra menos frequentada, e necessita de cuidados por ser um local histórico que faz parte da cultura quilombola da comunidade da Pontinha e que a olhos nus é de uma beleza exuberante. Chegaram a pensar não ter a ação do homem por tanta perfeição, sendo ela toda esculpida pelas mãos de Deus.

No Tronco da Praça, além de sua relevância no contexto educacional, esse tronco também está cercado por narrativas populares que atravessam gerações. Uma das lendas mais conhecidas da comunidade da Pontinha é a do lobisomem. Segundo relatos de moradores antigos e atuais, há quem afirme já ter avistado a criatura e até mesmo enfrentado o temido bicho. Essa história, amplamente difundida na comunidade, contribui para reforçar o caráter místico do território e evidencia a riqueza da tradição oral local, que resiste e se renova na memória coletiva do quilombo. Conta-se que certa vez,

Um dia uma família passava pelo centro da comunidade próxima à Igreja, e o pai, agarrado com os três filhos, foram perseguidos pelo lobisomem. Quando finalmente chegaram em casa, a mãe apavorada não pensou duas vezes, empurrou a porta quebrando a tramela e não quis nem saber e entrou casa adentro, e foi o tempo exato deles entrarem e ouvir o lobisomem rondando em torno da casa, rugindo como um animal feroz. Várias pessoas afirmam já ter ouvido também os gritos do lobisomem pela comunidade afora. Essas mesmas pessoas atestam ainda que certa vez uma pessoa conhecida por todos na comunidade foi visitar uma mulher que tinha acabado de ter um filho. A criança que tinha nascido era muito gorda, tinha bochechas grandes, e as pernas todas fofinhas, um bebê lindo! Só que esse homem que foi visitá-lo, não olhou esse bebê com o mesmo olhar de doçura, não! Ele chegou e falou para os pais: “Como essa criança tem as bochechas grandes! Que pernas fofas! São boas de morder!”. O pai, já sabendo da fama daquele homem, disse ao visitante: “Não se aproxime do meu filho, porque já temos uma garrucha guardada para você”. E o visitante respondeu: “Então, eu estarei aqui de noite para visitá-lo”. Assim aconteceu. Estando as portas fechadas, eles perceberam que o visitante voltando para poder visitar o recém-nascido, mas dessa vez já não estava mais em sua forma normal. Essas são histórias muito assustadoras.

Essas narrativas, longe de serem simples histórias de medo, cumprem um papel pedagógico e simbólico dentro da comunidade. Elas educam para o cuidado, o respeito aos limites do território e aos mistérios que o cercam, funcionando como formas de proteção coletiva e preservação da identidade quilombola. A oralidade mantém vivas essas tradições, que, conforme ressalta Nêgo Bispo (2022), não são ausência de escrita, mas outra forma de “escrever no mundo”, imprimindo sentido, memória e pertencimento. Assim, o Tronco da Praça se configura não apenas como um espaço educacional formal, mas também como um lugar onde o sagrado, o imaginário e a cultura se entrelaçam, revelando a profundidade das relações comunitárias e a resistência cultural presente na Pontinha.

O Tronco da Marilene é também um espaço simbólico, marcado por uma das histórias tradicionais da comunidade: a estória das Três Moitas. A narrativa das Três Moitas se mantém viva por meio da tradição oral, principalmente contada por avós às crianças e jovens, reforçando a importância de respeitar a natureza, os mistérios do território e integrar os saberes ancestrais. Assim, essa estória revela mais do que um simples “causo” popular; ela expressa a forma como o imaginário coletivo da Pontinha constrói laços entre passado e presente, entre o real e o sagrado.

A Lagoa Dourada, considerada pelos moradores da comunidade da Pontinha, “encantada”, é um espelho de água, maravilhoso e de lá são relatadas muitas histórias e lendas. Uma delas vai ser contada aqui, sobre três moitas que, de sete em sete dias, faziam todo o circuito pela lagoa, elas começavam do fim da lagoa e fazia toda a travessia e vinha para a cabeceira Depois de sete dias voltavam novamente para o fim. Teve um dia que uns moradores, que ali

residiam, tiveram a ousadia de pegar duas daquelas moitas e jogá-las fora do seu habitat, que seria a lagoa. Atualmente uma daquelas moitas que sobrou e não foi arrancada está lá e até hoje faz o mesmo trajeto. Eis a dúvida de todos que ali moram. O que faz ela se mover? O porquê do trajeto dela durar sete dias exatos, nem mais, nem menos? Será algo sobrenatural ou será simplesmente a criação divina, com suas riquezas? Sem resposta.

Dessa forma, o Tronco da Marilene não é apenas um ponto de encontro pedagógico, mas um lugar onde se entrelaçam educação, memória e ancestralidade. Esse espaço reafirma o compromisso da comunidade com uma educação que dialoga com os saberes do território, valoriza suas histórias e reconhece que aprender também é preservar o que somos. É nesse entrelaçamento entre o cotidiano escolar e os ensinamentos ancestrais que a Pontinha constrói seu próprio projeto educativo, afirmando que, aqui, ensinar e aprender passam também pelas raízes, pelos troncos e pelas vozes que nos sustentam.

No Tronco da Casa do Sr. Euler, além de sua função essencial na organização da educação, destaca-se um aspecto fundamental para a preservação da memória e da identidade cultural da comunidade: as histórias e as lendas transmitidas oralmente, que dão vida e significado ao espaço. Esse tronco é especialmente marcado por uma narrativa emblemática que nos foi contada pelo próprio Sr. Euler Moreira, figura respeitada e reconhecida por sua dedicação em guardar e compartilhar os relatos antigos da Pontinha. Sua voz carrega o peso das gerações, e suas histórias são pontes que conectam o presente ao passado ancestral.

O Sr. Euler é guardião de saberes e testemunhos que não estão escritos em documentos oficiais, mas que habitam na memória coletiva e na fala viva da comunidade.

O Sr. Euler Moreira conta que, quando ele tinha sete anos de idade, aconteceu um fato na comunidade da Pontinha, que ele jamais esqueceu. O cunhado dele era Joaquim Moreira, sendo sua esposa, irmã e madrinha de Sr. Euler. A madrinha de Euler era muito amorosa com ele e este morava na casa do casal. Certa vez, resolveram sair todos juntos, no início da noite. Saíram de casa e foram descendo pela rua afora, chegando no final dela, passaram por um pequizeiro, e algo muito estranho aconteceu. Foi a hora que o seu tio Joaquim Moreira bateu o pé no chão, deu um salto e foi parar bem no alto do pequizeiro, suspenso e se mantendo no alto, pendurado por uma única folha. Euler ficou muito assustado, largou o tio na mesma hora e foi embora sem entender o que acontecera com ele para que conseguisse essa façanha. Com o passar de algumas horas, o tio chegou e fez a seguinte pergunta para Sr. Euler: “Por que você me deixou para trás?”. Euler respondeu: “Eu não o deixei para trás, porque o que eu já vi pendurar em folha é morcego, e eu não saio mais com o senhor”. O padrinho ficou apreensivo com a resposta do afilhado, mas insistiu dizendo que ele deveria aprender as coisas. Euler então respondeu ao seu tio que o que ele deveria aprender seria coisa que Deus abençoa e não coisa demoníaca e continuou: “Quando o senhor for praticar coisas desse tipo, o senhor precisa ir sozinho ou com os demônios”. E assim Euler nunca mais

andou com o padrinho depois dessa cena que ele presenciou. Sendo essa revelação muito forte, o carinho de Euler permaneceu até a morte de seu padrinho.

Esse relato do Sr. Euler Moreira, assim como outros realizados nos diversos troncos da comunidade, ilustra a força da tradição oral no fortalecimento do pertencimento coletivo e da ancestralidade quilombola. As histórias transmitidas de geração em geração não apenas entretêm, mas carregam saberes, códigos morais e modos de interpretar o mundo que são próprios da cosmologia das comunidades negras rurais. Narrativas como essa reforçam a presença do sagrado, do mistério e da espiritualidade como elementos que atravessam a vida cotidiana, permitindo que o passado continue vivo no presente. A experiência vivida pelo Sr. Euler, ainda na infância, torna-se parte da memória comunitária e alimenta uma pedagogia própria, baseada na oralidade, no respeito aos mais velhos e na conexão com o invisível.

A lenda que ele relata não apenas entretém, mas também revela as complexas relações entre o mundo visível e invisível, entre o sagrado e o cotidiano. Por meio dessas narrativas, os valores, os medos, as esperanças e as lições são transmitidos, reforçando os laços sociais e a cosmovisão quilombola que sustenta a resistência cultural da Pontinha. Assim, o Tronco da Casa do Sr. Euler não se limita a ser um espaço de reunião para tratar da educação formal, mas se configura como um verdadeiro santuário da oralidade e da ancestralidade, onde as palavras e os silêncios têm o poder de manter vivas as raízes, os mistérios e as forças que moldam a comunidade.

Já em relação à identidade do Tronco da Geralda, é fortemente marcada pela lenda do cachorro gigante, uma narrativa carregada de mistério e poder que se mantém viva devido à oralidade e à tradição comunitária. Essa história, que ressoa há muitas gerações, é novamente trazida à tona pelas memórias do Sr. Euler uma voz respeitada e guardiã dos saberes ancestrais da Pontinha.

Sr. Euler Moreira vem resgatando na memória casos que aconteceram há muitos anos atrás na que hoje não acontece mais, mas já aconteceu... Esse fato aconteceu com seu irmão mais velho. Era rotina das pessoas da comunidade ir a Paraopeba, cidade mais próxima deles, a pé, a é de 23 quilômetros de distância. Seu irmão, Milton, em uma de suas idas a Paraopeba, precisava sair bem de madrugada para naquele dia conseguir chegar no horário que precisava. Só que nesse dia seu irmão errou as horas, e foi às 23:30h, não se usava relógio; em vez de sair na madrugada como de costume, saiu muito cedo. A comunidade era muito assombrada, pois era um local onde apareciam muitas coisas assustadoras para as pessoas que circulavam no horário próximo da meia-noite. Quando Milton deu a volta indo em direção a Paraopeba, próximo ao açude, os cachorros começaram a uivar, latir e chorar. Cada passo que ele dava, o som dos cachorros ficava ainda mais próximo. Chegando perto

da casa do Sr. Maurício, morador da comunidade, ele avistou uma roda de cachorros e no meio dela tinha um cachorrão sentado, e esse cachorro era tão grande na fala de Euler: “Era muito para ser simplesmente um cachorro”. Aqueles cachorros que estavam ao redor olharam um para outro e fixaram o olhar em Milton. O olhar daqueles cachorros dizia: “Você tem certeza que vai passar por aqui?”. Milton, muito assustado, foi se afastando... afastando com muita calma e muito medo. Chegando em sua casa, sentou no chão do quintal e não teve mais condições para nada, nem mesmo chamar seus familiares, até clarear o dia. Com o passar do tempo, em roda de conversa com seus amigos, Milton comentou o que tinha acontecido com ele. Nessa roda tinha um amigo que se chamava Tobias, era um homem forte, muito valente de uma boa estatura com sete dedos em cada pé. Contou que viu o mesmo cachorro próximo à porteira dos Valdivino. Sozinho, saiu bem devagar de perto desse suposto cachorrão e andou uns 15 quilômetros até chegar em sua casa. Foi considerado um fantasma que circulava por toda comunidade.

Esse tipo de narrativa, presente no imaginário coletivo da comunidade, cumpre um papel pedagógico e simbólico. A figura do “cachorro gigante” pode ser interpretada como uma metáfora para as forças que protegem a comunidade e como uma forma de reafirmação do respeito pelas forças da natureza e pelos limites do território. Essa figura funciona como um símbolo multifacetado, ao mesmo tempo que desperta medo e respeito. Também representa a proteção do território, um guardião invisível que assegura a integridade e a segurança do povo quilombola. O medo, nesse caso, educa e protege, reforçando valores de pertencimento e cuidado com os espaços sagrados.

A oralidade, mais uma vez, revela-se como veículo de saberes ancestrais que escapam à lógica da escrita. Em diálogo com o pensamento de Nego Bispo (2023,p.6), compreendemos que falar, narrar e escutar também são modos de escrever não com tinta e papel, mas com memória, corpo e território. Assim, os troncos, as histórias e os corpos se tornam livros vivos que guardam e compartilham os sentidos de uma vida coletiva fundamentada no respeito, na circularidade e na ancestralidade.

O Tronco Fundo da Manga, além da dimensão educacional, é fortemente marcado pela presença simbólica da Lapa um espaço sagrado que ocupa lugar central nas memórias coletivas da comunidade da Pontinha. Quem narra essa história é Dona Euriza, participante da nossa pesquisa e uma das mulheres mais antigas da comunidade referência de sabedoria, fé e respeito entre os moradores. Guardiã de histórias, ela transmite os ensinamentos que ouviu de seus pais, avós: saberes que não se registram em livros, mas no corpo, na fala e na alma.

Mais uma lenda de uma colaboradora, Dona Euriza, resgatando as histórias que contam na comunidade sobre a Lapa, segundo Euriza, ela tem sete salões, sendo que já conseguiram entrar só em quatro deles, as passagens nas portas são muito baixas. E para conseguir entrar é necessário que entre arrastando, de barriga para baixo. É um lugar considerado bento, pois a argila da Lapa é

usada para curar as dores e doenças do corpo, as plantas que lá brotam também têm a mesma eficácia, com fé têm curado os seus fiéis. Conta-se que na sétima sala existe uma serpente que protege o local. Também se conta que existiu uma mulher que, naquele local, zombava e duvidava da fé dos que ali estavam. De repente, uma pedra se soltou e caiu sobre ela. A pedra jamais foi retirada, pois ninguém conseguiu arrastá-la, e ela permanece lá até hoje. Segundo Euriza, os seus antepassados contavam que chegará um tempo em que essa Lapa há de se fechar, e não haverá mais acesso ao local. Atualmente, infelizmente a gruta está situada em uma propriedade privada, e para visitá-la, é preciso que se obtenha autorização do proprietário.

A história da Lapa é uma expressão viva da cosmologia quilombola, em que território, natureza, corpo, memória e espiritualidade são inseparáveis. O sagrado não está separado do cotidiano; ele pulsa nas ervas, nas pedras, no barro, nos rituais e nas palavras. Assim, o Tronco Fundo da Manga nos revela que educação, espiritualidade e território estão interligados na vida quilombola. A escola pela qual se luta para (re)abrir não está descolada dessas narrativas; é também espaço de (re)existência, onde histórias como a da Lapa continuam a ser contadas, ouvidas e vividas pelas novas gerações no espaço escolar.

O Tronco da Lagoa da Lontra é um simbolismo profundo de conexão entre a educação e as tradições culturais da comunidade. O tronco, além de ser um espaço de organização educacional, carrega o legado histórico e as narrativas que moldam a identidade da comunidade da Pontinha.

A Lagoa da Lontra, que dá nome ao tronco, não é apenas um ponto turístico, mas um verdadeiro símbolo de resistência e memória coletiva. A lenda sobre sua origem, envolvendo o desrespeito à cerimônia religiosa e a transformação do local em uma lagoa mística, reflete a relação profunda entre o povo da Pontinha e seus espaços sagrados. Para a comunidade, a lagoa não é apenas um corpo d'água, mas um lugar de encontros, de fé e de revelações. Essa ligação com o sagrado torna o tronco ainda mais significativo, pois ele não apenas representa um ponto geográfico, mas também o entrelaçamento entre saberes ancestrais e o presente.

Conta-se na comunidade que há muitos anos atrás, existia um boi muito bonito encantado que chamava muito a atenção pela sua cor arroxeadada. Mas o que tinha ainda de mais inusitado era aquele boi que vivia dentro da lagoa sendo que uma parte ficava por dentro e a outra parte por fora da água, ou seja, meio corpo por fora pastando os capins do lado de fora nos arredores daquela lagoa e a outra parte submerso.

Próximo dali, existia uma fazenda que se chamava “Fazenda do Sobrado” [essa fazenda existe até hoje]. Nessa fazenda morava um homem chamado Antônio de Jeta; era alto, de grandes lábios, moreno, bem vistoso aos olhos de quem o via. Também muito poderoso com muitas propriedades e bens, que segundo os mais antigos que conviveram com ele.

Antonio via esse boi lá pelas redondezas de suas propriedades e sempre tentava tocá-lo daquele local e o boi não saía do lugar, assim era todos os dias, até que chegou um momento em que Antônio de Jeta, muito irritado, deu um tiro de cartucheira na sua direção, ele então desapareceu.

Desse dia para cá, nunca mais o boi foi visto por ninguém.

Com o passar do tempo, Antônio de Jeta foi perdendo tudo o que tinha: bens, família e até mesmo a saúde; se definhou em cima de uma cama até a sua morte e acabou sendo enterrado como indigente. Conclusão contada pelos moradores: o boi desapareceu e os bens dele também. Não se pode destruir a natureza, pois um dia é cobrado de você.

Dessa forma, o Tronco da Lagoa da Lontra não é apenas um registro da educação da comunidade, mas um ponto de resistência cultural e histórica, em que as gerações presentes continuam a se conectar com os conhecimentos e as tradições do passado, através das histórias, das lendas e das experiências vividas ao longo dos anos. É um espaço que fortalece a identidade comunitária e reafirma a importância de preservar as narrativas locais, integrando a educação formal com as práticas culturais e espirituais que sustentam o modo de vida da comunidade.

O Tronco da Lagoa Dourada não é apenas um local de registro educacional, mas também um ponto de conexão profunda com a identidade e a cultura da comunidade da Pontinha. Nele, identificamos não apenas os futuros estudantes a serem matriculados, mas também as histórias e as lendas que se entrelaçam com a vida da comunidade e também a preservação da memória coletiva através das narrativas que transcendem o tempo.

Esta lagoa não teria fim e nela existe uma imensa cobra – uma cobra apavorante, com olhos vermelhos como fogo e ainda fica protegendo uma aliança que fica debaixo dela. Portanto, essa vigilância é noite e dia, para que nada aconteça a ela. Um homem muito corajoso resolveu, então, procurar o fundo dessa lagoa dizendo que ele seria o único que conseguiria essa façanha. Sua esposa, muito preocupada, ainda fez um pedido ao seu marido para que não fosse, pois ela teria medo do que poderia acontecer. Sendo ele muito teimoso, não escutou a sua esposa. Então ele foi até à “Lagoa”, pulou na água, mergulhou e foi descendo – descendo cada vez mais fundo, quando, de repente, apareceu em sua frente uma criatura gigantesca em formato de uma cobra, passando por ele e era algo tão extenso que não acabava mais. Tendo em vista que aquela cobra não chegava ao fim, ficou apavorado com o que via, voltou imediatamente para as margens da lagoa, tendo a certeza que a lagoa realmente não tinha fim. Os mergulhadores quiseram investigar melhor essa história e uma equipe foi fazer a vistoria no local e não conseguiram encontrar a cobra. Mas o que mais intriga é que eles também não conseguiram chegar no fundo da lagoa, deixando uma dúvida: “Será não tem mesmo fim realmente que essa lagoa e essa cobra existe?”.

Este tronco, portanto, carrega uma carga simbólica ainda maior do que apenas a função educacional. Desafia as leis da realidade e mantém sua essência mágica e intocada. É um ponto de ancoragem entre o passado e o presente, um espaço onde o mistério da Lagoa Dourada continua a inspirar respeito e fascínio. As histórias contadas sobre a lagoa não apenas fazem parte da tradição oral da comunidade, mas também refletem o vínculo profundo com a natureza, a espiritualidade e o legado cultural da Pontinha. O tronco da Lagoa Dourada, com seus estudantes e suas histórias, serve como um elo vivo entre as gerações, perpetuando a rica herança cultural que define a identidade da comunidade.

Dessa maneira, os troncos representam muito mais do que espaços de reunião. São instâncias fundamentais de organização comunitária, de escuta coletiva e de tomada de decisões na Pontinha. O ato de se reunir em torno dos troncos é, em si, um ato de afirmação cultural e de resistência, no qual as vozes da comunidade se fazem ouvir e se posicionam contra as pressões externas que tentam apagar ou distorcer a história e a cultura quilombola.

Neles, as vozes dos moradores ganham força; histórias são compartilhadas e estratégias coletivas são construídas para enfrentar os desafios cotidianos. Para a Associação Quilombola da Pontinha, os troncos têm sido instrumentos essenciais na mobilização da comunidade, promovendo diálogo, fortalecimento identitário e articulação com políticas públicas.

Nesse contexto, o trabalho de levantamento dos estudantes e da demanda pela reabertura da EJAI configura-se como uma ação estratégica, profundamente comprometida com a escuta e a vivência comunitária. Foi por meio desses espaços que se tornou possível identificar a necessidade real de acesso à educação de jovens, adultos e idosos, além de articular ações com instituições públicas. Assim, os troncos revelam-se mais do que simples locais de reunião: são espaços de resistência, de educação e de fortalecimento comunitário.

Funcionam como uma estrutura organizacional que possibilita a construção de soluções coletivas para os problemas que afligem a comunidade, ao mesmo tempo que afirmam a importância de se preservar a cultura quilombola. Os troncos seguem, desse modo, reafirmando seu papel central na luta por direitos, na preservação da cultura quilombola e na construção de um futuro mais justo e inclusivo para todos os membros da comunidade.

3 ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA E A LUTA PELO DIREITO À EJAI

A gente abdica de muitas coisas, abdica das coisas da gente, da vida da gente, pra tentar fazer o melhor pelo quilombo. Melhor pra comunidade, a comunidade merece. Ficou esquecida há muitos anos. E agora, graças a Deus, graças a muitas pessoas como vocês, por exemplo, que vêm olhando pra comunidade, a gente vai ganhando visibilidade, ganhando reconhecimento, e isso é gratificante. A gente conseguir ver assim, às vezes a gente não ganha nada, mas quando a gente consegue parar e olhar assim, correr atrás disso, não foi fácil, mas conseguimos (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Neste capítulo, abordamos a atuação da Associação Quilombola da Pontinha na luta pela garantia do direito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). A partir da mobilização da comunidade, destacamos o papel central da Associação na articulação de políticas públicas, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas. A EJAI é apresentada como ferramenta de reparação histórica e de construção de um futuro mais justo e inclusivo para o território.

3.1 Educar para reparar e (re)existir: a EJAI como caminho de justiça no Território Quilombola da Pontinha

Muitos direitos nós fomos perdendo. Já outros nem chegou no nosso alcance. Às vezes a gente não tem muito conhecimento, então a gente tem que buscar. O que a gente colhe de informação a gente busca o direito. Sempre na luta, né? E a luta não pode parar. A luta é constante. Tem uma velha frase, né. Persistir sempre, desistir nunca! Porque a luta é grande, mas quando a gente luta, a gente tem resultado (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

A presença mais significativa do poder público na Pontinha está presente principalmente na escola, por isso iremos fazer um breve histórico da implementação do ensino formal que foi estabelecido no ano de 1936, sendo essa a escola a segunda mais antiga do município.

Nos tempos de ausência de escola, os saberes já eram partilhados. Nos primeiros tempos, na Comunidade Quilombola da Pontinha, não existia uma instituição escolar formal. O ensino era praticado de forma comunitária, baseado na solidariedade e na transmissão dos saberes por quem já dominava a leitura, a escrita e a matemática básica. Como relatado por Dona Euriza, quem sabia ler, escrever e a tabuada ensinava para os demais. Aqueles(as) que desejavam acesso a escolas formais precisavam deslocar-se até outras localidades, como Caetanópolis e Paraopeba.

Diante da ausência de políticas públicas voltadas à educação, a própria comunidade assumiu a responsabilidade pela formação de suas crianças. Um dos primeiros movimentos nesse sentido foi protagonizado por Dona Francisca Moreira Barbosa, moradora da Pontinha, que, mesmo sem formação específica para o magistério, transformou parte de sua casa na primeira sala de aula da comunidade. Ali, Dona Francisca ministrava aulas de Língua Portuguesa e Matemática, utilizando materiais didáticos obtidos com professores/as e estudantes de fora da comunidade. Dona Euriza Moreira, por sua vez, recordou com carinho o uso de um quadro de pedra ardósia e de carvão como instrumento de escrita.

As memórias da atuação de Dona Francisca permanecem vivas entre os/as moradores/as da Pontinha. Diversas pessoas entrevistadas a reconheceram como figura central na história da educação local. Em homenagem à sua contribuição, a biblioteca da escola da comunidade recebeu seu nome. A escassez de docentes com formação específica levou comunidades como a Pontinha a recorrer a saberes locais e ao engajamento de seus próprios moradores.

Com o passar dos anos e com o aumento da demanda por ensino escolar, e a limitação da estrutura disponível na casa de Dona Francisca, novos espaços foram criados. O Sr. Manoel Moreira Barbosa, avô de uma professora que leciona na escola, nos contou que ele improvisou uma sala de aula no paiol na casa da família para atender às crianças da comunidade. Posteriormente, essa forma de educação foi dada continuidade pelo seu pai, Sr. Carlos, e que sua mãe também atuou como professora.

O Sr. Carlos, ao perceber que sua esposa já não conseguia mais acompanhar as exigências do ensino, por não possuir base educacional necessária, recorreu à Prefeitura de Paraopeba, solicitando uma professora. Como seu pai era uma pessoa muito engajada com as demandas da comunidade, o pedido foi atendido e uma educadora foi enviada ao território. Durante cerca de dois anos, essa professora residiu na casa de sua família. Durante a semana, lecionava para as crianças da Pontinha e retornava à sua cidade nos finais de semana.

Somente na gestão do prefeito municipal de Paraopeba, Francisco Guimarães Simões, que a escola, enfim, foi municipalizada, sendo construído um pequeno prédio nas imediações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na área mais central, onde está a maioria das residências da Pontinha. Com o passar dos anos, o prédio, não comportando mais a quantidade de crianças, foi ampliado em 1978.

A história da educação na Pontinha revela como a escola, antes mesmo de ser institucionalizada, já era sonhada e construída pelas mãos de seus próprios moradores. Foi o compromisso da comunidade com o saber e com o futuro de seus filhos e filhas que garantiu os primeiros passos rumo ao direito à educação.

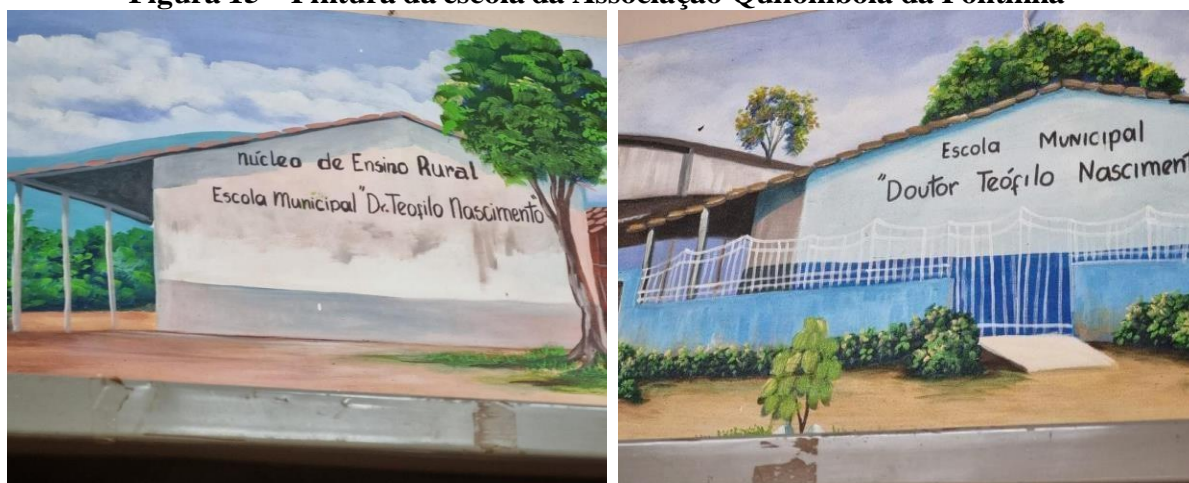
Dona Euriza, que foi professora dessa escola antes e depois da ampliação, elucida essas informações:

De primeira, era só até o quarto ano, não tinha nem quinta série. Por isso eu estou falando com você. Era assim... Quando eu estudei era até só terceiro ano. Nem quarto ano tinha. Quer dizer que era só essa turma, que é da minha época, só tinha até o terceiro ano, porque ninguém ia pra Paraopeba, ninguém tinha condição de sair pra estudar fora. Quer dizer que todo mundo só fazia terceiro ano, né? Aí, depois que foi mudado, é que passou a ter o quarto ano, depois veio o quinto ano, né? Mas de primeira não tinha isso não (Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

De acordo com os acontecimentos apresentados, percebe-se que o processo educativo ocorre também fora dos espaços formais de ensino. Isso ficou evidente ao analisarmos os primeiros processos de escolarização que se desenvolveram dentro do território da comunidade. Conforme os documentos acessados, foi dessa forma que o ensino institucional² se consolidou na Pontinha:

- em 05/05/1936 foi criada na comunidade a escola, funcionando da primeira a terceira série;
- em 12/01/1980, foi introduzido a quarta série;
- em 1990, foi introduzida a educação infantil pré-escolar;
- em 1994, passaram a ter as extensões de quinta à oitava série; atualizado por nono ano, posteriormente;
- em 2017, foram introduzidos o Ensino Médio e a EJAI.

Figura 15 – Pintura da escola da Associação Quilombola da Pontinha



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

² Reforma Francisco Campos, Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, ensino secundário dividido em dois ciclos: fundamental e complementar. Sendo o fundamental compreendendo: 1ª série, 2ª série, 3ª série, 4ª série e 5ª série.

Figura 16 – Foto da escola da Associação Quilombola da Pontinha



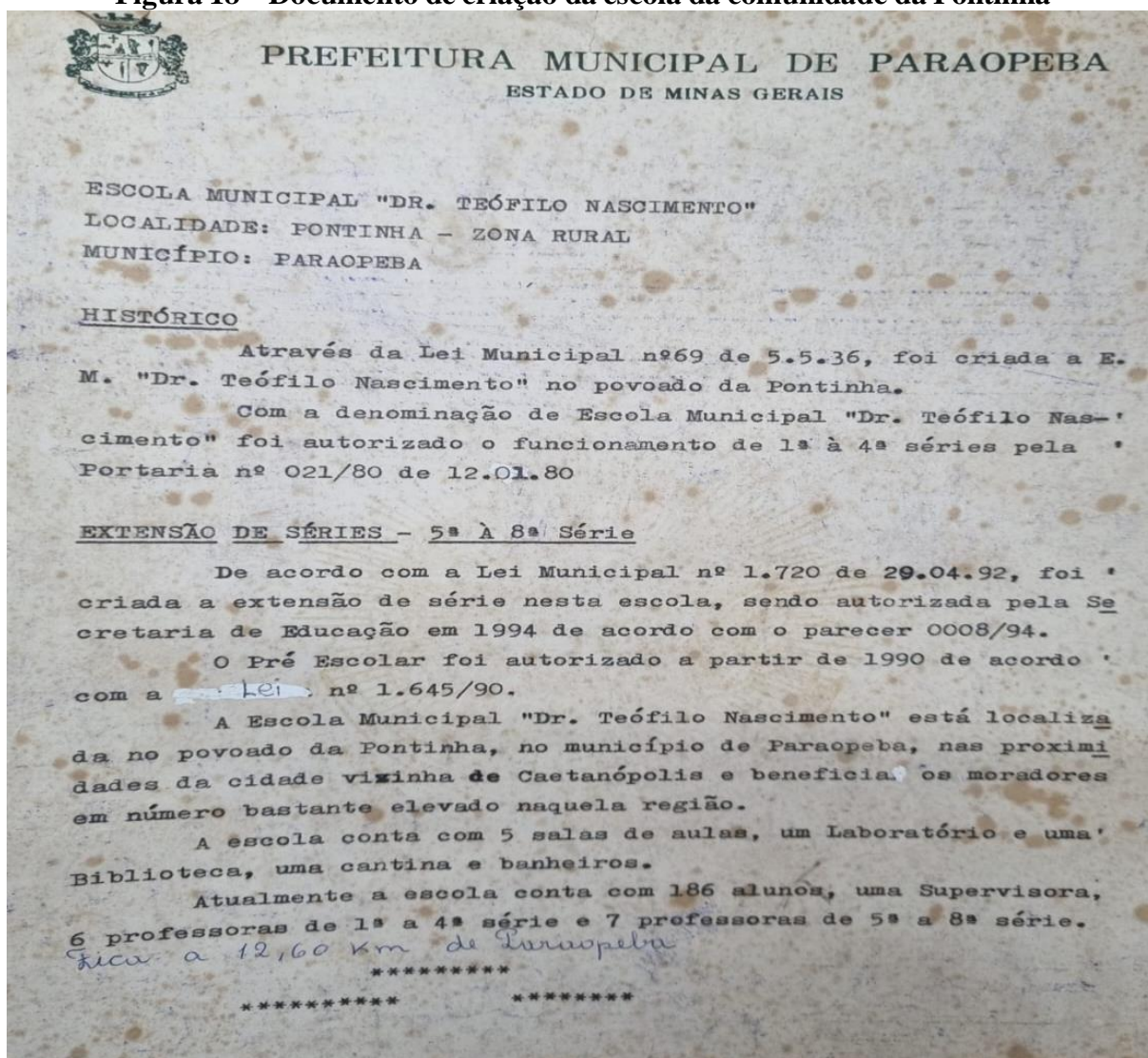
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

Figura 17 – Foto da entrada da escola da Associação Quilombola da Pontinha em 2025



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2025.

Figura 18 – Documento de criação da escola da comunidade da Pontinha



Fonte: Prefeitura Municipal de Paraopeba, 2024.

Atualmente, a escola funciona no período matutino, oferecendo Ensino Fundamental II, e no período vespertino oferece o Ensino Fundamental I e a educação infantil. No período noturno, é cedida para a Secretaria Estadual de Educação (SEE). A maioria dos profissionais que compõem o quadro da escola é oriunda da cidade, utilizando condução própria e sem qualquer tipo de ajuda de custo por parte dos governos estadual ou municipal. Essa situação provoca um alto índice de rotatividade entre os trabalhadores, que, ao encontrarem oportunidades em outras instituições na cidade, optam por deixar a escola da comunidade. Isso compromete a continuidade do processo educativo e prejudica o aprendizado dos estudantes, que frequentemente ficam longos períodos sem professor para ministrar as aulas. A EJAII era oferecida no período noturno, das 19h às 22h25, mesmo horário em que ocorriam as aulas do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.

De acordo com levantamentos documentais realizados em 2016 no acervo da escola e da Associação Quilombola da Pontinha, durante os Fóruns Regionais promovidos na gestão da secretária estadual de Educação Macaé Evaristo com o objetivo de reorganizar e fortalecer políticas públicas e ampliar a participação social em 17 territórios de Minas Gerais foi feito um convite aos(às) moradores(as) remanescentes da comunidade para participarem do evento.³ A proposta era ouvir as demandas da comunidade e firmar uma parceria com o município para a cessão do espaço escolar no turno da noite, possibilitando a oferta do Ensino Médio e da EJA à população da Pontinha.

A demanda pela ampliação do ensino que foi apresentada nos encontros, com a participação das Secretarias de Educação (SEE) e de Direitos Humanos, de Participação Social e Cidadania (SECPAC), que visava a possibilidade de implantação do Ensino Médio e da EJA na comunidade. Isso porque, para darem continuidade aos estudos, era necessário que esses estudantes se deslocassem para a cidade, sendo que alguns permaneciam na cidade e só retornavam no final de semana ou nos feriados.

De acordo com as informações fornecidas pela Superintendência Regional de Ensino de Sete Lagoas, foi promovida uma roda de conversas na barraquinha da capela de Nossa Senhora do Rosário no dia 22 de novembro de 2016 com o secretário-executivo dos Fóruns Regionais-Território Metropolitano Ronaldo Manassés, com Cecília Maria Carvalho da Cruz, diretora de Desenvolvimento Econômico, Social e Étnico da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SECPAC), com a presidente da Associação Comunitária dos Moradores da Pontinha e diversos moradores da comunidade.

Figura 19 – Reunião para implementação da EJA e Ensino Médio



Fonte: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/8437-comunidade->

³ Fóruns Regionais surgiram para inserir de vez os cidadãos mineiros nas decisões estratégicas sobre as ações governamentais, com foco nas perspectivas regionais.

De acordo com os noticiários disponibilizados no portal da Agência Minas, a Comunidade Quilombola da Pontinha, em Paraopeba, no Território Metropolitan, é um exemplo de participação popular que resultou em ações para beneficiar pessoas jovens, adultas e idosas da região com a implantação do Ensino Médio. Essa conquista foi de grande contribuição para o desenvolvimento da comunidade. Afinal, antes dessa medida, os jovens concluíam o Ensino Fundamental e não tinham como ingressar no Ensino Médio, porque a modalidade era oferecida na sede do município ou nas comunidades vizinhas. Percebemos, portanto, que a abertura das turmas foi uma conquista resultante da luta e da representação popular exercida pela Associação. Isso significava, entre outras coisas, a oportunidade de estudar e trabalhar dentro da comunidade, comemorava a presidenta da Associação Comunitária da Pontinha, à época.

Os encontros foram noticiados em diferentes meios midiáticos da região, inclusive no site da Superintendência Regional de Ensino (SSE) de Sete Lagoas. O evento mobilizou autoridades da cidade pelo fato de o município nunca ter recebido a visita de uma secretária de educação estadual. Macaé Evaristo foi quem de assuntos diversos da educação no município, em especial, conhecer a Comunidade Quilombola da Pontinha e suas tradições. No caso específico da Pontinha, a demanda de implementação da EJAI e do Ensino Médio foi apresentada pelos moradores no mês de novembro ano de 2017 à então secretária do Estado de Educação Macaé Evaristo, conforme registro fotográfico.

Figura 20 – Apresentação artística para receber a secretária da Educação Estadual Macaé Evaristo



Fonte: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9344-secretaria-macae-evaristo-visita-comunidade-quilombola-de-pontinha>

Na época, ela ressaltou que as unidades de ensino nas comunidades quilombolas, indígenas ou rurais, têm o potencial que vai muito além do educativo, pois elas fortalecem a cultura e a identidade local. Ainda de acordo com as suas palavras:

Quando fortalecemos as nossas unidades de ensino, abrimos o caminho para tirar as nossas crianças e jovens de situação de vulnerabilidade. Vemos na educação um grande potencial de transformação, de emancipação e de uma melhor condição de qualidade de vida para todas(os), a educação é esse elemento que faz a diferença na vida das pessoas (educação.mg.gov.br, 2017).

Diante de uma grande plateia presente nas dependências da escola durante sua visita, Evaristo ressaltou ainda que as comunidades ficaram muito tempo desassistidas, e, por isso, era necessário ter essa disponibilidade e sensibilidade para escutar as demandas e garantir o direito à educação.

Figura 21 – Apresentação artística para receber a secretária da Educação Estadual Macaé Evaristo



Fonte: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9344-secretaria-macae-evaristo-visita-comunidade-quilombola-de-pontinha>

3.2 Educação em disputa: a luta diária pela escola aberta

Em 2018, a comunidade da Pontinha foi surpreendida por uma decisão polêmica do poder público municipal, que propôs a unificação dos turnos escolares em um único horário. A medida previa que crianças de diferentes faixas etárias entre 4 e 12 anos compartilhassem a

mesma sala de aula, comprometendo a qualidade do ensino. Além disso, parte dos estudantes seria alocada em salas improvisadas em contêineres metálicos, que, devido ao calor excessivo, passaram a ser apelidadas pela comunidade de “salas de lata” ou “forno gigante”. A proposta, que visava reduzir custos operacionais, implicava no fechamento de um dos turnos da escola, gerando grande insatisfação entre os moradores e colocando em risco o direito a uma educação digna e adequada. Essa perspectiva é reafirmada por Laval (2019, p. 39):

Todas as instituições, além da econômica, foram afetadas por essa mutação, inclusive a instituição da subjetividade humana: o neoliberalismo visa a eliminação de toda “rigidez”, inclusive a psíquica, em nome da adaptação às situações mais variadas com que o indivíduo depara no trabalho e na vida. Mais que nunca, a economia ocupa o centro da vida individual e coletiva, os únicos valores sociais legítimos são a eficiência produtiva, a mobilidade intelectual, mental e afetiva, e o sucesso pessoal. Isso não pode deixar incólume o sistema normativo da sociedade e seu sistema de educação.

Como bem pautado por Laval, infelizmente alguns agentes públicos ainda veem a educação como mercado, gasto, despesa e investimento e não como um direito humano –, impondo um novo capitalismo na educação como destacado por esse autor, em que neoliberalismo requisitou também o sistema educacional. Nessa perspectiva, a educação é vista como um “gasto”, tendo o executivo municipal tomado a medida de fechamento de um dos turnos da escola municipal quilombola.

Essa atitude foi considerada um retrocesso pela Comunidade Quilombola Rural da Pontinha, havendo uma grande repercussão na mídia da região com a matéria intitulada em um jornal local: “Determinação do prefeito de Paraopeba que propõe retrocesso na educação revolta Comunidade dos Quilombolas da Pontinha, que caiu como uma bomba na região central de Minas Gerais. Essa decisão foi tomada de forma autoritária, arbitrária e sem diálogo, sem também informar as mudanças que haveria na rotina escolar dos estudantes e sem consultar a comunidade escolar.

Porém, após os moradores da comunidade da Pontinha tomarem ciência sobre as mudanças, já no primeiro dia de aula, indignados com a situação, pais, alunos, responsáveis e alguns moradores sensibilizados com a situação e com consciência e convicção da importância que escola aberta em ambos os horários exerce no território da comunidade, se mobilizaram e cercaram o ônibus em que se encontravam os professores, não deixando nenhum docente sair para adentrar à escola enquanto o executivo municipal não comparecesse para explicar a situação e resolver o impasse. Essa situação foi narrada por Erlane (2024), uma das sujeitas da pesquisa.

Eu fui mesmo sem ter filho estudando na escola, a gente fez a corrente na porta da escola e abraçamos a escola. E não deixamos fechar porque ia prejudicar a escola. Foi sem comunicação uma coisa muito rápida. Não deu nem tempo de a gente saber. Não deu nem tempo de, às vezes, se programar, poder se organizar para fazer isso. Pra ter a conversa né? Então, assim, a solução foi convocar, né? Alguns pais de aluno né? Convocamos alguns pais e fomos lá pra abraçar a escola com eles. Então, eu fui uma delas. E a escola continuou com os dois horários (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Cabe ressaltar que os fechamentos totais ou parciais de escolas como teria ocorrido na Pontinha, caso a população não tivesse se mobilizado vêm se configurado como uma estratégia de apagamento da identidade e da autonomia das comunidades. Essa prática reitera a negação histórica e racista do direito das populações negras de buscar uma vida mais igualitária, justa e digna por meio da educação em seus próprios territórios. O ato público demonstrou a força da união e da coletividade em defesa de um direito comum: a escola. Na ocasião, o Poder Executivo, pressionado pela manifestação, foi obrigado a comparecer à instituição e atender às demandas da comunidade, garantindo o retorno dos dois turnos escolares.

O coletivo reafirmou sua (re)existência diante de um sistema que ainda se sustenta na lógica da superioridade egocêntrica de determinados agentes políticos, que tentam cercear conquistas, barrar avanços e negar direitos às comunidades quilombolas.

Ressalta-se que esta era uma política deliberadamente adotada pela referida administração: sucatear, reduzir custos e promover o desmonte das escolas municipais, evidenciando um total desprezo pela educação pública. A escola passa a ser concebida não mais como um espaço de formação cidadã, mas como um investimento capitalista e utilitarista, subordinada às lógicas de mercado e à racionalidade econômica, em detrimento de seu caráter de direito social assegurado constitucionalmente a todos os cidadãos brasileiros. Em consonância com essa crítica, Moreira (2024, p. 37), ao pesquisar a implementação da Educação Escolar Quilombola na comunidade da Pontinha, reflete:

A Comunidade Quilombola da Pontinha tem aspectos em comum quando se percebe a realidade de outras comunidades quilombolas, denotando que há problemas que parecem perpassar a própria constituição de um quilombo, assim como apresenta suas particularidades, visíveis desde a sua constituição. [...] As questões político-econômicas perpassam a realidade da comunidade da Pontinha, inclusive, potencializando embates entre poder público e comunidade, com relatos sobre a tentativa de fechamento do ciclo do ensino fundamental II, que corresponde do 6º ao 9º ano, como estratégia para contenção de gastos públicos.

Esses conflitos escancararam os efeitos nefastos de uma gestão que ignora o direito à educação das populações tradicionais. Compartilhamos registros fotográficos que ilustram a resistência da Comunidade Quilombola da Pontinha, cujos moradores entoam palavras de ordem como “Queremos o prefeito!”. Na primeira imagem, professores aparecem dentro de um ônibus, impedidos de entrar na escola como forma de protesto; na segunda, moradores se concentram em frente à instituição escolar, em manifestação contra o fechamento do ciclo do Ensino Fundamental II. Esses registros não apenas documentam a luta por direitos, mas também evidenciam a potência política da comunidade diante de uma estrutura institucional que insiste em negar-lhes o acesso pleno à educação.

Figura 22 – Professores dentro do ônibus



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Figura 23 – Manifestação dos moradores do Quilombo da Pontinha contra o fechamento da escola



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

Tal medida já havia sido implementada com êxito em outra escola da zona rural, bem como na cidade, com o fechamento da escola noturna em 2017 a única no município que oferecia a Etapa I do Ensino Fundamental (séries iniciais da EJAI), atendendo também estudantes provenientes do Quilombo da Pontinha. A alegação da administração pública era de que o município apresentava uma taxa de analfabetismo baixíssima. No entanto, nenhum dado foi apresentado, desrespeitando, assim, o cumprimento do direito social à educação. Outra justificativa utilizada foi a de que não havia mais necessidade de manter as séries iniciais da EJAI, devido à suposta insuficiência de matrículas para justificar a manutenção do corpo docente e demais despesas necessárias para manter a escola em funcionamento no período noturno.

Também no ano de 2017, a mesma administração municipal encerrou a oferta da Etapa II do Ensino Fundamental (séries finais da EJAI) com a mesma alegação anterior. Ou seja, no município de Paraopeba, até o presente momento, a EJAI deixou de ser ofertada nas escolas municipais. Atualmente, os estudantes têm acesso apenas ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio em uma escola estadual, localizada em uma área distante para a maioria dos trabalhadores. Essa realidade tem provocado o esvaziamento das salas de aula no município, uma vez que a maior parte desses(as) sujeitos(as) reside longe da instituição. Em consonância com essa reflexão, Oliveira (2016, p. 52) discorre:

Os sujeitos aos quais se destinam o fazer pedagógico da Educação de Jovens e Adultos são, em sua maioria, pessoas que estão inseridas em situação de exclusão. Residindo, em grande parte, nos meios rurais, nas periferias, aglomerados, vilas e favelas, os sujeitos da EJA compõem grupos sociais que são invisibilizados por uma sociedade que possui ainda características segregadoras e elitistas. São jovens, homens, mulheres e idosos, em grande parte, negros, que ocupam posição de subalternidade no mundo do trabalho.

Na fala de Oliveira, um dos principais desafios para a permanência dos estudantes em sala de aula está relacionado ao trabalho, que pode tanto aproximá-los da escola quanto afastá-los. A falta de qualificação limita o acesso a melhores oportunidades, levando o/a educando/a a buscar a escolarização como meio de ascensão profissional. No entanto, a rotina exaustiva e as dificuldades do dia a dia, muitas vezes, desestimulam a frequência escolar. Diante desse cenário, surge a reflexão: qual é o lugar da EJAI nos projetos dos governos municipais e estaduais? A maioria desses estudantes pertence a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo afetada pelo desemprego e pela precarização da renda. São

trabalhadores e trabalhadoras que, muitas vezes, estão submetidos a condições laborais perversas, o que agrava ainda mais os desafios para a continuidade dos estudos.

No caso da Escola Municipal de Paraopeba, na tentativa de evitar essa perda e conscientes da importância da EJAI, alguns(as) trabalhadores(as) da educação buscaram demonstrar o valor da manutenção dessa modalidade de ensino para o município, especialmente para aquela comunidade escolar, em que as oportunidades não são as mesmas, sobretudo no que se refere à escolarização, devido às várias condições sociais desfavoráveis a que estão submetidos(as). Porém, infelizmente, não obtiveram êxito, pois muitos gestores não consideram as pessoas jovens, adultas e idosas inseridas nos processos educativos da EJAI como sujeitos diversos de direito. A EJAI, portanto, é desconsiderada enquanto ação reparatória e afirmativa.

Já no caso da Pontinha, em 2023, ao final do ano letivo, a comunidade sofreu uma nova ameaça de fechamento da escola, agora do turno noturno, sob a alegação de que havia muita indisciplina, o que justificaria a transferência dos estudantes para a cidade. Desde a abertura da escola, em 2018, o suporte ao noturno por parte da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE) foi quase inexistente. Por se tratar de um anexo da escola da cidade, a direção e a vice-direção raramente compareciam à unidade da Pontinha, de modo que o funcionamento cotidiano ficou a cargo da pedagoga, que acumulava sua função com a de gestora, enfrentando uma sobrecarga de trabalho. Nosso entrevistado Ênio refere-se à questão da seguinte maneira:

É... não tinha um diretor aqui com frequência à noite. Fomos atrás, pedimos com o diretor aqui, pelo menos duas vezes por semana. Se não tem como vir, pega um daqui que aqui tem gente capacitada para assumir a escola, está colocando a culpa nos alunos. Porque os alunos não estão respeitando. Mas cadê o diretor? Cadê o diretor que tinha que estar aqui cobrando deles? O professor às vezes quer cobrar, coitado do professor. Tendo um diretor já, ó, é diferente. Aí cobramos pelo menos duas vezes por semana um diretor aqui. Vamos começar a olhar diferente para esse lado e não querer achar isso como desculpa para fechar a escola. É a luta nossa, estamos brigando pela educação e vamos continuar brigando insistentemente para ter uma educação cada dia de mais qualidade e priorizando mais os daqui. Dando emprego para a gente daqui (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Outro sujeito da pesquisa, o professor Marcos (2024), em sua entrevista, nos relatou que a sua percepção é de contar com a ajuda dos estudantes da EJAI em relação à indisciplina, conforme podemos observar:

Você está dando aula lá na Pontinha e aparecem os carros de som alto. Não é o professor que consegue fazer com que aquela pessoa vá embora e pare de atrapalhar a aula. São os líderes da comunidade que pedem a pessoa que está atrapalhando ali para ela ir embora, para que ela possa estudar. E a EJA

também ajudava na disciplina porque a disciplina não pega só na área interna, mas na área externa ali, né? É bem assim, do lado da rua. Aí, se param dois carros de som, têm três botecos ali, ou dois, né? Com som alto. Você consegue dar aula, não? Então eles simplesmente iam lá fora conversavam e resolviam (Marcos, professor que atuou na EJAI, 2024).

Por meio do seu depoimento, constatamos que ele contava com o apoio discente em relação não só da busca do aprendizado, como também do funcionamento da escola. Para que não houvesse o seu fechamento do noturno, seria necessária uma grande mobilização novamente da comunidade. Um dos investigadores que também desenvolveu estudos na Pontinha sobre essa temática corrobora essa compreensão, ao destacar, com base em suas observações e análises, que a comunidade permanece desassistida por políticas governamentais efetivamente inclusivas, que considerem suas especificidades históricas, sociais e culturais.

Pensando na Educação Escolar ofertada pela escola da Pontinha, fica evidente a necessidade de maior apoio governamental no sentido de ofertar e garantir uma formação continuada que represente os anseios dos(as) docentes e discentes que os(as) apoie tanto em seu desenvolvimento profissional como docentes quilombolas quanto na promoção de estratégias que aproximem escola e comunidade em torno de sua cultura e tradições, de seu valor e sua herança. Uma possibilidade levantada a partir da análise da literatura na área foi a criação de uma rede de comunidades quilombolas e, mais especificamente, de escolas quilombolas, nas quais experiências bem-sucedidas podem ser socializadas e problemas e desafios, compartilhados (Vale, 2024, p. 74).

Nesse contexto, houve uma convocação realizada no tronco, mobilizando toda a comunidade para uma assembleia de discussão do tema, conforme documentado em registros de WhatsApp e narrado por Ênio e Joselha durante suas entrevistas.

Criamos os troncos para facilitar e conseguir um repasso das coisas para o maior número da comunidade possível, né? Temos dois grupos de WhatsApp, aviso da comunidade, informativo da comunidade, controlado pela Associação, para a gente passar as coisas para os grupos, que às vezes é uma coisa que não precisa ser um reunião presencial, com a conquista que a gente teve e tal, a gente passa nos grupos, ali nas marcas de reuniões, colocamos o informativo nos grupos e vamos levar para a comunidade. Igual o fechamento da escola no final do ano [...] foi uma luta enorme, nós conseguimos trazer pra cá. Nós vamos deixar fechar, nós não podemos perder, a gente tem que trazer. É... aí fomos procurados por Joselha e o pessoal, pedindo apoio da Associação, queriam tirar a escola, até então nós não sabíamos. Nós fomos pegos de surpresa. Como assim fechar? E ia fechar! E ia fechar! Mobilizamos, fizemos, assim ó, em questão de três quatro dias, uma reunião no tronco, no final de semana, pra levar pra comunidade. Se precisar, a gente junta aqui, dois ônibus e vamos pra lá. Resolver isso, mas não vai tirar. Porque custamos trazer pra cá e trouxemos. Agora vamos deixar fechar? De jeito nenhum. Nós

não temos que sair daqui pra estudar, não. Pelo contrário, eles têm que vir aqui pra estudar. E outra coisa, nós temos pessoas competentíssimas pra tocar a escola aqui. Teve um concurso agora, queriam tirar algumas pessoas contratadas aqui. Mandamos ofício pra escola, pra Secretaria de Educação, e mandamos os três ofícios. Nós queremos gente daqui, trabalhando com gente aqui, porque os que vêm de fora não sabem as nossas tradições, elas têm que ser repassadas para nossas crianças e os nossos jovens. Somos nós que sabemos, todo mundo conhece todo mundo aqui, nós sabemos as dificuldades daqui. Então querem tirar a escola, nós não vamos aceitar tirar a escola. Foi uma luta pra trazer. Pelo contrário, nós queremos melhorias pra escola aqui. Queremos melhoria, tirar... é assunto que não tem cogitação. Esquece essa história que não vão tirar. É um assunto sem cogitação. Não vão tirar. Foi isso que a gente falou pra eles. Nós fizemos reuniões pro tronco e fomos atrás disso. Não vão tirar a escola. Pera, tem que aprender a respeitar o quilombo. É um assunto que não vai acontecer. Fizemos reunião para no tronco e não deixamos fechar. (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Figura 24 – Convite para mobilização para o não fechamento da escola do noturno



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2024.

A entrevistada Joselha, que foi uma das mobilizadoras do movimento, relata como tem sido lidar com as frequentes ameaças de fechamento da escola, nos respondendo assim:

É uma briga de cachorro grande! Vou falar assim, porque eu mesma fui uma das que fez o movimento no final do ano juntamente com a Associação fazendo as reuniões no tronco porque a gente não podia permitir o fechamento da escola à noite. Porque a maioria dos alunos trabalha para ajudar no sustento da casa, como você ganha uma coisa e depois perde? Sem contar a EJA que por enquanto perdemos. Você não pode perder o que ganhou, tem que trazer mais, foi uma luta mais teve resultado, tanto teve que a escola está aí aberta funcionando e não fechou. Mas talvez se nós tivéssemos ficado de braços cruzados tinha fechado em janeiro. Eu mesma fui criadora do movimento, falei com a Associação: “vamos, vamos e vamos buscar fazer a diferença para não fechar, porque a Associação é a liderança pra não deixar fechar”, fizemos

reunião com a superintendência e não deixamos fechar a escola (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

De acordo com Vale (2024, p. 76), a escola não deve ser compreendida apenas como um espaço físico de transmissão de saberes, mas como um território simbólico de construção de sujeitos. Para o autor, é nesse ambiente que se consolidam valores, identidades e pertencimentos, sendo a escola uma das principais instituições sociais que articulam a vida em comunidade, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas. Vale (2024) destaca ainda que a presença da escola em territórios periféricos e tradicionais, como quilombos e comunidades rurais, exerce um papel de resistência e afirmação cultural, funcionando como elo entre o passado e o futuro coletivo.

Compreendo que a escola desempenha um papel fundamental na construção da identidade dos(as) alunos(as), fornecendo não apenas conhecimento acadêmico, mas também oportunidades de desenvolvimento social, emocional e cultural. A interação com colegas, professores(as) e currículo escolar contribui para a formação da identidade individual e coletiva, ajudando os(as) alunos(as) a entenderem quem são, suas habilidades, interesses e valores. Além disso, a escola oferece um ambiente onde os(as) alunos(as) podem explorar diferentes aspectos de si mesmos, experimentar diferentes papéis sociais e culturais, e desenvolver uma compreensão mais profunda de sua própria identidade (Vale, 2024, p.76).

Ademais, fechar uma escola vai muito além de simplesmente fechar suas portas. Esses espaços de ensino representam sonhos e oportunidades de melhoria de vida por meio da educação, além de servirem como referência, local de convivência e ponto de encontro para o fortalecimento de ações coletivas, como destacado por nossos entrevistados. Dessa forma, ressaltamos que a luta na Pontinha pela manutenção da escola tem sido incessante e não pode ser dissociada do processo de escolarização. É fundamental preservar as conquistas já alcançadas, como bem enfatiza nosso participante Joselha (2024): “Não se pode perder aquilo que já conquistamos. O que nós precisamos é ampliar ainda mais os direitos à educação”.

3.3 Saberes negros em movimento: educação popular na EJAI quilombola

A Educação Popular Negra (EPN) consiste em uma abordagem teórico-empírica que visa valorizar, promover e visibilizar a atuação sociopolítica e cultural protagonizada pelos povos negros-africanos acerca de sua agência no âmbito da educação. Logo, refletir sobre “EPN também está vinculado à legitimação da produção cultural e social da população negra no curso

da história do Brasil em diferentes campos, a saber: epistêmico, ético, estético, sociopolítico, econômico, cultural, entre outros” (Silva, 2020, p. 201). Ao localizarmos essa perspectiva junto aos processos educativos, sobretudo nas coletividades, torna-se imperativo refletir sobre sua aplicação na EJA. Tendo em vista que essa modalidade de ensino é pautada por uma grande diversidade de pessoas e que aprender e ensinar, é marcada por valores e representações de mundo.

Segundo Silva (2020), isso tudo está presente na EPN:

Em linhas gerais, o conceito Educação Popular Negra consiste em uma maneira de apreender e interpretar os saberes gerados que buscam reconhecer e valorizar determinada produção sociopolítica e cultural afrodiáspórica. Consequentemente, as práticas sociais que historicamente vêm sendo promovidas por parte da população negra ganham centralidade enquanto foco de estudo e análise (Silva, 2020, p. 20).

Contextualizando ainda com Silva (2021, p. 2), relacionar as perspectivas da EPN e da EJA desafia o educador a adotar uma abordagem de ensino-aprendizagem que leve em consideração as lutas sociais empreendidas pelo direito à educação, reconhecendo e valorizando, no currículo, a pertença racial interseccionada pela classe, gênero, território, entre outros aspectos dos sujeitos e sujeitas. Nos dizeres de Freire (1983), o fazer pedagógico está na capacidade de estar atento às bagagens intelectuais, que não se reduzem a livros, letras e números, mas incluem outras habilidades, como sensibilidades, afetos e amorosidade. Tudo isso está presente nas concepções pedagógicas da EPN.

O campo da EJA possui como uma de suas características fundamentais não somente o recorte socioeconômico e geracional, mas, também, o racial. E mais, quando se discute a EJA como um direito, não se pode esquecer de que esse direito também se articula à luta pelo direito à diferença (Silva, 2017, p. 202).

Com 112,7 milhões de pessoas, a população o autodeclarada parda e preta representa 55,5% do Brasil. Os dados são da edição de 2022 do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, a maior parte da população brasileira é constituída do povo negro (pardos e pretos), como demonstra os dados censitários. Também demonstram que pessoas negras e empobrecidas ocupam o maior índice de insucesso escolar. Mostram também os diferenciais entre a distribuição de renda e a desvantagem no mercado de trabalho.

Para Gomes (2005, p. 103), somente por meio das organizações e dos coletivos, poderemos superar essas injustiças sociais: “estas organizações negras além de denunciar o

racismo, construíam estratégias com o objetivo de preencher as lacunas deixadas pelo estado em relação aos processos educativos escolares voltados para o seguimento negro da população”. De acordo com Silva (2020):

Cabe ressaltar que as lutas populares negras extrapolam a defesa de uma política identitária. É preciso considerar que a luta antirracista realizada, sobretudo, por sujeitos políticos negros(as), além de ter em vista o combate às desigualdades de gênero, sociais, econômicas, culturais, políticas, subjetivas, educacionais, entre outras, constitui-se ainda enquanto uma matriz de conhecimento (Silva, 2020, p. 4).

A militância negra tem estado presente desde a década de 1930, denunciando e reivindicando mais espaço e outras possibilidades de se produzir educação. É preciso adotar práticas pedagógicas que abordem as desigualdades sociais e raciais dentro das escolas. É necessária a indagação: Quem são os estudantes que compõem as salas de aula da EJAI? Quem são os estudantes que são mais retidos no sistema escolar? Quais são os motivos de maior retenção de um grupo racial? São indagações que merecem ações e reflexões, e só assim haverá compreensão de que, muitas vezes, o início da exclusão está dentro das escolas no percurso escolar.

Corroborando ainda o nosso entendimento, Silva (2020, p. 86) enfatiza que a “EJAI é, portanto, um direito humano. Humano porque, quando ele é negado ao sujeito os outros direitos também o são e o gozo da Educação potencializa e viabiliza a prática dos outros direitos”, ou seja, para que esses direitos sejam garantidos, o racismo, a discriminação e o preconceito racial colocam em risco a garantia desse direito social e humano. Nesse sentido, a efetividade de práticas educativas de EJAI só concretizarão verdadeiramente no momento em que forem capazes de resguardarem a proteção e a dignidade integral da pessoa humana. De acordo com Silva (2021, p. 100), “o campo da EJA possui como uma de suas características fundamentais não somente o recorte socioeconômico e geracional, mas, também, o racial. E mais, quando se discute a EJA como um direito, não se pode esquecer de que esse direito também se articula à luta pelo direito à diferença”.

Para os povos negros e, especialmente, para as comunidades quilombolas, educar é um ato ancestral, transmitido de geração em geração. Esse processo não se restringe às instituições escolares, pois a formação para a ancestralidade antecede a educação formal que é oferecida nas escolas. Assim, ao pensar na EPN nesses espaços, é essencial compreender que o(a) jovem, o(a) adulto(a) e o(a) idoso(a) quilombola, ao buscarem a escolarização formal, não podem e

não devem ser reduzidos(as) a meros(as) espectadores(as). São, na verdade, sujeitos(as) que já construíram suas histórias de vida e de convivência.

Para isso, é necessário os(as) educadores (as) considerar as suas biografias quilombolas como ponto de partida para uma construção coletiva, na qual cada voz envolvida possa ser ouvida – o que é um aspecto marcante em suas identidades. Ao tratarmos de EPN em comunidades quilombolas, é fundamental estar atento aos processos educacionais, que não se limitam às salas de aulas. Eles também ocorrem em espaços não formais, como no modo de vida, nas famílias, nos meios religiosos, nos locais de trabalho e, principalmente, na oralidade – por meio da convivência e da observação dos mais velhos. A tradição oral deve ser considerada como um dos principais aspectos na transmissão de conhecimento. Segundo Silva (2021, p. 97):

Os saberes tradicionais afrodiáspóricos e populares se realizam, pois, por meio de práticas sociais adquiridas a partir de experiências socioafetivas as quais se encontram profundamente enraizadas nas relações estabelecidas na vida comunitária. Assim, essas experiências são por nós interpretadas como parte de um conjunto de práticas sociais intrinsecamente relacionado às formas simbólicas de produção-reação- reprodução de práticas afrodiáspóricas e populares.

Essa percepção educadora deve estar tanto para os educadores quanto para o estudante de forma que todos possam estar envolvidos coletivamente. Ainda de acordo com Silva, (2017, p. 209): “É importante lembrar que nós, educadores e educadoras, somos também ‘sujeitos’ sociais envolvidos(as) no ato educativo de formação para a diversidade étnico-racial”. Essa reflexão nos permite e nos dá uma dimensão de pensar as nossas estratégias de ensino e aprendizagem nas salas de aula numa perspectiva antirracista em que as tarefas não são ditadas, são extraídas do contexto em que se efetua a prática educativa.

Para Silva (2017, p. 9), na perspectiva de EPN, “as práticas educativas são capazes de integrar saberes populares afrodiáspóricos articulados aos saberes escolares”, rompendo determinadas práticas escolares de caráter bancária, colocando em prática a educação para liberdade, problematizadora, dialógica, em uma simbiose entre educador/a e educando/a, na medida em buscam interseccionar suas culturas e histórias de vida.

É preciso considerar a EPN na EJAI devido ao fato de constituir resistência frente às ideologias bancárias de ensino, conforme seu potencial emancipador e libertador. Esses saberes podem levar os indivíduos à criticidade e serem conscientes da sua própria realidade, como agentes ativos e políticos na sociedade. Isso porque o conhecimento da educação formal está

assentado em matrizes hegemônicas e neoliberalista. Os sentidos da abordagem da EJA se dão, portanto, por meio de produção de saberes coletivos a fim de formar identidades coletivas. Nos dizeres de Silva (2017, p. 210):

Diferentes expressões, trajetórias e experiências dos educandos e educandas inseridos na EJAI necessitam de ser interpretadas sob o ponto de vista da resistência, consciência, identidade e memória. Valorizar a cultura afro-brasileira e africana, nesse caso, necessitaria ser algo inerente à realização dessa prática educativa.

Com a colaboração a esse entendimento, Arroyo (2021, p. 168) nos diz que “nos processos de pensar, de ler e de alfabetizar com as nossas culturas, com a nossa mente cultural, como nosso universo simbólico” ensinar e aprender é marcado por valores, representações de mundo, considerando a educabilidade que se desenvolvem na convivência humana, sendo ela familiar, profissional e social. Nesse sentido, Arroyo (2000) considera que,

Sabendo-se que na escola convivem sujeitos totais e não apenas mentes sem história, sem corpo, sem identidades, também são equacionados na docência, formara a curiosidade, a paixão por aprender, a emoção e a vontade de conhecer, de indagar a realidade em que vivem, sua condição de classe, raça, gênero, sua idade, corporeidade, memória coletiva, sua diversidade, cultural e social [...] (Arroyo, 2000, p. 120).

A educação promovida pelos movimentos sociais, de maneira geral, e a perspectiva da EPN, em específico, pautam-se em propostas de ensino-aprendizagem voltadas para valorizar a diferença étnico-racial o pluralismo racial. Assim, cabe aos(às) educadores(as) transgredirem o modelo de educação muitas vezes hierarquizado, materializados por conteudistas que cristalizam e legitimam concepções de educação que, frequentemente, não fazem significados concretos na vida escolar estudantil – principalmente para aqueles (as) que, depois de um dia de trabalho exaustivo, ou que deixaram em casa filhos(as), companheiros(as), netos(as), enteados(as), ainda assim se fazem presentes nas salas de aula.

Nesse sentido Arroyo (2000), propõe uma reflexão importante:

De tanto viver, planejar e agir dentro das grades curriculares, nós pensamos e pensamos o mundo, a sociedade a história, os educandos e sobretudo pensamos o conhecimento e a cultura gradeados, hierarquizados. Separamos a cultura nobre da cultura menos nobre, o conhecimento científico e mais sério, do menos científico e menos sério, o mais valorizado do mercado, pelo menos valorizado. As matérias mais exigentes das mais fáceis de levar. O que cai e o que não cai nos concursos, nos provões, no vestibular. Separamos os saberes mais importantes para vida dos descartáveis (Arroyo, 2000, p. 211).

Alicerçar práticas pedagógicas que valorize a diversidade exige coragem de assumir uma postura de enfrentamento de estruturas sólidas, que trazem modelos prontos de materiais a serem seguidos. Nesse ensejo, Arroyo nos convida a refletir, entre outras questões, sobre a presença de estudantes trabalhadores(as) em nossas salas de aula. Nessa condição, a proposta de garantir o direito à educação deve estar articulada às atividades laborais das quais esses sujeitos sobrevivem. É necessário pensar o tempo de trabalho/sobrevivência e o tempo de escola.

Cabe aos educadores da EJA a sensibilização de pensar e organizar os tempos, as turmas, os horários, tendo como referentes as possibilidades e as limitações que lhe impõe a condição de trabalhadores (Arroyo, 2017). Por isso, pensar a EPN na EJA é entrelaçar os conhecimentos vivenciados no cotidiano aos processos instituídos. Criando possibilidades de ensino, estas também se configuram como maneiras de legitimar o pertencimento pela apropriação de ritos que identificam essas pessoas.

O recém-criado feriado nacional, instituído pela Lei nº 14.759, de 21 de dezembro de 2023, declara o dia 20 de novembro como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2023. Esse reconhecimento representa um marco significativo na valorização da história, da luta e das raízes culturais da população negra brasileira. Antes de ser decretado como feriado nacional, apenas seis estados celebravam a data: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Amapá e São Paulo. Além desses estados, mais de 1.200 municípios também reconheciam a data como feriado por meio de leis municipais ou estaduais, resultado de iniciativas individuais das câmaras de vereadores, no caso dos municípios, e das assembleias legislativas, no caso do estado. Vale também destacar a que a Lei nº 10.639 já legitimava e pautava o direito social à diferença. Segundo Silva (2017):

A Lei 10.639 estabelece, também, no calendário escolar, o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Aliás, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, além de se constituírem em marcos legais importantes, têm impulsionado as instituições escolares e não escolares ao desenvolvimento de projetos educativos que buscam valorizar as dimensões da cultura negra nos diversos âmbitos sociais, históricos, econômicos, educacionais e culturais (Silva, 2017, p. 204).

A oficialização da lei, além de honrar a memória do grande líder de Palmares, destaca a importância e o conhecimento da história escravagista empreendida no Brasil por quase quatro

séculos, como também visa promover a conscientização da diversidade étnico-racial e a permanente e contínua luta contra o racismo. É possível problematizar, historicamente, os contextos em que a lei foi instituída, historicizar a data confrontando as memórias e as lutas empreendidas pela liberdade daqueles que não se curvavam ao sistema perverso que os fora imposto, apresentando-se como uma prática pedagógica crítica e dinâmica com a memória e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. De acordo com Gomes (2012, p. 85),

Sabemos que a educação é um direito social e colocá-la no campo dos direitos é garantir espaço a diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Essa é uma questão que precisa ser levada a sério pelos(as) educadores(as) e formuladores(as) de políticas educacionais.

Desse modo, a compreensão da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e da contribuição da população negra na formação da sociedade nacional, entre outros aspectos, precisa ser assumida e enfrentada pela própria população negra, em articulação com o compromisso coletivo por uma educação e um futuro antirracistas.

4 CONTRIBUIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA DA PONTINHA PARA A GARANTIA DO DIREITO SOCIAL E HUMANO DA EJAI NO TERRITÓRIO

Eles têm costumes diferentes, que a gente sai da cidade onde o aluno é mais solitário, eles dividem mais as coisas, você vê um saco de gulão passando até lá na frente, ele vai e volta, eles conseguem dividir e sem brigar, eu achei muito interessante isso, o tanto que eles são unidos assim entre si, além de respeitar muito as pessoas mais velhas. Eu vejo que o respeito lá é maior. A coletividade lá é muito maior. É a capacidade de um dividir com o outro, um lado, uma caneta, uma borracha, também é muito maior. É como se fosse um tanto de primo convivendo junto, um tanto de irmão convivendo junto. Todo mundo usa tudo de todo mundo e tá muito bom. Tudo é comunitário. A mesma camisa depois pode estar no outro aluno lá, que é normal. É diferente pra gente até o pirulito era desse jeito, parou mais por causa da Covid, mas essa questão da borracha, do lápis, isso é muito comunitário lá (Marcos, professor que atuou na EJAI, 2024).

Este capítulo analisa o papel da Associação Quilombola da Pontinha na garantia do direito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) como parte da luta por justiça social no território. Apresenta as ações de mobilização, escuta comunitária e articulação com o poder público, destacando o uso dos troncos como ferramenta de mapeamento e organização da demanda educacional. Também evidencia os desafios enfrentados e as conquistas obtidas, mostrando como a EJAI é compreendida pela comunidade como instrumento de reparação histórica, valorização identitária e afirmação dos direitos quilombolas.

4.1 Memórias e resistências: a força da coletividade de um povo de luta

Pensar na memória de um povo é pensar na sua coletividade e na sua (re)significação enquanto pessoas constituídas de histórias e de contextos, por meio da constituição e da preservação das identidades, do território e dos modos de vida. Como bem afirmado por Conceição Evaristo, “eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”. É, portanto, na busca pelo direito de existir e resistir como um ato coletivo que nasce em 1985 a Associação Comunitária da Pontinha, sendo renomeada mais tarde, em 2018, de Associação Quilombola da Pontinha.

A esse respeito, Zizi, ex-presidenta da Associação, que esteve no cargo de 2016 a 2022, etapa importante que protagonizou a obtenção do título de associação quilombola, acionando a sua memória, pondera:

As coisas mudaram muito sabe, antes a Associação não era quilombola, antigamente a gente não conseguia correr atrás dos direitos. Então agora dá pra correr atrás, porque agora é quilombola, ela é registrada como quilombola. Nessa época eu era presidenta há uns três anos, quando mudou para Associação Quilombola e foi registrada porque a gente tentava e sempre esbarrava em alguma coisa (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Ela evidencia que os caminhos percorridos pela comunidade e pela luta dos direitos são árduos e permeados por falta de informações e conhecimentos. Mas, mesmo assim, a perseverança sempre esteve presente como podemos perceber no relato. O secretário da Associação, Ênio (2024), corrobora sua percepção ao relatar que “já existia um grupo organizado dentro da comunidade há muito tempo, faltava ainda a sua regularização”, ou seja, sua personalidade jurídica, que é umas das premissas para que a comunidade possa ter voz ativa perante seu território e propor ações que julgar fundamentais e necessárias para seu povo.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos membros da Associação foi o registro da ata em cartório, processo essencial para o reconhecimento oficial da entidade como quilombola. Tal conquista só foi alcançada durante o mandato de Zizi após muitos esforços e sob duras penas. A ausência de recursos financeiros obrigou os membros da Associação a realizarem uma vaquinha para custear o registro, mesmo havendo na prefeitura um setor responsável por esse tipo de trâmite e pagamento, o setor de Gestão de Convênios. Essa situação evidencia os meandros burocráticos e a falta de informação e articulação por parte do poder público, que deveria atuar em favor da comunidade. Como afirma Oliveira (2016, p. 175),

Esses movimentos, no entanto, contribuíram para despertar a consciência dos problemas vividos e possibilitaram a participação da população com capacidade de continuar a organizar-se em movimentos sociais, de forma a consolidar e a ampliar os direitos sociais e políticos conquistados por meio de um processo constante e contínuo.

Segundo Ênio (2024), “a ata⁴ era cara naquela época, foi uns seiscentos e alguma coisa, se eu não me engano. Aí montou o estatuto, hoje a Associação tem advogado, tem contador, tem todas as ferramentas necessárias”. Podemos perceber que, com base nesse processo, enfim, a Associação foi registrada, com todo o processo legal constituído e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Com a regulamentação e as transformações adivinhas desse coletivo, também ocorreu o fortalecimento da identidade quilombola dos cidadãos da Pontinha, que se

⁴ Nossa intenção era de acessar o livro de ata da associação quilombola. Porém, devido a desavenças político-partidárias ocorridas no território, o acesso ao documento não foi possível.

viram representados a partir da sua organização social nos espaços de disputa de poder, tendo direito e lugar de fala. A Associação Quilombola da Pontinha passou a ser de atores políticos, tirando-os da condição de pedintes sociais:

A gente está sempre fazendo as nossas cobranças junto com a Associação, a gente está sempre aí na luta. Trazendo, né? Procurando também, né? Hoje é melhor que a gente busque o primeiro conhecimento em que a gente tem direito para a gente poder correr atrás. Hoje está bem mais fácil, porque antes a gente ficava assim, eu vou, mas será que eu vou conseguir? Hoje não, né? Hoje não, hoje a gente já vai, mas com aquela garantia, eu vou correr atrás daquilo porque eu sei que eu tenho direito (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Além de promover o sentimento de pertencimento e fortalecer a identidade coletiva, o associativismo também qualifica as comunidades para a captação de recursos por meio de projetos, sejam eles de ordem pública ou privada. Nesse sentido, Zizi (2024) relata algumas das conquistas alcançadas a partir da mobilização comunitária: “Conseguimos trazer alguns benefícios para a comunidade, como a possível entrada da Copasa, tendo em vista que a Pontinha não tem tratamento de água e esgoto, a implementação da Educação de Jovens e Adultos e o ensino médio na escola do território”. Esses avanços confirmam a importância da organização social como ferramenta de transformação. Isso corrobora o pensamento de Oliveira (2021, p. 178), ao afirmar que

Desvendar a atuação de organizações sociais que lutam por direitos básicos de vida é (re)conhecer a importância das lutas populares que são marcantes dentro desses coletivos. Por isso, acreditamos que só por meio da comunidade organizada é que se pode lutar pelos direitos básicos essenciais como a educação, especialmente a Educação de Jovens Adultos e Idosos.

Assim, fica evidente que a luta coletiva, alicerçada no pertencimento e na participação ativa, é o caminho para a efetivação de direitos fundamentais e para a valorização da vida em comunidade, além de qualificá-las para captação de recursos via projetos seja de ordem pública ou privada.

4.2 Ação coletiva como caminho de resistência e transformação

Outra característica encontrada nessa forma de organização é a participação voluntária e coletiva das lutas realizadas na Associação. Assim, Ênio e Zizi refletem que a forma de participação na Associação ocorre sem fins lucrativos, sendo constituída de pessoas que

trabalham em prol da melhoria da vida da comunidade. Nas colocações de Rodrigues (2022, p. 224), “trata-se de sujeitos que possuem atividades próprias, realizam suas mediações com a realidade concreta, criam suas estratégias de lutas próprias, e dão respostas para o que acontecem a eles e ao seu mundo com as condições e determinações historicamente colocadas”. Como registrado no relato de Ênio, em relação aos(as) associados(as):

A gente trabalha como voluntário. A gente abdica de muitas coisas, abdica das coisas da gente, da vida da gente, pra tentar fazer o melhor pelo quilombo. Melhor pra comunidade, a comunidade merece. Ficou esquecida há muitos anos. E agora, graças a Deus, graças a muitas pessoas como vocês, por exemplo, que vêm, olhando pra comunidade, a gente vai ganhando visibilidade, ganhando reconhecimento, e isso é gratificante (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Em suas palavras, o que move o movimento associativo é a expectativa de mudanças e o fortalecimento das reivindicações locais, fazendo valer seus direitos de cidadãos(as), objetivando melhorias das condições básicas que permita a fixação dos moradores no território. Para que ocorra a legitimação desses direitos, é necessário que os membros da Associação promovam encontros periódicos, que são realizados a partir de reuniões mensais presenciais ou virtuais, além das extraordinárias, quando necessárias. Isso demonstra o compromisso dos voluntários perante a responsabilidade assumida com a comunidade.

Um desses direitos históricos conquistados pela comunidade foi a implementação da escola em seu território, há 89 anos, como nos recorda Dona Euriza, pois ela é uma das portadoras das memórias coletivas da comunidade e foi uma das primeiras professoras da escola, lecionando para o então denominado Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral).

Experiência de educação de adultos criado durante o golpe da Ditadura Militar, esse movimento contrapunha o método defendido pelo educador Paulo Freire, que articulava a dimensão política com a educativa. Os relatos de Dona Euriza nos possibilitam pensar sobre esse sistema de ensino, que tinha uma visão utilitarista da educação, visando formar o indivíduo para os mercados de trabalho com pouca ou nenhuma reflexão sobre sua condição social.

O seu comprometimento com a comunidade, mesmo com as contradições do sistema, atesta contribuições inestimáveis com a educação da população de Paraopeba e Pontinha. Suas memórias testemunham os desafios do passado revelados nas conquistas do presente, como podemos notar:

Ah, quem dera, minha filha! Que fosse a escola de hoje. Na escola de primeira, quando eu trabalhei, nem água na escola pros alunos beberem tinha. Não. Não

estou elogiando os governadores de hoje, porque você quer a verdade, não é isso? É a verdade! Você quer a verdade! Então, eu não vou falar que tinha uso desfrutes lá, que eu sei que não tinha. Não tinha nem água pra gente beber, não tinha nem aonde colocava a água. A gente buscava água nas cacimbas. E sabe como é que bebia a água? Pedia aos alunos para cada um trazer seu copo. Aí chegava, colocava a lata de água lá no alpendre da escola. Aí quando dava sede, ia lá, tirava a água, tirava com seu copo e bebia. O outro, tirava com seu copo e bebia. Não tinha um filtro, não tinha uma talha, não tinha nada. Era tirar a água da lata e beber (Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

As condições materiais que se desenvolve o processo de escolarização tanto no campo quanto nas cidades brasileiras nos permitem avaliar a luta pela concretização de um direito fundamental que é a educação. Embora a comunidade da Pontinha tenha sido agraciada com uma escola há mais de oitenta anos, podemos perceber que as condições as quais se desenvolve o ensino no passado tanto para professores quanto para estudantes. Hoje, em Paraopeba, as condições dos prédios escolares avançaram um pouco. Inclusive, a oferta da EJAI, que durante o curto período de funcionamento, teve o seu fechamento na rede estadual – situação que afetou toda a comunidade.

O não atendimento da demanda educacional, especialmente nas comunidades rurais e quilombolas, não se justifica diante da realidade concreta que evidencia a necessidade urgente de sua oferta. Através do processo cartográfico de mapeamento dos troncos familiares, foi possível identificar o interesse e as necessidades da população estudantil na Pontinha. Essa forma de organização comunitária, sobretudo nas localidades mais afastadas do centro urbano, revela-se uma estratégia válida e eficaz para garantir que os direitos educacionais sejam efetivados. A oferta de educação pública próxima aos/às educandos/as, conforme assegura a legislação, é fundamental para a concretização do direito social à educação. A fala de Erlane, ex-educanda e quilombola da Pontinha, evidencia o esforço coletivo necessário para que esse direito se tornasse realidade:

Sim, eu lembro, na época, que eles precisavam de um número para abrir a turma. Um número de pessoas pra poder estar vindo para a escola. Eu lembro que, na época, estavam pegando os nomes que não concluíram os estudos. Na época eu lembro que tinha que arrumar acho que até dez, ou doze. E ainda estava pegando por sete. Até eu mesma fiquei igual doida. Ô, gente, vamos voltar, quem eu sabia, eu corria atrás. Daí que graças a Deus chegou na meta, pelo menos dos dez. Pra poder abrir a turma. E aí abriu e foram aparecendo cada vez mais, graças a Deus (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Do ponto de vista institucional, observa-se que as autarquias e legislações educacionais impõem critérios que limitam a abertura de turmas da EJAI, como a exigência de um número

mínimo de discentes. Essa exigência, embora apresentada como parâmetro técnico, inviabiliza o acesso à modalidade, sobretudo para populações que historicamente tiveram seus direitos educacionais negligenciados. Em vez de facilitar o retorno aos estudos e garantir o direito à educação, o Estado impõe barreiras estruturais que dificultam a permanência desses sujeitos no sistema educacional, revelando uma estratégia que, ainda que velada, reforça a exclusão.

Como aponta Silva (2017, p. 203), “o analfabetismo, bem como a falta de acesso e a não permanência em diferentes níveis da Educação Básica, constituem historicamente em nosso país instrumentos limitadores dos direitos inalienáveis de pessoas para o pleno exercício da cidadania”. Tal realidade é vivida cotidianamente pelos/as educandos/as da EJAI, que enfrentam inúmeros obstáculos para retomar os estudos, quando, na verdade, deveria ser o contrário: o Estado deveria assumir a responsabilidade de garantir as condições necessárias para que esse direito seja efetivado, independentemente do número de estudantes interessados. Como aponta a Resolução nº 4.486 do estado de Minas Gerais (2021, p. 12).

A modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) oportuniza ao estudante concluir seus estudos em menor tempo que o Ensino Regular e pressupõe os saberes e experiências previamente conquistados pelo estudante [...] Facilidade da abertura de turmas: a enturmação de alunos continua parametrizada no Anexo II da Resolução SEE nº 4.486, de 22 de janeiro de 2021, considerando a capacidade física da sala de aula, contudo para abertura de novas turmas será autorizado o quantitativo mínimo de 08 (oito) estudantes, garantindo assim a oferta da modalidade em locais que anteriormente não apresentavam a demanda mínima de alunos para abertura de turma.

Percebemos que a Resolução SEE nº 4.486, de 22 de janeiro de 2021, do estado de Minas Gerais, que autoriza a abertura de turmas com o mínimo de oito estudantes, ainda reforça uma lógica de escassez e racionalização da oferta, condicionando o direito à educação à presença de um número mínimo de interessados. Embora aparente ser um avanço, tal dispositivo continua subordinando a oferta da EJAI à lógica da demanda e à “capacidade física da sala de aula”, como se o acesso à escola fosse um privilégio negociável, e não um direito garantido constitucionalmente.

Além disso, já na introdução da referida resolução, percebe-se uma concepção reducionista da modalidade ao apresentá-la como um processo aligeirado de escolarização, como se o menor tempo de conclusão fosse um atrativo suficiente para os que desejam retornar à escola. Tal perspectiva tende a legitimar uma visão tecnicista e condensada da educação, que desconsidera os ritmos próprios de aprendizagem e as singularidades de cada sujeito. Essa abordagem compromete a qualidade da formação, ao ignorar as múltiplas dimensões envolvidas

no processo educativo dos jovens, adultos e idosos, cuja trajetória é marcada por rupturas, exclusões e resistências. Como bem afirma Silva (2022, p. 100).

Estar na EJA é uma forma de “aquilombamento”, de resistência, já que não nos querem lá, como disse Evaristo: “eles combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”. Ir à EJA, permanecer na EJA e aprender-ensinar na EJA é uma forma de insubordinação, pois lá estão todos aqueles que o sistema insiste em eliminar: idosos(as), população LGBTQIA+, jovens negros(as), sujeitos(as) periféricos(as), por isso a EJA se faz tão importante e necessária. E, também, devido a isso, a disputa de narrativas para a manter é acirrada, dado que o Governo não a deseja, pelo fato de lá estarem os(as) sujeitos(as), que se não exercem funções de mão de obra barata no mercado, se tornam sujeitos “matáveis”, desnecessários à roda do mercado. Infelizmente, a carne mais barata do mercado, como cantava e nos encantava Elza Soares, ainda é a carne preta.

Outro aspecto preocupante é a desqualificação institucional da EJAI, que muitas vezes não é reconhecida como parte da educação “regular”. Tal concepção transforma a modalidade em um “puxadinho” do sistema educacional, negando-lhe o mesmo status e a mesma valorização atribuída às demais etapas da Educação Básica. No entanto, a Constituição Federal de 1988 é clara, em seu artigo 205, ao afirmar que a educação é “direito de todos e dever do Estado [...], será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana” (Brasil, 1988, p. 135). Trata-se, portanto, de um direito incondicional e não de um favor estatal que pode ser concedido ou negado conforme critérios administrativos ou conveniências políticas.

Nessa direção, Zizi (2024) ressalta a importância da conquista da implementação da EJAI na escola localizada no território da Pontinha. Seu relato evidencia não apenas a relevância da oferta dessa modalidade de ensino na própria comunidade, mas também as dificuldades enfrentadas ao longo do processo, como a ausência de financiamento que possibilitasse sua participação em fóruns regionais, espaços fundamentais para apresentar reivindicações e dialogar com as instâncias públicas. A luta pela EJAI é, portanto, uma luta por dignidade, pertencimento, justiça e reparação histórica. Em suas palavras:

Eu acho que foi uma coisa boa, né? Pra comunidade, principalmente, né? Porque eu já pensei, ter a escola de 2º grau no quilombo e a EJA foi bom demais sabe. E, inclusive, eu achei muito bom porque o que é que acontecia? Os meninos, praticamente, só tinham serviço na roça, né? Então, os meninos que queriam estudar chegavam em casa às 5, 6 horas da noite e tinha que ir pra Paraopeba, né?, para poder estudar, chegava em casa quando? Chegava em casa meia-noite, uma hora da manhã para poder sair, cinco horas da manhã de novo. Então, os que queriam estudar mesmo estudaram. Fazia esse

sacrifício. Tivemos algumas ajudas de políticos locais mais no mais foi a gente mesmo! Se ficasse parada não ia conseguir nada (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

A partir desse relato potente e carregado de orgulho pela conquista da escola do noturno e da EJAI, em específico, no território quilombola, é evidente o papel fundamental dos movimentos sociais como sujeitos políticos na luta por direitos. São esses coletivos que assumem a responsabilidade histórica de assegurar, ampliar e resgatar a dignidade da população negra, sobretudo em contextos marcados por exclusões sistemáticas e pelo esquecimento institucional. É no enfrentamento das ausências do Estado que emerge a organização popular como estratégia de reexistência e afirmação identitária. Como bem aponta Arroyo (2003 p. 43):

Os movimentos sociais têm seu modo de conhecer a realidade. Podemos captar neles modos diferenciados de conhecer a questão urbana, a questão agrária, o emprego e desemprego, e até modos de conhecer a escola, a educação, a saúde, o transporte, a segurança... Modos de conhecer a lógica social. Mostram um modo próprio dos sujeitos sociais se conhecerem, de lidar com sua memória coletiva, com seus direitos.

Isso demonstra que as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais carregam, em si, uma dimensão pedagógica capaz de articular, tensionar e organizar a efetivação de políticas públicas, especialmente no campo da educação. Como ressalta Silva (2017, p. 210), “a luta realizada por esses atores sociais pelo direito à educação aliado ao direito à diferença é considerada aqui como uma ‘virtualidade formadora’ que carrega em si mesma uma dimensão educativa”. Nesse sentido, a Comunidade Quilombola da Pontinha legitima-se por meio da luta pelo direito à educação, rompendo com a lógica colonial historicamente imposta. Essa ruptura não se dá apenas no campo institucional, mas também no cotidiano, por meio do modo de vida, das tradições, da oralidade, dos costumes e dos saberes ancestrais que seguem vivos e compartilhados entre gerações. É nesse processo que se configura uma pedagogia de resistência, uma prática formadora construída coletivamente, que reafirma a identidade, reaviva a memória e fortalece a luta por direitos a partir do próprio território.

4.3 Relação dialógica entre a Associação com o poder público a favor do direito à educação

Neste tópico, destacamos a importância da relação dialógica entre a Associação, a sociedade civil e o poder público na construção de políticas educacionais participativas. Nessa

perspectiva, a Associação exerce um papel fundamental no processo de articulação com as escolas e os órgãos governamentais, atuando como mediadora entre as demandas da comunidade e as instâncias institucionais. Essa atuação envolve diferentes formas de comunicação, enfrentando desafios estruturais e políticos, mas também produzindo resultados significativos a partir da escuta ativa e do protagonismo coletivo. A esse respeito, a ex-presidenta da Associação pondera que a consciência de ser quilombola e a busca pela garantia dos direitos foram se construindo ao longo do tempo, à medida que a comunidade se reconhecia enquanto organização detentora de direitos e fortalecia sua estrutura interna:

As coisas mudarem muito, como não era quilombola, antigamente a gente não conseguia correr atrás dos direitos. Então agora dá pra correr atrás, porque é quilombola, ela é registrada como quilombola. Nessa época eu era presidenta há uns três anos, quando mudou para Associação Quilombola e foi registrada porque a gente tentava e sempre esbarrava em alguma coisa” (Zizi, ex-presidenta da Associação, 2024).

Nesse relato fica evidente que os caminhos percorridos pela comunidade na conquista de direitos são árduos e, muitas vezes, permeados pela falta de informações e de acesso ao conhecimento. Ainda assim, a perseverança sempre esteve presente na luta por reparação social e histórica. Ênio, ao rememorar a fundação da Associação na década de 1980, relembra:

Até então, quando não era registrada, ela ficava assim, tinha associação reconhecida, mas não tinha o registro. Em 2018, se eu não me engano, a Associação foi, enfim, registrada mesmo como associação, tendo ali todo o processo legal, montou o estatuto, montou tudo, então, o CNPJ. E daí em diante, começou a ganhar mais visibilidade (Ênio, secretário da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Esse relato reforça como o processo de organização comunitária foi inicialmente movido pela força dos vínculos sociais e pela urgência das necessidades cotidianas apresentadas na comunidade, antes mesmo da compreensão formal dos trâmites burocráticos exigidos pelo Estado. Ênio revela um percurso de aprendizagem coletiva, em que o saber partilhado, a experiência vivida e a escuta entre os pares constituíram elementos essenciais para a construção de uma ação política consciente. Trata-se de um processo que evidencia a potência das iniciativas populares como espaços de formação sociopolítica e de reexistência diante da negligência institucional.

Embora já existisse, há bastante tempo, um grupo organizado dentro da comunidade, ainda faltava sua regularização formal. Foi somente por meio dessa formalização que se

conquistou a personalidade jurídica uma das premissas fundamentais para que essas comunidades pudessem ter vez e voz, fazer-se ouvir e propor ações enquanto lideranças legítimas nos espaços de decisão política.

Nesse sentido, Oliveira (2016) compreende as associações como movimentos sociais que atuam nos territórios quilombolas enquanto representações coletivas, capazes de articular demandas, reivindicar direitos e fortalecer o protagonismo comunitário. Segundo o autor:

Esses movimentos, no entanto, contribuíram para despertar a consciência dos problemas vividos e possibilitaram a participação da população com capacidade de continuar a organizar-se em movimentos sociais, de forma a consolidar e a ampliar os direitos sociais e políticos conquistados, por meio de um processo constante e contínuo (Oliveira, 2016, p. 175).

A partir da regulamentação e das transformações desse coletivo, a Associação Quilombola da Pontinha passa a ser reconhecida como um conjunto de atores políticos, como informa Joselha:

A gente está sempre fazendo as nossas cobranças junto com a Associação. A gente está sempre aí na luta. Trazendo, né? Procurando também, né? Hoje é melhor que a gente busque o primeiro conhecimento, em que a gente tem direito para a gente pode correr atrás. Hoje está bem mais fácil, porque antes a gente ficava assim: “eu vou, mas será que eu vou conseguir?”. Hoje não, né? Hoje não, hoje a gente já vai, mas com aquela garantia: “eu vou correr atrás daquilo porque eu sei que eu tenho direito” (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Mesmo antes de obter o registro formal como associação quilombola, a comunidade da Pontinha já exercia seu direito legítimo à organização e à luta coletiva desde a década de 1980. A criação da Associação, ainda que não registrada nos órgãos oficiais naquele momento, já representava uma forma autêntica de articulação comunitária e de reivindicação por direitos básicos, como o acesso à educação. Conforme relato de Ênio (2024), o reconhecimento formal só veio décadas depois, com a obtenção do CNPJ e a consolidação dos trâmites legais, mas a atuação política e social da comunidade antecedia esse marco. O relato reforça que o direito à organização e à educação não depende exclusivamente da chancela do Estado; ele se constitui nas práticas e nas resistências cotidianas dos sujeitos quilombolas, que, mesmo diante da negligência institucional, constroem caminhos de reexistência, solidariedade e formação política desde os tempos em que a Associação existia apenas na força dos vínculos e na urgência das necessidades coletivas. Zizi relembra das conquistas que foram – e ainda estão sendo – efetivadas após a constituição da Associação:

Conseguimos trazer alguns benefícios para a comunidade, como a possível entrada da Copasa [Companhia de Saneamento e Abastecimento de Água de Minas Gerais], tendo em vista que a Pontinha não possui tratamento de água e esgoto; a implementação da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e o Ensino Médio na escola do território da Pontinha (Zizi, ex-presidente da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

A conquista da escola noturna e da EJAI no território quilombola, por meio da participação sociopolítica ativa da Associação, segue nessa direção. Conforme Erlane, o esforço coletivo foi necessário para viabilizar a abertura da turma:

Sim, eu lembro, na época, que eles precisavam de um número para abrir a turma. Um número de pessoas para poder estar vindo para a escola. Eu lembro que, na época, estavam pegando os nomes de quem não tinha concluído os estudos. Eu lembro que tinha que arrumar, acho, que até dez ou doze. E ainda estavam pegando por sete. Até eu mesma fiquei igual doida. Ô, gente, vamos voltar! Quem eu sabia eu corria atrás. Daí, graças a Deus, chegou na meta, pelo menos dos dez. Pra poder abrir a turma. E aí abriu, e foram aparecendo cada vez mais, graças a Deus (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Esse relato destaca a importância da mobilização e da persistência da comunidade para alcançar objetivos educacionais essenciais, refletindo o protagonismo da população local no processo. Miranda (2012) nos convida a analisar a educação e suas práticas nos territórios quilombolas, ao ponderar:

A educação nos quilombos não pode ser pensada de forma isolada das dimensões culturais, sociais e políticas da comunidade. Ela precisa estar imersa nas realidades históricas e nas lutas pela permanência e resistência desses povos, considerando o processo contínuo de afirmação de suas identidades e direitos (Miranda, 2012, p. 379).

Essa reflexão nos leva a compreender que as ações educativas, como a abertura da escola noturna e da EJAI, não são apenas intervenções pedagógicas, mas sim estratégias políticas e culturais que visam fortalecer a identidade e os direitos da comunidade quilombola. A participação ativa da Associação, como demonstrada por Erlane, é um exemplo claro de como a mobilização local é crucial para a conquista de direitos e para a superação das dificuldades históricas enfrentadas por essas populações.

Esse pensamento sobre a educação, que articula ação e reflexão, bem como a participação ativa dos sujeitos, também se reflete na visão do professor Marcos. Ao ser questionado em nossa pesquisa sobre a importância da EJAI para a comunidade, ele

compartilhou sua experiência ao longo do tempo em que lecionou para os estudantes da comunidade, evidenciando a estreita relação entre a educação participativa e a construção do conhecimento. Sobre esse aspecto, o professor Marcos reflete da seguinte maneira:

Sim, a EJA é muito importante para a Pontinha. Eu até esqueci de comentar, mas tive muitas experiências relacionadas ao conhecimento cultural na EJA. Lá, eles utilizam muitas raízes de plantas medicinais. Fizemos até um trabalho em que as pessoas mais velhas traziam as plantas e explicavam para a gente para que servia cada uma. Os alunos da EJA tinham muito conhecimento, e eles deveriam repassar esse saber para os alunos das outras turmas, que não tinham o mesmo nível de conhecimento. Eram verdadeiros raizeiros, sabiam para que servia cada raiz, cada folha. Acho que tinham três alunos que sabiam muito sobre essa parte da natureza, do entorno da comunidade. E eles repassavam isso para os demais. Isso agregou demais para todo mundo. Explicavam o uso das raízes, para que serviam, como preparar chás, curativos. Isso durou um semestre, com eles falando e explicando tanto para nós, professores, quanto para os mais jovens. É porque tem muita planta lá que a gente nem sabe o uso, como tirar, como preparar. Foi uma grande oportunidade de repassar os conhecimentos. Foi algo cultural mesmo, porque faz parte da cultura deles. E, como professor, eu não tinha esse conhecimento. Desse jeito, a EJA é importante até para passar a cultura adiante, aproveitando o conhecimento dos próprios alunos, que compartilham com os professores e com os estudantes mais novos (Marcos, professor que atuou na EJAI, 2024).

Percebem-se, assim, as contribuições que os/as educandos/as da EJAI podem oferecer à Educação Escolar Quilombola. A convivência intergeracional característica marcante desse público diversificado não apenas possibilita a aprendizagem de conteúdos escolares, muitas vezes desconectados da realidade dos estudantes, como também fortalece a identidade quilombola, resgata memórias coletivas e transmite saberes ancestrais aos mais jovens.

Esses conhecimentos são compartilhados por meio dos relatos trazidos para o ambiente da sala de aula. Ao contextualizar sua experiência, o professor Marcos relembra um episódio marcante, no qual um estudante apresentou um comportamento atípico durante uma de suas aulas:

Eu tinha um aluno lá que... a gente não sabia se ele era muito elétrico ou se ele pegava espírito. Espírito? Aí, de repente, ele apagava num cantinho. Os colegas pediam: “Liga para o pai dele!”. Era só o pai que resolvia. A gente ligava, e se o telefone não pegasse, alguém ia correndo até a casa dele. O estudante era novo. Aí o pai chegava e dizia: “Menino (erê), olha pra luz, sai daí!”. E a gente ficava assustado. Os meninos falavam que era outra coisa, né? A gente não sabia se era algum problema de saúde, se tomava remédio controlado, ou se era espiritual mesmo. Porque, do jeito que o pai dele falava... “Olha pra luz, vem pra mim! Eu tô aqui, do seu lado!”. Aí o menino voltava ao normal e assistia à aula. Isso aconteceu mais de uma vez (Marcos, professor que atuou na EJAI, 2024).

Ao refletirmos sobre a participação da Associação na implementação da escola noturna e da EJAI, ao mesmo tempo que reconhecemos as conquistas, também identificamos os desafios ainda presentes. Ambas são fundamentais para garantir uma educação que atenda às reais necessidades da comunidade. Constatamos que a Associação desempenha um papel essencial como mediadora entre a escola, os/as educandos/as e os órgãos públicos.

Zizi, ex-presidenta da Associação, relata seu envolvimento ativo nos Fóruns Regionais de Minas Gerais, destacando a importância para a efetivação das conquistas alcançadas. Realizados entre 2015 e 2018, os Fóruns representaram uma proposta inovadora de descentralização da gestão estadual, ao instituírem dezessete territórios baseados na participação popular e no fortalecimento das demandas locais.

A Associação esteve presente com a demanda pela implementação do Ensino Médio e da EJAI. De acordo com ela, para que pudessem participar efetivamente e levar as demandas educativas ao fórum, foi necessário organizar reuniões prévias com a comunidade, ouvir os moradores sobre suas principais necessidades e sistematizar essas informações em propostas concretas. Zizi relatou que, para que eles pudessem estar presentes e encaminhar as demandas relacionadas à educação, foi necessário organizar-se da seguinte maneira:

Foi militar, porque tem que estar insistindo. Tem que estar insistindo. Não é uma briga, é uma luta. Na realidade, fomos nós mesmos. Então foi uma busca da Associação, e os outros veio agregando, mas o pedido foi nosso. Fazia reunião lá na Pontinha, na quadra da escola na casa da Euriza. Não tínhamos ajuda. Nada, nada, nada. Ninguém ajudou. Não tinha essa ajuda, não. O Roberto, meu marido, no caso era o meu motorista com o financiamento próprio. Tinha que ser próprio. Mas o sentimento é de alegria, graças a Deus, pelo menos resolveu para algumas pessoas, né? Então, esse sentimento é bom, é uma conquista, né? É uma conquista! Está fazendo a luta já é uma conquista, andar pra cima e pra baixo, Belo Horizonte, prefeitura Paraopeba, a gente andou muito, mas deu certo. Então o sentimento é de alegria de estar lá na escola, né? (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

A mobilização local foi essencial para garantir que a demanda fosse legitimada como prioridade nos fóruns. Assim, a atuação da Associação não se restringiu à representação formal, mas envolveu a escuta ativa, o diálogo com os órgãos públicos e a articulação com outras comunidades quilombolas, ampliando a visibilidade da pauta da EJAI no campo das políticas públicas estaduais.

Essa participação ativa nos espaços de deliberação demonstra como o protagonismo das associações quilombolas contribui para a construção de uma educação mais justa, plural e

enraizada nas realidades territoriais. Ao transformar as experiências vividas em demandas organizadas e politicamente reconhecidas, a comunidade da Pontinha reafirma sua autonomia e reforça o papel da educação como um direito social e humano e como instrumento de afirmação identitária e fortalecimento cultural.

O reconhecimento da EJAI, conforme a percepção desses sujeitos, vai além da aquisição instrumental de conteúdo. Ela desempenha um papel fundamental na transformação de vidas, ampliando perspectivas e criando oportunidades para os estudantes. A escola torna-se um espaço de valorização das experiências de vida, de reconstrução da autoestima e de afirmação da identidade quilombola. Nesse sentido, Erlane, ao participar da militância pela abertura da escola noturna, relata:

Custou e foi através de muitas lutas, juntamente. Foi a comunidade unida juntamente com aqueles que nos representa, que correram atrás. E hoje nós estamos aqui sendo beneficiados. A escola tá aberta hoje, porque foi feita uma luta aqui dentro da comunidade. Sim, eu falo porque eu participava, assim, das palestras que os representantes da Secretaria que eles vinham fazer, sabe? Na escola, na quadra. Até uma vez que eles fizeram até num bar. Acho que a quadra estava ocupada e eles fizeram a palestra no bar. Falando da importância da escola funcionando no noturno, né? E explicava sobre até os direitos. Que às vezes, gente, até eu mesma não sabia. Daí que eu fui... a gente foi chegando mais pra perto. E abraçamos mesmo e deu certo (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

O relato de Erlane evidencia como a mobilização comunitária e a atuação política das lideranças locais resultam em avanços concretos para o direito à educação. A EJAI, nesse contexto, não apenas promove a aprendizagem formal, mas se constitui como espaço de resistência, cidadania e fortalecimento dos laços coletivos.

Zizi, ao refletir sobre a importância da EJAI no território, abordou tanto questões relacionadas ao fechamento quanto à manutenção dessa modalidade de ensino. Ela destacou que o principal argumento para o encerramento das atividades da EJAI foi a alegação de que não havia educandos/as na comunidade para frequentá-la. Cabe ressaltar que Zizi desempenhou um papel fundamental na abertura da escola no período noturno e na implementação da EJAI, tornando seu depoimento essencial para este trabalho. Em seu relato, ela apresentou algumas soluções possíveis para a permanência dos estudantes, como a flexibilização dos horários de entrada e saída da escola e a implementação de incentivos que estimulem a continuidade dos estudos. Essas medidas, segundo Zizi, seriam fundamentais para garantir que os estudantes não apenas frequentem as aulas, mas também concluam sua formação:

Tem muita gente que precisa, a necessidade é grande, nossa! Vários adultos aqui que estão precisando. Eles começaram. Eles saíram de todo o mundo devagarzinho. Tem que incentivar, ali tem que ter muito incentivo. Se eu te disser que talvez tenha até que ter uma bolsa, mas se tiver um auxílio pra estudar, eles vão. O pé de meia que o Lula tá fazendo aí. Tentar conseguir esse pé de meia mesmo. É pro segundo grau, né? Mas quem sabe para a EJA também né? (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Nesse momento, ela fez uma pausa e desabafou: “Aqui, infelizmente, somos muito esquecidos. Para nós, as coisas são muito mais difíceis. Apesar de algumas melhorias, ainda continua muito difícil a vida por aqui”. Em seguida, destacou que, quando as turmas da EJA foram abertas, estavam cheias, mas, com o tempo, começaram a se esvaziar. Segundo ela, esse esvaziamento ocorreu principalmente devido às exigências do trabalho cotidiano, frequentemente marcado por atividades pesadas e extenuantes, que dificultam a permanência dos estudantes na escola. Ainda em suas palavras:

As pessoas trabalham em serviços pesados aqui, um deles, por exemplo, é arrancar minhoca. Olha, um tempo desses aí atrás você olhava as ruas na base de umas quatro cinco horas da manhã e estava cheio de gente com os enxadões nas costas para arrancar minhoca, ou então estavam indo trabalhar em fazendas fazendo cerca, silo para gado, roçando pasto, capinado e plantando roça. Ou seja, ir para escola depois de um dia desses de trabalho cansado é muito difícil (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Esse relato evidencia as múltiplas dimensões da exclusão escolar vivida por comunidades quilombolas: não apenas o acesso é dificultado, mas também a permanência se torna um desafio diante das condições socioeconômicas e do trabalho precário. A fala de Zizi reforça a urgência de políticas públicas integradas que reconheçam essas especificidades e proponham soluções efetivas, como a oferta de bolsas de incentivo, a flexibilização curricular e a valorização dos saberes locais, garantindo uma educação de fato inclusiva, emancipadora e fundada na realidade dos sujeitos quilombolas.

Como nos chama a atenção Freire (2021, p. 10), ao criticar o uso do conceito de evasão escolar descontextualizado de sua dimensão social e política: “na verdade, não há crianças [jovens, adultos e idosos] se evadindo das escolas, como não há crianças [jovens, adultos e idosos] fora das escolas, como se não estivessem dentro só porque não quissem, mas crianças [jovens, adultos e idosos] ora proibidas pelo sistema de entrar nas escolas, ora de nelas permanecer”.

Esse pensamento é também compartilhado por Joselha, que compreende a EJAI como um mecanismo reparador, essencial na transformação da vida das pessoas, por se tratar de um direito humano fundamental. Ao ser questionada sobre esse direito social, ela avaliou a situação da seguinte forma:

A EJA na comunidade é importantíssima! Tem muita gente aqui que parou de estudar, tem muita gente que tá fora da escola, que teve que sair para se sustentar, eu mesma fui aluna da EJA. Eu fiquei um tempo fora da escola, depois eu voltei, e igual eu tem muitos aqui. Então é valioso demais para comunidade a EJA. Seria de grande importância para comunidade. E tem aluno pra isso, tem muita gente querendo voltar a estudar e até mesmo é uma proposta nossa da Associação que a gente tem buscar, e isso já é para o segundo semestre, porque o diretor da escola falou que tem que ser no segundo semestre, porque no dia que nós fomos conversar com ele no início do ano e ele fez a proposta de abrir com quinze dias, mas como andar atrás dos alunos com quinze dias? É demorado. Não é do dia para noite não. Mas tem aluno para acontecer. Sabe, a EJA aqui é muito importante; aqui tem muita gente que saiu da escola para trabalhar e que não teve a oportunidade de estar na escola na idade certa. A EJA veio para somar na comunidade, e foi um passo muito grande que a Associação deu, na época foi a Zizi, né? Foi uma conquista muito grande que a comunidade teve e não sei por que foi embora. Porque o que a gente consegue, o que a gente ganha, a gente não pode perder, foi uma surpresa pra todos nós. A gente ficou sem saber o que estava acontecendo e foi embora e nós estamos aqui sem a EJA (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Conforme relata nossa participante, a EJAI constitui um espaço de aprendizagem marcado pela diversidade de vivências e pela complexidade dos processos educativos. Nesse contexto, o estabelecimento de relações dialógicas entre diferentes instituições e atores sociais torna-se essencial para a efetivação desse direito. Como destaca Ênio, ao refletir sobre sua participação na pesquisa, é justamente o diálogo entre a Associação, as instituições escolares e o poder público que possibilita avanços significativos nas políticas educacionais voltadas às comunidades quilombolas:

Eu fico com uma preocupação enorme com esses meninos. Às vezes, muitos vão para as drogas. Na porta da escola, a gente vê isso. Eu já fui à prefeitura pedir ajuda, sabe? Tem uns que não têm uma estrutura boa em casa, que não têm a mente legal. E têm também aqueles que vêm de outras partes da cidade e podem influenciar os daqui. Aí eu fico olhando com uma preocupação enorme com esses meninos da escola. Se tem a EJA e eles já estão na porta da escola, fica mais fácil: é só entrar. Eu penso muito assim: a dignidade humana começa com a educação e a saúde. Se você quer conquistar qualquer coisa, o primeiro passo é esse. Educação e saúde são indispensáveis. Depois, podemos pensar nos demais aspectos. A EJA é fundamental (Ênio, secretário da Associação Quilombola de Pontinha, 2024).

Assim, as iniciativas governamentais desempenham um papel fundamental no fortalecimento da adesão à EJAI, ao promoverem condições mais favoráveis para que os/as educandos/as permaneçam na escola e concluam seus estudos. Tanto Zizi quanto Ênio apontam, em seus relatos, alternativas viáveis para enfrentar os desafios da permanência, destacando especialmente a importância da implementação de programas de incentivo, como bolsas de estudo. Ênio enfatiza:

Tem vários programas legais. O primeiro incentivo, o transporte, tem muitos outros programas que podem ser usados. Tem o Pé de Meia. É um incentivo. Um incentivo e tanto pra segurar um aluno, tanto para levar a pessoa até na EJA. Eu vou lá, eu vou estudar e ainda vou receber alguma coisa. Isso pode auxiliar... Tem mães aí que têm filhos. Pode ajudar pra pagar alguém pra cuidar do filho, a mãe nova. Pagar para cuidar dos filhos enquanto está estudando. Como exemplo pessoal, posso citar a minha filha, que mora ao lado de minha casa. Ela tem 21 anos, mas parou de estudar muito jovem, engravidou aos 14 anos e hoje tem um filho. Se houvesse alguém em quem ela pudesse confiar para deixar o filho enquanto estudava, isso poderia ter a incentivado a retornar à escola. Esse tipo de incentivo é fundamental. Muitas mulheres, como minha filha, engravidam e, muitas vezes, isso as impede de continuar seus estudos. Você, como professora, sabe bem que isso acontece. Minha filha, por exemplo, parou no sexto ano devido à gravidez aos 15 anos. Aí, imagina essas coisas. Aí você tem, não quero voltar a estudar, mas eu tenho dois meninos pequenos, como é que eu faço? E aí é mais um emprego, né? Outra pessoa, trabalhando daqui, lá a bolsa de incentivo (Ênio, secretário da Associação Quilombola de Pontinha, 2024).

Nesse contexto, o estabelecimento de relações dialógicas entre diferentes instituições, atores sociais e políticos é essencial para garantir uma formação integral, significativa e condizente com a realidade vivida pelos sujeitos da EJAI. A escuta ativa da comunidade e o reconhecimento das especificidades de seus territórios e modos de vida devem ser princípios fundamentais na formulação de políticas públicas educacionais, especialmente no que diz respeito à população quilombola.

A escuta das lideranças locais, como Zizi e Ênio, e de sujeitos envolvidos diretamente no processo educacional, como professores/as e ex-educandos/as, reafirma a importância da atuação conjunta entre a comunidade, a escola e o poder público. Essa atuação colaborativa, pautada pelo diálogo e pelo respeito à realidade local, é condição essencial para uma educação que seja verdadeiramente emancipadora, inclusiva e transformadora. Entendemos que a interação entre esses agentes pode influenciar diretamente a formulação, implementação e efetividade das ações voltadas para esse público, determinando tantos desafios quanto as possibilidades para a melhoria da oferta educacional às instituições escolares e aos órgãos responsáveis pelas políticas municipais e/ou estaduais na cidade de Paraopeba e,

consequentemente, na Pontinha, como foram apontadas nas ponderações de Ênio. Zizi também tem o mesmo entendimento: é preciso fazer políticas públicas indutoras, como, por exemplo, o ônibus circulando dentro da comunidade e a bolsa de incentivo para trazer os estudantes para frequentarem as salas de aula da EJAI:

Aí que tá o problema: não conseguimos o transporte, infelizmente. Tem gente que mora longe, porque a Pontinha é grande, viu? Tem gente que mora muito longe, então muita gente desistiu também por isso. Tipo, tem o lado lá do Camiseta, que vai para cidade de Papagaios, da Lagoa Dourada, no fundo da manga, que é longe demais da escola. O pessoal ia a pé, à noite. E ainda tá indo a pé até hoje; é a pé; de bicicleta. Quem tinha carona ia de carona, né? Mas muitas, muitas pessoas vinham a pé... Então, isso que desanimou também. Não tem escolar, não conseguimos. Porque a escola era estadual e não tinha direito ao transporte – foi o que nos falaram. Aquela bolsa estudante também ajuda; o Pé de Meia é um incentivo para a pessoa voltar a estudar. Podia entrar a prefeitura ajudando junto com os outros governos, tudo ajuda né? (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Na entrevista, Zizi relatou um episódio que ocorreu na pandemia de covid-19, em 2019, evidenciando como a escolaridade ou a falta dela está diretamente relacionada à exclusão de direitos básicos, como o acesso à saúde. Compreendemos que a ausência de escolarização impacta significativamente a saúde da população, uma vez que a educação é um dos determinantes sociais mais relevantes para garantir o acesso a cuidados adequados, bem como para a promoção da saúde e do bem-estar.

Olha, vou te contar uma coisa sobre a importância da EJA aqui na comunidade. Vou te contar um caso que aconteceu aqui. Na época da pandemia da covid-19, eu e mais algumas lideranças da Pontinha estivemos na Secretaria de Saúde para requerer o direito da vacinação como grupos prioritários à vacinação. Conversamos com a Secretaria de Saúde, e depois que fizemos alguns acertos entre eles era o preenchimento de um formulário, que deveria conter o nome, documentos pessoais e endereço. Montamos uma tenda na praça central da comunidade e marcamos o dia da vacinação. Acontece que chegou um senhor para vacinar, ao qual foi entregue o formulário. No entanto, ele saiu do local dizendo que ia buscar uma caneta para preencher e sumiu. E não voltou. Mais tarde, uma sobrinha desse senhor ligou para mim, pois eu estava também trabalhando na imunização, perguntando por que seu tio não havia tomado a vacina, então eu respondi: “estamos esperando ele trazer o formulário preenchido”. Então ela respondeu: “infelizmente o meu tio não sabe ler e escrever”. Ou seja, esse senhor teve vergonha de dizer que era analfabeto; se ele tivesse me dito, teria preenchido o formulário para ele, deixou de se imunizar, ficou sem tomar a primeira dose da vacina da covid-19 (Zizi, ex-presidenta da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

Diante desse relato, questionamos Zizi sobre a presença de pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade na comunidade e se esse fator poderia gerar constrangimento. Ela respondeu de forma direta: “Tenho certeza que sim. Mas, pra saber disso, você tem que chegar com muito jeito, bem devagarinho... as pessoas se sentem excluídas, sabe? Não querem se expor. Veja o caso que te contei.” Joselha também apresenta uma proposta concreta relacionada à EJA na Pontinha:

Tinha que ampliar, no caso do 1º ao 5º ano, com um professor alfabetizador e tinha que ser à noite, porque a maioria já é pai de família e mãe de família. E, nesse caso, poderia ser alguém daqui da Pontinha, porque tem gente aqui qualificado. Fica a escola lá com sala vaga, desocupada, com gente aqui na comunidade que precisa de saber ler e escrever. É o que eu estou falando, estudar é um direito. E aqui com tantas pessoas precisando aprender ler e escrever.

Com base nesses relatos, é evidente que a EJA representa muito mais do que uma política compensatória. Ela é, sobretudo, um instrumento de justiça social e de reparação histórica, especialmente em territórios como o Quilombo da Pontinha, onde o direito à educação foi historicamente negado. A ausência de escolarização, como ilustram os episódios compartilhados por Zizi e Joselha, impacta diretamente a exclusão de outros direitos fundamentais, como o acesso à saúde, e perpetua o ciclo de desigualdades sociais.

A EJA, nesse sentido, desponta como uma possibilidade concreta de reconstrução de trajetórias interrompidas, de fortalecimento da autonomia dos sujeitos e de valorização dos saberes locais. Ampliar essa modalidade de ensino, por meio de estratégias que dialoguem com as especificidades do território e de sua população, é um passo essencial para garantir que a educação seja, de fato, um direito de todos e todas, em qualquer tempo da vida.

Esse pensamento também reforçado pelo entendimento de Erlane e Dona Euriza – única vereadora quilombola eleita até hoje em Paraopeba sobre o papel da EJA como um direito social e humano, cuja efetivação depende da vontade dos agentes políticos em destinar políticas indutoras para que de fato se concretize. Segundo Dona Euriza: “Uai, eu acredito que pra tudo tem uma condiçãozinha de um jeito ou de outro, né? Às vezes, conversando, eles podem nos ajudar, colaborar alguma coisa, né? Igual o transporte na educação.” Corroborando o pensamento de Dona Euriza, Erlane discorre sobre as formas pelas quais é possível influenciar significativamente essa modalidade de ensino na Pontinha:

Se quiser, de várias formas... O problema agora é querer. Está melhor, mas pode melhorar ainda mais. E parar de nos culpar. Trazer cursos para essas

pessoas isso ajudaria muito também. Explicando a importância de estudar que às vezes alguns, no fato de não conseguir algo, é porque às vezes não tem os estudos, mas tem um curso técnico. Aí você pensa assim: ou eu vou fazer a EJA, porque aí eu posso fazer o curso técnico, tal... sabe? Já pensando no futuro. O curso técnico é menos tempo. Entre fazer uma faculdade, eu opto pelo curso técnico. A pessoa pensa: “vou fazer a EJA e fazer o curso técnico que chegou aqui na Pontinha”, isso incentiva muito. Então poderia ser o transporte e uma bolsa de estudos, por exemplo, porque tem lugar que oferece bolsa, mas isso é um longo caminho para ser percorrido (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Joselha propõe algumas ações do poder público que poderiam contribuir de forma significativa para a efetivação da EJAI:

Em tudo. Porque é através do poder público que chegam as coisas. E condições tem. O poder público poderia fazer a diferença. Através dele, poderia trazer o transporte, que agora não tem. Com isso, poderia trazer mais emprego para dentro da comunidade. Com mais servidores, mais professores, motorista para atender a acessibilidade dos alunos da escola. Então, o poder público é a chave. É através deles que chegam as coisas (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

A esse respeito, em dezembro de 2024, a pesquisadora, juntamente com a pedagoga da escola do período noturno que também é moradora da comunidade, realizou um levantamento junto aos moradores com o objetivo de viabilizar a abertura da EJAI no início de 2025. No entanto, embora o diretor da escola tenha recebido os nomes dos/das educandos/as, ele não informou à pedagoga sobre a necessidade de correção dos dados, mesmo ciente de que as informações estavam incompletas.

Isso evidencia o desinteresse do diretor da escola do turno noturno em relação à abertura da EJAI na Pontinha, que é o segundo endereço da escola na cidade. Diante dessa situação, nós – enquanto pesquisadora e defensora da EJAI como um direito humano –, comparecemos, em janeiro de 2025, à unidade escolar de Paraopeba para obter informações sobre as providências necessárias à reabertura da oferta de novas turmas. Na ocasião, ouvimos da direção escolar as seguintes afirmações:

Eu não tenho intenção nenhuma de abrir a EJAI Fundamental II, porque essa modalidade só dá trabalho. A EJA é a “desova” de tudo que não deu certo de manhã e acaba sendo empurrada para a noite. Além disso, há muitos menores de idade, e, depois que entram na escola, não podemos simplesmente deixá-los ir embora. Outra questão é o Ensino Médio: só farei o pedido de abertura se houver, no mínimo, vinte estudantes, pois eles acabam desistindo ao longo do tempo, e eu não vou onerar o Estado (Direção, do primeiro endereço da escola do noturno da Pontinha, 2025).

Diante da perplexidade causada por sua fala, questionamos o diretor sobre a responsabilidade dele no pagamento dos profissionais que atuam na instituição e se ele tinha consciência dos direitos dos/das educandos/as de frequentar a escola. Enfatizamos, ainda, que sua posição era extremamente cômoda, considerando que, como uma pessoa escolarizada, ele usufruía de um poder subjetivo que, na realidade, não lhe pertencia. Além disso, suas falas revelaram um claro preconceito e um total desconhecimento acerca de uma educação comprometida com os valores de cidadania. Para nossa surpresa, o diretor nos respondeu afirmando que o que tínhamos eram apenas teorias, enquanto ele detinha a experiência prática.

Segundo ele, conhecia muito bem a realidade da Pontinha e insistiu que os moradores “não queriam nada”, o que o levava a acreditar que não valia a pena lutar por eles. Diante dessa postura, Erlane complementa nosso entendimento, ressaltando as dificuldades enfrentadas pela comunidade:

Pra gente aqui nunca as coisas que foram tão fáceis assim... porque a comunidade é muito grande e unida podemos ter mais. Pra gente, nada é fácil. É através da luta. Pra estudar aqui era a pé, correndo risco, enchente na estrada. É... foi muitas coisas que a gente, igual eu te falo, foi muitos desafios, mas eu lembro sim, vou sempre lembrar, porque é uma coisa que a gente não pode esquecer, que através das lutas de hoje a gente vê a vitória. A gente corria risco fora de hora na estrada, carro quebrado, né?, moto quebrada. É o que eu sempre venho falando aqui: “é de nós pra nós” (Erlane, ex-educanda da EJAI, 2024).

Joselha, por sua vez, já havia alertado sobre os pensamentos preconceituosos e a falta de interesse de alguns órgãos públicos em relação ao quilombo e à escola. Ela também destacou a importância da busca ativa e a mobilização de pessoas que realmente pudessem contribuir para a reabertura da EJAI no quilombo:

A Karine, que trabalha como pedagoga à noite, porque ela tem procurado a gente para correr atrás. Tem eu, Joselha, o Ênio, a Roberta, a Gisele, a Erlane, tem a Vilma. E ainda mais você, que uma das peças-chaves que abriu os nossos horizontes, que fez nós correremos atrás quando falou que ia fechar a escola ano passado em 2023, porque às vezes o nosso conhecimento é pouco e tem gente que chega para somar... e você é uma delas, e você sabe disso. Sempre pensando na gente, em ajudar a gente, porque você é urbana é de Paraopeba. São poucas as pessoas que estão interessadas em buscar coisas para nós do quilombo. A realidade é essa. E aí, quando eu falo isso, é porque eu falo de nós pra nós, e eu sei que você é uma de nós. Eu tenho essa convicção de falar com você por isso. Porque eu sei que você é de nós. Então, eu tô falando de nós pra nós. A luta é grande! Mas nós somos resistentes! (Joselha, professora e membro da Associação Quilombola da Pontinha, 2024).

O diretor da escola ainda mencionou quando a então secretária de Educação, Macaé Evaristo, e hoje ministra dos Direitos Humanos do presidente Lula, esteve na Pontinha para abertura da escola do noturno. Segundo ele, foram feitas várias promessas que nunca se concretizaram. Além disso, afirmou que nós não conhecíamos Pontinha de verdade, pois ele estava lá há muito tempo, desde 2018.

Esse episódio evidencia o desinteresse por parte da gestão escolar – especialmente do diretor da unidade – em garantir a continuidade da educação na comunidade no período noturno. Sua atitude reflete o que os participantes da pesquisa já haviam destacado em seus relatos: o descaso com a EJAI no Quilombo da Pontinha.

Diante dessas declarações, a nossa resposta foi direta: “Reconhecemos, sim, que temos teorias, mas além de pesquisadora, sou ex-educanda da EJAI, professora do quilombo desde 2013 e também sou quilombola, então eu falo com muita propriedade.” A partir desse embate, decidimos agir. Por meio da articulação de realizar a cartografia de mapeamento dos troncos, iniciamos uma mobilização na comunidade, com o apoio de Joselha e Karine, realizando a busca ativa por possíveis estudantes. Caminhamos pela comunidade, visitamos famílias e dialogamos diretamente com as lideranças de cada tronco.

Em apenas dois dias, conseguimos formar três turmas de EJAI – Ensino Médio, com mais de dez estudantes, conforme prevê a legislação estadual para abertura de novas turmas.

De posse da lista com os nomes dos estudantes, optamos por não mais procurar a direção da escola. Em vez disso, dirigimo-nos à Superintendência Regional de Ensino de Sete Lagoas para denunciar à inspetora responsável a negligência da gestão escolar. No entanto, apesar de todo o nosso esforço, devido ao prazo necessário para a solicitação de abertura das turmas na Pontinha, não foi possível iniciar as atividades no primeiro semestre de 2025.

Contudo, recebemos da inspetora a promessa de que, no segundo semestre, a EJAI será reaberta e que ela não medirá esforços para garantir esse direito à comunidade. Diante desse compromisso, realizamos uma reunião no quilombo com os inscritos, reafirmando nossa determinação: iremos aonde for necessário para assegurar que essas pessoas tenham acesso à educação por meio da reabertura da EJAI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu acho que a EJA é muito importante. Eu acho que é muito importante. Porque tem muitos aqui que, na época de estudar, não pôde. E hoje, às vezes, têm vontade de alfabetizar, têm vontade de aprender um bocadinho, quer ter uma saída, mas não tem recurso, né? Então, a EJA é importante aqui. Porque, de primeira, era tudo fácil, mas hoje sem estudo, né?, é difícil um emprego bom... é tudo difícil. E aqui tem muita gente querendo uma oportunidade, a juventude é grande demais. Se alguém interessar, é muita gente (Dona Euriza, uma das primeiras professoras do Quilombo da Pontinha, 2024).

Esta pesquisa teve como objetivo compreender, a partir da escuta atenta de lideranças comunitárias, ex-educanda, docentes e demais moradores da Comunidade Quilombola da Pontinha, a importância da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) como um direito humano, social e fundamental além de se configurar como uma política de reparação histórica voltada às populações sistematicamente marginalizadas e excluídas.

A análise dos depoimentos e das experiências compartilhadas revelou, de forma contundente, que a EJAI não deve ser considerada como modalidade alternativa ou compensatória, mas como um dispositivo essencial à transformação social, à reconstrução de trajetórias interrompidas e ao fortalecimento da cidadania. Os relatos evidenciam que os desafios enfrentados, como a ausência de transporte escolar, a negligência de gestores públicos, o preconceito institucional e a escassez de apoio às mulheres com filhos, não são pontuais, mas expressão de estruturas excludentes persistentes. Tais práticas manifestam-se por meio de burocracias desmobilizadoras e de um desinteresse sistemático por parte do poder público. Isso se evidencia na postura de um diretor escolar que, ao invés de garantir direitos, estigmatiza a comunidade; na decisão do gestor municipal, que descontinuou a oferta da EJAI no âmbito local; e nas normas estaduais, como as de Minas Gerais, que condicionam a abertura de turmas a um número mínimo de estudantes, ignorando as especificidades e os direitos de determinadas populações, especialmente as quilombolas, as periféricas e as historicamente marginalizadas.

Contudo, a Pontinha se afirma como território de resistência, onde a força coletiva e a mobilização popular se destacam. A atuação de sujeitos como Ênio, Zizi, Joselha, Erlane, Dona Euriza, Karine, entre outros, revela o compromisso da comunidade com a garantia do direito à educação. A mobilização para mapear possíveis educandos/as, mesmo diante da omissão institucional, evidencia que, quando o Estado falha, a comunidade reage. Para esses sujeitos, a EJAI é mais do que uma sala de aula, é uma estratégia de garantia de saúde, dignidade, autonomia e futuro. Como afirmou Ênio (2024), “é a porta aberta para tirar jovens da vulnerabilidade”; como lembrou Zizi (2024): “é o caminho para que ninguém seja deixado para

trás, nem mesmo na hora de tomar uma vacina”; Joselha (2024) reforça, em sua fala, “que está sempre correndo atrás de educação para todos da comunidade”; e Karine ressalta a importância de não desistir da luta pelo direito à educação.

A atuação sociopolítica da Associação Quilombola da Pontinha possibilitou conquistas históricas, como a implementação do Ensino Médio no turno noturno e da EJAI na escola local. Com isso, estudantes passaram a ter acesso à educação sem a necessidade de deslocamento até a zona urbana, e muitos moradores puderam concluir seus estudos na própria comunidade, ampliando suas possibilidades de inserção social e profissional.

As narrativas e as histórias compartilhadas nos troncos e nos demais espaços da comunidade revelam que a EJAI não é apenas política pública, mas um caminho de reconexão com saberes ancestrais, com a autoestima e com os direitos historicamente negados à população negra e quilombola. Trata-se, portanto, de um ato político de afirmação de vidas, de memórias e de futuros.

Apesar dos avanços, a luta continua. Um dos principais entraves revelados por esta pesquisa é a negação do direito ao transporte escolar – uma prática institucional que ignora o território quilombola ao registrar seus/suas educandos/as como moradores/as da zona urbana. Essa manobra, adotada pela direção do turno noturno, viola o princípio da equidade e compromete a permanência digna na escola.

Outra demanda urgente é o reconhecimento formal da escola como quilombola. Embora essa nomenclatura apareça em alguns documentos, a ausência de reconhecimento institucional dificulta o acesso a políticas específicas e impede a contratação de profissionais da própria comunidade. Isso impacta a autonomia da Pontinha em seu processo educativo, contrariando diretrizes da educação do campo e quilombola.

Diante desses desafios, a Associação Quilombola da Pontinha tem buscado diálogo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) e outros órgãos públicos, com o objetivo não apenas de corrigir distorções administrativas, mas também de consolidar um modelo educacional que valorize a identidade quilombola, promova a justiça social e fortaleça a participação ativa dos sujeitos do território.

Assim, a luta pela EJAI, pelo transporte escolar e pelo reconhecimento da escola quilombola compõe uma agenda ampla de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Reforça-se a importância da escuta comunitária, da organização coletiva e da articulação política como caminhos potentes para transformar realidades educacionais e sociais.

A experiência relatada neste estudo reafirma a relevância da escuta ativa às comunidades e do reconhecimento de seus saberes e vozes na construção de políticas públicas mais justas e

eficazes. Também revela a urgência de confrontar práticas institucionais excludentes e de denunciar discursos que naturalizam a ausência de direitos.

Na Pontinha, a EJAI é urgente, legítima e necessária. É um direito assegurado não apenas por leis, mas pela luta cotidiana de sujeitos que enxergam na educação um dos pilares da liberdade e da autonomia. Apesar das promessas não cumpridas por representantes do poder público e da indiferença da gestão escolar, a comunidade segue determinada. Como afirma a ex-educanda Erlane: “é de nós pra nós”. É essa força coletiva que abre caminhos para a reabertura da EJAI no segundo semestre de 2025, não como favor, mas como justiça.

Esta dissertação, enfim, não se encerra em si mesma. Ela aponta para os muitos caminhos que a comunidade da Pontinha segue trilhando na busca pela efetivação de seus direitos. A reabertura da EJAI, prevista para o segundo semestre de 2025, é resultado da mobilização coletiva e da continuidade de um projeto educativo enraizado nos sonhos, nas necessidades e nas lutas do povo quilombola da Pontinha.

Que este trabalho possa fortalecer e inspirar outras comunidades e educadores/as na luta por uma educação antirracista, engajadora, popular e verdadeiramente emancipadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Ângela Maria. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 12., Curitiba, 205. **Anais [...]**. Curitiba: PUC PRESS, 2015. p. 1283-1299. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

ÁLVARES, Ricardo. **Comunidade de Pontinha**: embate jurídico e conflito territorial. Disponível em: <https://quilombos.wordpress.com/2008/09/08/comunidade-de-pontinhaembate-juridico-econflito-territorial/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ANDRADE, Samaria. **Revista Revestrés, Edição Paulo de Tarso Moraes**, n. 50, nov.-dez. 2021.

ARROYO, Miguel González. **A formação de professores e a escola como lugar de resistência**: o trabalho pedagógico no ensino de jovens e adultos. 4. ed. São Paulo: Editora X, 2005.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2005.

ARROYO, Miguel González. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARROYO, Miguel González. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel González. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais? **Currículo Sem Fronteiras**, v. 3, n. 1. p. 28-49, jan./jun. 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BENTO, Antônio. Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade? **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), ano VII, n. 64, p. 40-43, abr. 2012.

BICUDO, Maria Aparecida Vigginani. Pesquisa qualitativa: significados e a razão que a sustenta. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/7>. Acesso em: 17 out. 2025.

BISPO, Nêgo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Editora Cult, 2023.

BISPO, Nêgo. Dois e dois são dois: Renato Nogueira e Nêgo Bispo: depoimento [abr. 2022]. Entrevistador: Nogueira Renato. **Cultura e Design Revistos**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://amarello.com.br/2022/04/cultura/dois-e-dois-sao-dois-renato-nogueira-e-nego-bispo/2012>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. [Estatuto da igualdade racial (2010)]. **Estatuto da igualdade racial** [recurso eletrônico]: Lei nº 12.228, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 120 p. (Série Legislação; n. 115).

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Estabelece as diretrizes para a Educação Escolar Quilombola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Rio de Janeiro: Chefe do Governo Provisório da República, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: *seção 1*, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2010**. Institui a Política de Educação Escolar Quilombola e demais dispositivos sobre diversidade cultural e inclusão educacional. Diário Oficial da União: *seção 1*, Brasília, DF, 30 ago. 2010.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003**. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Parecer Técnico nº 1.498, de 17 de julho de 2019**. Comunidade Quilombola de Pontinha. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/2019/parecer-tecnico-1498_comunidade-quilombola-de-pontinha.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 20 nov. 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

BRITO, José Eustáquio de. Trabalho, educação e relações étnico-raciais: diálogos pertinentes a partir da atividade docente. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 17, n. 24, p. 71-92, 2014. DOI: 10.24934/eef.v17i24.578. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/578>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CAPELLA, A. C. N. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. **Ideias**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 1334, 2016. DOI: 10.20396/ideias.v6i2.8649461. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649461>. Acesso em: 9 ago. 2021.

CASAGRANDE, Solange *et al.* A Associação Acquicambará como instrumento de lutas e conquistas da Comunidade Quilombola do Cambará – RS. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA*, 14., 2021, Santa Maria. **Anais eletrônicos [...]**. Santa Maria: Realize, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_E_V154_MD1_SA145_ID80628102021223329.pdf. Acesso em: 6 set. 2023.

CONAQ – **Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas**. Relatório de políticas públicas e direitos quilombolas. Brasília, DF: CONAQ, 2017.

EDUCAÇÃO.MG.GOV.BR. **Secretária Macaé Evaristo visita Comunidade Quilombola de Pontinha**. 27 nov. 2017. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/politica-de-privacidade/story/9344-secretaria-macae-evaristo-visita-comunidade-quilombola-de-pontinha>. Acesso em: 10 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

GERBELLI, Caio Vinicius de Castro. A destruição da EJA é um projeto racista. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-destruicao-da-eja-e-um-projeto-racista/>. Acesso em: 8 ago. 2022.

- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais**. In: GOMES, Nilma Lino; SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia (org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 87- 104.
- GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98–109, 2012.
- GONÇALVES, André *et al.* Nêgo Bipo: um guerreiro dos saberes ancestrais. **Outras Palavras**, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/nego-bispo-um-guerreiro-dos-saberes-ancestrais/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- GONZALEZ, Lélia. **A construção do sujeito negro no Brasil**: uma reflexão sobre as relações raciais. São Paulo: Editora Z, 1988.
- GREENPEACE. **Crime da Vale em Brumadinho**. Disponível em: [/www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/](http://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/). Acesso em: 12 out. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 150 anos, conheça a história que o censo conta. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: agencidenoticias/noticias/33495-em-150-anos-conheca-a-historia-que-o-censo-conta. Acesso em: 8 ago. 2023.
- LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público / Christian Laval; tradução Mariana Echalar 1, ed. São Paulo: Boi Tempo, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 8, n. 18, p. 68-89, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/37242/2/RevABPNv8n18-2016-p68.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio-ago. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjsgsjXqxHN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 dez. 2022.

MIRANDA, Shirley Aparecida de; SILVA, Jairza Fernandes Rocha da. Docência nas fronteiras: quilombo, raça e gênero. **Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 39-52, 2020.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio-ago. 2012.

MONCAU, Gabriela. Estarei vivo, mesmo enterrado, disse Nêgo Bispo, quilombola contracoloniaalista que morre aos 63 anos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/04/estarei-vivo-mesmo-enterrado-disse-nego-bispo-quilombola-contracoloniaalista-que-morre-aos-63-anos>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOREIRA, Pedro Paulo Ferreira. **Obstáculos à educação escolar quilombola na Escola Municipal Dr. Teófilo Nascimento na Comunidade Quilombola da Pontinha em Minas Gerais**. 2024. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerias, Belo Horizonte, 2024.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo em África. *In*: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 21-31.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, p. 56-63, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos Penesb**, v. 5, p. 15-34, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 45-60, 1985.

NASCIMENTO, Beatriz. **O quilombo da Fazenda: organização social e luta pela liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

NASCIMENTO, Beatriz. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. *In*: RATTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Historiografia do quilombo. 1977. *In*: NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Maria Ester Santana Silveira. Quilombo: da ilegalidade à cidadania. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 91-99, jan./jun. 2013.

NÓBREGA-THERRIEN, S.; THERRIEN, J. O estado da questão: aportes teórico-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. *In*: FARIAS, I. M. S.; NUNES, J. B. C.; NÓBREGA-THERRIEN, S. M. (org.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010. v. 1.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia; THERRIEN, Jacques. **Pesquisa qualitativa em educação: alternativas investigativas com o cotidiano escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

OLIVEIRA, Fernando Bueno. **Identidade e território da Associação Quilombola Urbana Jardim Cascata** – Aparecida de Goiânia (1988-2015) [manuscrito]. Anápolis, 2016.

OLIVEIRA, Heli Sabino; FLORES, Maria José Batista Pinto; DE CARIE, Nayara Siva; SILVA, Walesson Gomes da. **Educação de jovens e adultos (eja) e educação em direitos humanos na produção de materiais pedagógicos numa perspectiva intercultural**. e-Mosaicos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 24, p. 213–229, 2021

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n.º 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. 1 v.

PEREIRA, Lany da Silva. **Quando a coordenação pedagógica da EJA interroga a diversidade étnico-racial**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

REIS, Diego dos Santos. Beatriz Nascimento. *In*: ENCICLOPÉDIA de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/beatriz-nascimento>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RODRIGUES, Guilherme Goretti. **Movimentos sociais e as experiências dos trabalhadores da comunidade quilombola Colônia do Paiol**. 2022. 412 f. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

SABARÁ, Romeu. **Comunidade Negra Rural de Pontinha: agonia de um modo de produção**. Belo Horizonte, 2001. (mimeo)

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI; UnB, 2015.

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E FÓRUNS REGIONAIS (Seedif). **Fóruns regionais completam dois anos com efetiva gestão territorializada**. **Regional Metropolitano**, 2017. Disponível em: <https://www.2015-2018.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/foruns-regionais-completam-dois-anos-com-efetiva-gestao-territorializada>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SILVA, Ana Cláudia Matos da. **Uma escrita contracolonialista do Quilombo Mumbuca, Jalapão-TO**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Analise de Jesus da. **Na EJA tem J: juventudes na educação de jovens e adultos**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. 199 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, Givânia Maria. **Educação e luta política no quilombo de Conceição das Crioulas**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

SILVA, Givânia Maria. **Projeto Quilombos e Educação**. Brasília, DF: Câmara, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-audiencias-2021/arquivos-2021/GivaniaSilva.pdf>. Acesso em: 3 mai.2024.

SILVA, Jackson Ronie Sá *et al.* Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SILVA, Jairza Fernandes Rocha da. **Deslocamentos identitários de gênero e raça de professoras negras na educação escolar quilombola em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Lany Pereira da. **Quando a coordenação pedagógica da EJA interroga a diversidade étnico-racial** [manuscrito]. Belo Horizonte, 2022.

SILVA, Mádson Francisco da. Educação de jovens e adultos: cenário quilombola e indígena. *In*: CONEDU, VIII, 2022, Maceió. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2022. p. 1-256. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV174_MD1_ID17095_TB4524_05122022162730.pdf. Acesso em: 5 dez. 2022.

SILVA, Marinalva Costa. **A educação de jovens e adultos quilombolas no município de Campos Novos, Santa Catarina**: repercussões das interfaces de territórios e deslocamentos. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Erechim, RS, 2023. Acesso em: 2 mai. 2024.

SILVA, Natalino Neves da. Educação de jovens e adultos e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Crítica Educativa**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 200-213, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/260>. Acesso em: 2 jan. 2024.

SILVA, Natalino Neves da. **Educação de jovens e adultos e o ensino de história e cultura afro brasileira e africana**. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 200-213, ago./dez.2017. Disponível em: <http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/260> Acesso em: 02 jan. 2024.

SILVA, Natalino Neves da. Educação popular negra: breve nota de um contexto. **Revista Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 11, p. 1-15, 2020.

SILVA, Natalino Neves da. Educação popular negra: uma agenda de pesquisa para a EJA. *In: SILVA, Walesson Gomes da Educação; OLIVEIRA, Heli Sabino de (org.). Educação decolonial e pedagogia freireana: desafios de uma educação emancipatória em um cenário político conservador*. Belo Horizonte: Sarerê, 2021. p. 88-103.

SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Gilmara Silva. **Das fronteiras**: mulheres, gestão quilombola e gestão escolar no quilombo-ribeirinho de Alegre, Januária – MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/40614/3/Dissertacao_SOUZA_Gilmara_Silva_PD F-A.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Direito dos povos e comunidades tradicionais**. Cartilha. Belo Horizonte: UFMG, 2012. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

VALE, Ricardo Ferreira. **Educação escolar na comunidade quilombola da Pontinha (MG): entre histórias e memórias de docentes**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana, 2024.

VALIENSE, Karina Vitória Cassimiro. O que é a Fundação Cultural Palmares. **Politize!**, 8 maio 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/fundacao-cultural-palmares/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título do projeto de pesquisa: EJA e a Associação Quilombola da Pontinha: histórias de lutas e de resistências pelo direito à educação

Você está sendo convidado/a para ser participante do projeto de pesquisa intitulado: *EJA e a Associação Quilombola da Pontinha: histórias de luta e de resistências pelo direito à educação*, de responsabilidade da pesquisadora Vilma Aparecida Alves Silva e do orientador Natalino Neves da Silva, cujo objetivo é compreender quais as lutas e as conquistas se fazem necessárias pelo direito à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na Comunidade Quilombola da Pontinha. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido/a sobre as informações que estão neste termo e aceite fazer parte do estudo, peço que o assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

O trabalho tem por finalidade compreender quais as lutas e conquistas se fazem ainda necessárias pelo direito à EJAI na Comunidade Quilombola da Pontinha.

A participação nesta pesquisa consistirá, além do levantamento bibliográfico, de entrevista semiestrutura e da produção de um recurso educacional. Por se tratar de um estudo que está sendo realizado no âmbito do mestrado profissional, espera-se que os resultados obtidos possam, de alguma maneira, contribuir para visibilizar as lutas e as conquistas empreendidas pela Associação Quilombola da Pontinha pelo direito à educação, como também contribuir para a reabertura das turmas de EJAI na comunidade. Para isso, serão necessários encontros presenciais na sede da Associação pesquisada, de modo que as questões a serem investigadas seja amplamente observadas e debatidas entre os/as pesquisadores/as participantes.

De acordo com a legislação (Res. 466/12 – Item II. 23), toda pesquisa oferece algum tipo de risco. No caso desta pesquisa, os riscos envolvidos consistem em “Riscos Mínimos” (cansaço ou constrangimento), ocasionados pelas perguntas realizadas durante a entrevista. Se isso acontecer, a entrevista será interrompida imediatamente, até que se sinta disposto/a novamente para continuar. As gravações ficarão armazenadas e em poder da pesquisadora, no prazo máximo legal equivalente a 10 anos. Os resultados serão utilizados em trabalhos científicos publicados ou apresentados oralmente em congressos e palestras, sem revelar sua

identidade. A pesquisadora Vilma Aparecida Alves Silva e seu orientador, Natalino Neves da Silva, se responsabilizam por todos os cuidados necessários para o andamento do estudo.

Os benefícios da participação nesta pesquisa serão o de dar visibilidade às lutas e a conquistas para implementação da EJAI na Pontinha, como também a importância do direito à educação e relevante contribuição para a reabertura das turmas na escola da comunidade.

Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade do estudo a qualquer momento.

Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação. No entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação, haverá o seu ressarcimento pelos pesquisadores.

Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406, de 2002) e das Resoluções nºs 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a realização desta pesquisa, usaremos os nomes próprios dos participantes em função da luta empreendida pela Associação Quilombola e do não apagamento das conquistas realizadas por esse coletivo, para que de fato se efetuassem a implementação da EJAI e do Ensino Médio no território da comunidade. Porém, se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Em caso de dúvida em geral, entrar em contatos com os pesquisadores, a saber:

Pesquisadora: Vilma Aparecida Alves Silva

Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte-MG – CEP: 31270-901.

Telefone: (31) 99614-4857

E-mail: vilmabiologia@yahoo.com.br

Orientador: Natalino Neves da Silva

Endereço: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte-MG – CEP: 31270-901.

Telefone: (31) 3409-5323

E-mail: natalinosilva@ufmg.br

Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP/UFMG)

Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005
– Campus Pampulha – Belo Horizonte-MG –Brasil – CEP: 31270-901.

Telefone: (31) 3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

() Aceito participar da pesquisa em relação às entrevistas semiestruturadas.

(Nome e assinatura da pessoa participante)

Vilma Aparecida Alves Silva

Natalino Neves da Silva

APÊNDICE B – Carta de anuência da Associação Quilombola da Pontinha

Eu, _____, presidente da Associação Quilombola da Pontinha, autorizo o desenvolvimento, no âmbito da instituição, a pesquisa **EJA e a Associação Quilombola da Pontinha: histórias de lutas e de resistências pelo direito à educação**, a ser desenvolvido pela mestranda do Promestre (UFMG) Vilma Aparecida Alves Silva, sob a orientação do Prof. Natalino Neves da Silva (FaE/UFMG).

Paraopeba, 26/06/2024

APÊNDICE C – Entrevista com a ex-presidenta da Associação

Tronco 1⁵ – Apresentação do entrevistada

1. Gostaríamos de agradecer por você aceitar participar desta conversa e pedir para você se apresentar.
2. Comente a sua história, de como é morar na Pontinha, trajetória pessoal, aspectos que considera relevantes na sua trajetória de vida, profissional etc.

Tronco 2 – Questões relativas à organização da Associação Quilombola da Pontinha

3. Como surgiu a Associação Quilombola da Pontinha? Por qual motivo, objetivo, em qual contexto? Em que ano?
4. Como a Associação se organiza? Existe um quadro de representantes permanentes?
5. Como são realizados os encontros? Tem uma periodicidade?
6. São feitos registros desses encontros? De que maneira?
7. Existe alguma aproximação da Associação com outros movimentos sociais, entidades, sindicatos, agentes políticos, entre outros?

Tronco 3 – Avaliações sobre a participação da Associação nos Fóruns Regionais

8. Como você avalia a Associação em relação à participação, militância etc.?
9. Gostaríamos de saber como vocês ficaram sabendo dos Fóruns Regionais? De que maneira se dão as formas de comunicação?
10. Gostaríamos que você relatasse a participação da Associação nos Fóruns Regionais de Minas Gerais em relação à educação. Como foi essa organização e participação?
11. Gostaríamos que você contasse sobre o sentimento de ter conseguido trazer para comunidade a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e o Ensino Médio?

Tronco 4 – A Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Pontinha

12. Como você avalia a EJA na comunidade? Qual a sua importância para os moradores da Pontinha? Sobretudo a luta e militância empreendida para implementação da EJA no território da comunidade.
13. Quais são os enfrentamentos e como tem sido lidar com as constantes ameaças do fechamento da escola do noturno?

⁵ Tronco: maneira pela qual os membros da Associação da Comunidade Quilombola da Pontinha referenciam os locais das reuniões para a promoção das discussões referentes às demandas e indagações da comunidade.

14. Pensando hoje sobre a EJAI que se encontra fechada, com a justificativa de que não existe demanda na comunidade, o que você pensa sobre essa justificativa?
15. Quais os desafios você acredita que ainda precisam ser empreendidos para a reabertura da EJAI na escola? Como a Associação pode contribuir?
16. Você consegue identificar pessoas tanto da comunidade quanto da escola que sejam importantes para ajudar a desenvolver ações que poderiam fazer a interlocução entre a escola e estudantes da EJAI na comunidade? Comente.
17. Pensando que a escola oferece o Ensino Fundamental II, que seria do 6º ao 9º ano, e o Ensino Médio EJAI, você acredita que também deveria ser oferecido na escola o EJAI Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano? Por quê?
18. Você saberia relatar como os estudantes da EJAI vinham para escola? Em relação a meio de transporte, companhia, entre outros aspectos que você achar necessário relatar.
19. Como você acredita que o poder público poderia contribuir com os possíveis estudantes da EJAI na comunidade?
20. Qual é o seu estado civil? O nível atual de escolaridade?
21. Onde você trabalha? Você tem filhos? Se sim, quantos?
22. Qual a sua religião? Qual a sua orientação sexual?
23. Como você se autodeclara em relação à sua cor/raça?
24. Existe alguma questão que não foi perguntada e que gostaria de mencionar?

Agradecida!

APÊNDICE D – Entrevista com o atual presidente da Associação

Tronco 1 – Apresentação do entrevistado

1. Gostaríamos de agradecer por você aceitar participar desta conversa e pedir para você se apresentar.
2. Comente a sua história, de como é morar na Pontinha, trajetória pessoal, aspectos que considera relevantes na sua trajetória de vida, profissional etc.

Tronco 2 – Questões relativas à organização da Associação Quilombola da Pontinha

3. Como surgiu a Associação Quilombola da Pontinha? Por qual motivo, objetivo e em qual contexto? Em que ano?
4. Como a Associação se organiza? Existe um quadro de representantes permanentes?
5. Como são realizados os encontros? Tem uma periodicidade?
6. São feitos registros desses encontros? De que maneira?
7. Existe alguma aproximação da Associação com outros movimentos sociais, entidades, sindicatos, agentes políticos, entre outros?

Tronco 3 – A Educação de Jovens, Adultos e Idosos na Pontinha

8. Como você avalia a EJA na comunidade? Qual a sua importância para os moradores da Pontinha? Sobre a luta e militância empreendida para implementação da EJA no território da comunidade.
9. Quais são os enfrentamentos e como tem sido lidar com as constantes ameaças do fechamento da escola do noturno?
10. Como é a relação entre o município e a comunidade no tocante à educação e, mais especificamente, ao ensino no noturno?
11. Pensando hoje sobre a EJA que se encontra fechada, com a justificativa de que não existe demanda na comunidade, o que você pensa sobre essa justificativa?
12. Quais os desafios você acredita que ainda precisam ser empreendidos para a reabertura da EJA na escola? Como a Associação pode contribuir?
13. Você consegue identificar pessoas tanto da comunidade quanto da escola que sejam importantes para ajudar a desenvolver ações que poderiam fazer a interlocução entre a escola e estudantes da EJA na comunidade? Comente.

14. Pensando que a escola oferece o Ensino Fundamental II, que seria do 6º ao 9º ano, e Ensino Médio EJAI, você acredita que também deveria ser oferecido na escola o Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano? Por quê?
15. Você saberia relatar como os estudantes da EJAI vinham para escola? Em relação a meio de transporte, companhia, entre outros aspectos que você achar necessário relatar.
16. Como você acredita que o poder público poderia contribuir com os possíveis estudantes da EJAI na comunidade?
17. Qual é o seu estado civil? O nível atual de escolaridade?
18. Onde você trabalha? Você tem filhos? Se sim, quantos?
19. Qual é a sua religião? Qual é a sua orientação sexual?
20. Como você se autodeclara em relação à sua cor/raça?
21. Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Agradecida!

APÊNDICE E – Entrevista com professor que atuou na EJAI

Tronco 1 – Apresentação do entrevistado

1. Gostaríamos de agradecer por você aceitar participar desta conversa e pedir para você se apresentar.
2. Você atua como professor de qual disciplina? A quanto tempo?
3. Em que ano lecionou na EJAI da comunidade da Pontinha? Quanto tempo?

Tronco 2 – Relação do professor com a luta quilombola para implementação da EJAI

4. Você saberia dizer por que a EJAI foi implementada na comunidade?
5. Em algum momento foi discutido esse assunto entre os professores?
6. Você conhece ou já ouviu dizer sobre a Associação Quilombola da Pontinha?
7. Você saberia dizer se a Associação teve alguma atuação para que a EJAI fosse implementada na escola da comunidade?
8. Comente como foi lecionar para EJAI no Quilombo da Pontinha? Teve algum desafio?
9. Você saberia identificar se existe relação entre a Associação Quilombola e a escola?
10. Na sua opinião, a EJAI é importante para a comunidade? Por quê?
11. Pensando hoje sobre a EJAI que se encontra fechada, com a justificativa de que não existe demanda na comunidade, o que você pensa sobre essa justificativa?
12. Quais os desafios você acredita que ainda precisam ser empreendidos para a reabertura da EJAI na escola?
13. Pensando que a escola oferece o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, você acredita que deveria ser também oferecido na escola o EJAI Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano? Por quê?
14. Você saberia relatar como os estudantes da EJAI vinham para escola? Em relação a meio de transporte, companhia, entre outros aspectos que você achar necessário relatar.
15. Como você percebe a atuação dos agentes políticos na escola do noturno? Como você acredita que o poder público poderia contribuir com os possíveis estudantes da EJAI na comunidade?
16. Qual é o seu estado civil? O nível atual de escolaridade?
17. Onde você trabalha? Você tem filhos? Se sim, quantos?
18. Qual é a sua religião? Qual é a sua orientação sexual?
19. Como você se autodeclara em relação à sua cor/raça?
20. Existe alguma questão que não foi perguntada e que gostaria de mencionar?

Agradecida!

APÊNDICE F – Entrevista com a aluna egressa da EJAI

Tronco 1 – Apresentação do entrevistada

1. Gostaríamos de agradecer por você aceitar participar desta conversa e pedir para você se apresentar.
2. Comente a sua história, de como é morar na Pontinha, trajetória pessoal, aspectos que considera relevantes na sua trajetória de vida, profissional etc.

Tronco 2 – Relação da educanda com a Associação

3. Você já participou de alguma luta no Quilombo da Pontinha?
4. Em sua opinião, quais foram as principais conquistas alcançadas?
5. Teve algum desafio?
6. Você saberia identificar se existe relação entre a Associação e a escola?
7. Você sabe como foi implementado a EJAI no Quilombo da Pontinha?
8. Você ouviu dizer sobre os Fóruns Regionais em que a Associação esteve presente?
9. Como você ficou sabendo que iriam abrir as turmas de EJAI na comunidade? Poderia comentar?

Tronco 3 – Relação da educanda com a EJAI

10. Você foi estudante da primeira turma de EJAI na comunidade, então você poderia comentar sua relação nesse momento histórico?
11. Como você se recorda na sala de aula? Em algum momento, foi discutida na turma a luta da associação para a vinda da EJAI na escola da comunidade?
12. Na sua opinião, a EJAI é importante para a comunidade? Por quê?
13. Pensando hoje sobre a EJAI que se encontra fechada, com a justificativa de que não existe demanda na comunidade, o que você pensa sobre essa justificativa?
14. Quais os desafios você acredita que ainda precisam ser empreendidos para a reabertura da EJAI na escola? Como a Associação pode contribuir?
15. Você consegue identificar pessoas tanto da comunidade quanto da escola que sejam importantes para ajudar a desenvolver ações que poderiam fazer a interlocução entre a escola e estudantes da EJAI na comunidade? Comente.
16. Pensando que a escola oferece o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano, e Ensino Médio, você acredita que deveria ser oferecido na escola também o EJAI Ensino Fundamental I, ou seja, do 1º ao 5º ano? Por quê?

17. Você saberia relatar como os estudantes da EJAI vinham para escola? Em relação a meio de transporte, companhia, entre outros aspectos que você achar necessário relatar.
18. Como você percebe a atuação dos agentes políticos na escola do noturno? Como você acredita que o poder público poderia contribuir com os possíveis estudantes da EJAI na comunidade?
19. Qual é o seu estado civil? O nível atual de escolaridade?
20. Onde você trabalha? Você tem filhos? Se sim, quantos?
21. Qual é a sua religião? Qual é a sua orientação sexual?
22. Como você se autodeclara em relação à sua cor/raça?
23. Existe alguma questão que não foi perguntada e que gostaria de mencionar?

Agradecida!